



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO
MESTRADO PROFISSIONAL EM TURISMO

GRAZIELE VILELA

**Influências das políticas públicas na competitividade das micro e pequenas empresas
(MPE) da cadeia produtiva do turismo**

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Helena Araújo Costa

Brasília
2018

GRAZIELE VILELA

**Influências das Políticas Públicas na Competitividade das Micro e Pequenas Empresas
(MPE) da Cadeia Produtiva do Turismo**

Dissertação de Mestrado apresentada
como requisito para obtenção de título de
mestre em turismo na Universidade de
Brasília, curso de pós-graduação
Mestrado Profissional em Turismo.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Helena Araújo Costa

Brasília
2018

Ficha catalográfica elaborada automaticamente, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

VV699i Vilela, Graziele
Influências das Políticas Públicas na Competitividade das
Micro e Pequenas Empresas (MPE) da Cadeia Produtiva do
Turismo / Graziele Vilela; orientador Helena Araújo Costa.
- Brasília, 2018.
125 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado Profissional em
Turismo) -- Universidade de Brasília, 2018.

1. Turismo. 2. Políticas Públicas. 3. Competitividade
das Micro e Pequenas Empresas da Cadeia Produtiva do
Turismo.
I. Araújo Costa, Helena, orient. II. Título.

É concedido à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias, somente para propósitos acadêmicos e científicos. A autora reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem autorização por escrito da autora.

Graziele Vilela

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO
MESTRADO PROFISSIONAL EM TURISMO

**Influências das políticas públicas na competitividade das micro e pequenas empresas
(MPE) da cadeia produtiva do turismo**

Graziele Vilela

Dissertação de mestrado profissional submetida ao Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para obtenção de título de Mestre em Turismo, área de concentração: Cultura e Desenvolvimento Regional; Linha de Pesquisa: Desenvolvimento, Políticas Públicas e Gestão no Turismo.

Aprovada por:

Prof^a. Dr^a. Helena Araújo Costa
(Orientadora)

Dr. Vinicius Lages
(Avaliador externo)

Dr. Daniel Vieira
(Avaliar externo)

Dr. João Paulo Faria Tasso
(Avaliador suplente interno)

Brasília, 23 de fevereiro de 2018.

“Porém, se os humanos não tivessem aprendido a cooperar com flexibilidade e em grande escala, nossos cérebros astutos e nossas mãos ágeis ainda estariam quebrando lascas de pedra, e não átomos de urânio” (HARARI, 2016, pp. 138-139).

Ao turismo, que me trouxe e traz tantas coisas boas e pessoas especiais.

AGRADECIMENTO

Dois anos de mestrado, quase três anos de Brasília. Um curto período de tempo, quando comparado com outras etapas da minha vida, mas talvez seja um dos mais intensos.

Por isso, o meu primeiro agradecimento é a Deus e a Maria (sábia oração “Maria passa a frente”) que guiaram meus passos até essa cidade de oportunidades. Aqui encontrei um lugar que me deu todas as chances de crescer, rodeada por profissionais inspiradores: o Sebrae Nacional. O meu muito obrigada a todos os meus colegas de trabalho, em especial: à Ana Clévia Guerreiro, responsável por minha seleção no Sebrae, por minha recomendação ao Mestrado e pela chance de fazer parte da gerência; ao André Spínola que apoiou meu desejo de estudar ainda mais e entendeu minhas ausências; aos amigos queridos Geraldo Costa e Philippe Figueiredo, primeiros companheiros de Núcleo de Turismo, aos amigos do atual Núcleo, Alberto Ribeiro, Érica Vidal, Germana Magalhães, Heleni Riginos e Sheila Freire, #tamojuntos, e ao melhor economista do mundo, José Matheus, a quem eu devo vários açaís!

Também em Brasília pude conhecer e conviver um pouco com professores que mudaram minha forma de ver o turismo. Obrigada professora Maru por me apresentar a Teoria da Complexidade. E dentre todos, devo muito à professora Helena Costa, minha orientadora e mentora, que está abrindo diversas portas para minha carreira.

Aos companheiros de “travessia da montanha” do Mestrado: Adriano, Alessandro, Alexandra, Amneres, André, Bruno, Camilinha, Caio, Dayara, Déa, Filipe, Irerê, Mônica, Tati Tanus e Tatielle, vocês são show! Em especial à colega Joana, que nos deixou antes da hora... Sua travessia foi mais árdua, mas tenho certeza que a chegada foi iluminada.

Mas, se por um lado Brasília me trouxe tantas coisas boas, ela também me deixou um pouco mais distante de pessoas, e dogs, que amo muito. Pessoas essas que sempre me apoiaram e estiveram ao meu lado: Mams, minha maior fonte de inspiração e admiração, tudo isso é para a senhora! Nat, minha caçulinha, que me surpreende todos os dias pela força e determinação. Philipe, meu cunhado preferido que faz parte da família desde os primórdios. Nina, Oreo e Phoebe, meus lindos peludinhos!

Aos amigos, Ana Paula, Marcus e as meninas do Sexteto, como sinto falta de nossas risadas! Dentre todas essas ausências que a distância impõe, a que mais sinto é a da minha pequeninha, Luana. Ela que é muito mais que meu suporte estatístico, é a companheira de uma vida! Obrigada pela paciência, pelas explicações precisas e por me apoiar em tudo. Te devo infinitos jantares no Nau! Sem você, estaria literalmente perdida. Duca e eu te amamos!

E por último, agradeço à minha banca, composta por profissionais que aprendi a admirar: Dr. Daniel Vieira, grande conselheiro e Dr. (Ministro) Vinícius Lages, personalidade ilustre do turismo.

Todo esse trabalho tem um pouquinho de vocês, obrigada!

RESUMO

Esta dissertação trata das políticas públicas e da competitividade das micro e pequenas empresas (MPE) da cadeia produtiva do turismo. O objetivo principal foi analisar possíveis influências destas políticas públicas sobre a competitividade de tais empresas, o que teve como desdobramento a análise do comportamento individual de cada uma das variáveis em questão, políticas públicas e competitividade das MPE da cadeia produtiva do turismo, e a investigação dos possíveis relacionamentos entre elas. Nesse sentido, a construção teórica propõe uma reflexão sobre o turismo enquanto fenômeno complexo, bem como aborda o conceito de políticas públicas, evidenciando a sua importância para a competitividade das MPE da cadeia produtiva do turismo e discutindo influências destas ao desempenho do turismo. Ainda, traz, uma breve reflexão sobre alguns elementos que têm desafiado as políticas públicas no século XXI e, por último, dedica-se uma seção do referencial teórico à definição e à caracterização das MPE da cadeia produtiva do turismo, também buscando conexões com a competitividade destas, principalmente sob a perspectiva sistêmica. Metodologicamente, a pesquisa utilizou a abordagem quantitativa para classificar o relacionamento observado entre as variáveis. Os dados utilizados para isso foram coletados em fontes secundárias a partir do Índice de Competitividade do Turismo Nacional – ICTN, realizado pelo Sebrae e o MTur, nos anos disponíveis entre 2008 e 2015, e do Modelo de Excelência em Gestão – MEG, aplicado pela Fundação Nacional da Qualidade – FNQ, com o apoio do Sebrae, no ano de 2015. Posteriormente, estes dados foram tratados e analisados com instrumental estatístico, usando medidas de posição, dispersão, testes de média e análise de relações. Verificou-se que o comportamento da variável políticas públicas, ao longo dos 7 anos, avaliados apresentou pouca variação, com ligeiro crescimento dos resultados. Entretanto, as dimensões que integraram a variável para este trabalho, infraestrutura, marketing, PPTur, monitoramento e cooperação regional, tiveram comportamentos distintos. A média mais alta foi da infraestrutura, enquanto a mais baixa foi a de monitoramento. Já para a dimensão cooperação regional foram observadas quedas na variação em sua trajetória, apesar do resultado final ter sido superior ao inicial registrado. Ainda sobre a cooperação regional, pôde-se observar que os aspectos avaliados pelo ICTN são centrais no Programa de Regionalização do Turismo (PRT), política pública priorizada pelo Ministério do Turismo na última década, cujo desempenho no ano de 2014, que teve o maior valor observado, pode ter relação com aspectos do PRT. Em relação à variável competitividade das MPE da cadeia produtiva do turismo observaram-se comportamentos distintos para os diferentes portes e posições nesta cadeia, o que pode ser explicado pela heterogeneidade das empresas que a integram. Em 2015, as pequenas empresas foram mais competitivas do que as micro, e as empresas localizadas a montante e na cadeia principal foram mais competitivas do que aquelas a jusante. Por fim, o trabalho leva à conclusão de que os dados não revelaram significância estatística para o agregado da variável políticas públicas com a competitividade das MPE da cadeia produtiva do turismo. Entretanto, quando a análise foi focada na dimensão cooperação regional 2014, observou-se significância tanto para a cadeia produtiva do turismo considerada como um todo, independente de porte e posição, quanto especificamente para as microempresas. Tal resultado enfatiza a centralidade da cooperação no sistema turístico e reforça o modelo de competitividade sistêmica.

PALAVRAS-CHAVES: Turismo. Políticas Públicas. Competitividade. Micro e Pequenas Empresas. Cadeia Produtiva do Turismo.

ABSTRACT

This dissertation is about the public policies and the competitiveness of micro and small business of the tourism production chain. The main objective was to analyze possible influences of these public policies on the competitiveness of such companies. That resulted in the analysis of the individual behavior of each one of the variables in question, public policies and competitiveness of micro and small business of the tourism production chain, and the investigation of the possible relationships between them. The theoretical construction proposes a reflection on tourism as a complex phenomenon, as well as discusses the concept of public policies, highlighting their importance for the competitiveness of micro and small enterprises in the tourism production chain and discussing their influence on the performance of tourism. Also, it brings a brief reflection on some elements that have defied public policies in the 21st century and, finally, a section of the theoretical reference is dedicated to the definition and characterization of micro and small enterprises of the tourism production chain, also looking for the competitiveness of these, especially from a systemic perspective. Methodologically, the research used the quantitative approach to classify the observed relationship between variables. The data used for this were collected in secondary sources from the National Tourism Competitiveness Index, conducted by Sebrae and MTur, in the years available between 2008 and 2015, and the Excellence in Management Model, applied by the National Quality Foundation, with the support of Sebrae, in the year 2015. After that, the data were treated and analyzed with statistical instruments, using measures of position, dispersion, tests of average and analysis of relations. It was possible to verify that the behavior of the variable public policies over the 7 years evaluated was stable, with slight growth of the results. However, the dimensions that integrated this variable for this work, infrastructure, marketing, PPTur, monitoring and regional cooperation, had different behaviors. The highest average was the infrastructure, while the lowest was the monitoring. For the regional cooperation dimension, there were falls in the variation in its trajectory, although the final result was higher than the initial one recorded. Also, on regional cooperation, it was observed that the aspects evaluated by the National Tourism Competitiveness Index are central to the Tourism Regionalization Program, a public policy prioritized by the Ministry of Tourism in the last decade. In relation to the variable competitiveness of micro and small enterprises in the tourism production chain, different behaviors were observed for the different sizes and positions in this chain, which can be explained by the heterogeneity of the companies that integrate it. In 2015, small businesses were more competitive than micro, and companies located upstream and in the main chain were more than those downstream. Finally, the paper concludes that the data did not reveal statistical significance for the aggregate of the variable public policies with the competitiveness of micro and small enterprises in the tourism production chain. However, when the analysis was focused on the 2014 regional cooperation dimension, it was observed that both the tourism chain considered as a whole, regardless of size and position, and specifically for micro-enterprises, were significant. This result emphasizes the centrality of cooperation in the tourism system and reinforces the model of systemic competitiveness.

Key-Words: Tourism. Policies Publics. Competitiveness. Micro and Small Enterprises. Tourism Production Chain.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fatores Determinantes para a Competitividade Sistêmica	43
Figura 2 - Principais Gargalos para a Competitividade.....	46
Figura 3 - Principais Estratégias para Aumentar a Competitividade	47
Figura 4 - Fatores Determinantes para a Competitividade Sistêmica	55
Figura 5 - Critérios do MEG	57
Figura 6 - Participação das Regiões no PIB Brasileiro	79
Figura 7 - Teste de Significância Diferença entre os Grupos de Dados.....	85

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Componentes Comuns das Políticas Públicas	33
Quadro 2- Três Gerações das Políticas Públicas de Turismo	35
Quadro 3- Classificação dos Pequenos Negócios	40
Quadro 4- Principais CNAE da Cadeia Produtiva do Turismo em 2015	41
Quadro 5- Definição Operacional dos Termos	49
Quadro 6- CNAE Ausentes do Banco de Dados.....	50
Quadro 7- Distribuição Territorial das MPE da Cadeia Produtiva do Turismo.....	52
Quadro 8- Dimensões e Variáveis Índice de Competitividade do Turismo Nacional	53
Quadro 9- Detalhamento Critérios MEG	57
Quadro 10- Temporalidade dos Dados de Acordo com as Variáveis	58
Quadro 11- Resumo da Coleta de Dados	60
Quadro 12- Síntese dos Objetivos Específicos e as Técnicas de Análise	69
Quadro 13- Teste Anderson-Darling para os Grupos de Dados da Variável Competitividade das MPE da Cadeia Produtiva do Turismo.....	82
Quadro 14- Análise dos Elementos Avaliados na Dimensão Cooperação Regional	88

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Universo de MPE da Cadeia Produtiva do Turismo	51
Tabela 2- Evolução Média da Variável Políticas Públicas	71
Tabela 3- Comportamento Médio das Dimensões que Integram a Variável Políticas Públicas	74
Tabela 4- Destinos com Médias Mais Elevadas	78
Tabela 5- Destinos Turísticos com Médias mais Baixas	80
Tabela 6- Estimativa da Diferença entre Micro e Pequenas Empresas	82
Tabela 7- Teste de Mann-Whitney entre Micro e Pequenas Empresas	83
Tabela 8- Estatística Descritiva para a Localização das MPE da Cadeia Produtiva do Turismo	84
Tabela 9- Teste de Kruskal-Wallis entre as Posições das MPE na Cadeia Produtiva do Turismo	84
Tabela 10- Correlações com Significância Estatística.....	87
Tabela 11- Modelo de Regressão Linear Múltipla Cooperação Regional e Competitividade das MPE da Cadeia Produtiva do Turismo	90
Tabela 12- Resumo do Modelo das Variáveis Cooperação Regional e Competitividade das MPE da Cadeia Produtiva do Turismo	91
Tabela 13- ANOVA das Variáveis Cooperação Regional e Competitividade das MPE da Cadeia Produtiva do Turismo	92
Tabela 14- Coeficientes com as Variáveis Cooperação Regional e Competitividade das Microempresas da Cadeia Produtiva do Turismo.....	93
Tabela 15- Modelo de Regressão Linear Múltipla das Variáveis Cooperação Regional e Competitividade das Microempresas.....	95
Tabela 16- Resumo do Modelo das Variáveis Cooperação Regional e Competitividade das Microempresas da Cadeia Produtiva do Turismo.....	96
Tabela 17- ANOVA Variáveis Cooperação Regional e Competitividade das Microempresas	96
Tabela 18- Coeficientes com as Variáveis Cooperação Regional e Competitividade das Microempresas da Cadeia Produtiva do Turismo.....	98

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Evolução Média da Variável Políticas Públicas.....	70
Gráfico 2- Evolução Média das Dimensões que Integram a Variável Políticas Públicas	76
Gráfico 3- Evolução Anual das Dimensões que Integram a Variável Políticas Públicas.....	76
Gráfico 4- Comparação entre os Grupos de Dados	85

TABELA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACT	- Atividades Características do Turismo
AHMAJA	- Associação do Trade Turístico de Maragogi e Japaratinga –
APL	– Arranjo Produtivo Local
CADASTUR	- Cadastro Nacional de Prestadores de Serviços Turísticos
CNAE	- Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPJ	- Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNTur	- Confederação Nacional do Turismo
CVB	- Costa dos Corais Convention & Visitors Bureau
EPP	- Empresas de Pequeno Porte
ET AL	– Expressão em latim que significa entre outros autores
FGV	- Fundação Getúlio Vargas
FNQ	- Federação Nacional da Qualidade
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICTN	- Índice de Competitividade do Turismo Nacional
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ME	- Microempresa
MEG	- Modelo de Excelência da Gestão
MEI	- Microempreendedor Individual
MPE	- Micro e Pequenas Empresas
MTE	- Ministério do Trabalho e Emprego
MTUR	- Ministério do Turismo
OMT	- Organização Mundial do Turismo
PE	- Pequena Empresa
PIB	- Produto Interno Bruto
RAIS	- Relação Anual de Informações Sociais
SEBRAE	- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SPSS	- Statistical Package for the Social Sciences
SRF	- Secretaria da Receita Federal

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
1.1	Problema de Pesquisa.....	20
1.2	Objetivos.....	20
1.2.1	Objetivo Geral.....	20
1.2.2	Objetivos Específicos	20
1.3	Justificativa	20
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	24
2.1	Turismo como um Sistema Complexo	24
2.1.1	Sistemas Complexos: Contribuições para Pensar o Turismo e as Políticas Públicas	25
2.2	Políticas Públicas	28
2.2.1	Conceito, Principais Características e Desafios Contemporâneos.....	28
2.2.2	O Lugar da Competitividade nas Políticas Públicas de Turismo.....	33
2.3	Micro e Pequenas Empresas (MPE) na Cadeia Produtiva do Turismo	37
2.3.1	Papéis e Principais Características das MPE	37
2.3.2	Competitividade Sistêmica e as Micro e Pequenas Empresas (MPE) de Turismo....	42
3	ABORDAGEM METODOLÓGICA	49
3.1	Abordagem da Pesquisa e Definição Operacional dos Termos.....	49
3.2	Delimitação da Pesquisa.....	50
3.3	Procedimento para a Coleta De Dados	59
3.4	Tratamento dos Dados	60
3.5	Análise dos Dados	62
3.5.1	Análise Exploratória dos Dados	63
3.5.2	Inferência Estatística.....	65
4	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	70
4.1	O Comportamento da Variável Políticas Públicas	70
4.2	O Comportamento da Variável Competitividade das MPE da Cadeia Produtiva do Turismo	81
4.3	O Relacionamento entre as Variáveis Políticas Públicas e Competitividade das MPE da Cadeia Produtiva do Turismo	87
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
	REFERÊNCIAS	108
	ANEXOS	119
	ANEXO A – CNAE consideradas pelo Sebrae na cadeia produtiva do turismo	119

ANEXO B – ACT identificadas pelo IBGE.....	121
ANEXO C – Setores econômicos com interações com o turismo	125

1 INTRODUÇÃO

O turismo é um setor que, a despeito das crises mundiais, segue apresentando crescimento nos principais indicadores econômicos (OMT, 2017). No século XXI transitar entre países se tornou mais fácil, barato e seguro, mesmo com as ameaças terroristas. As viagens de curta duração, de 1980 para 2010, quadruplicaram passando de 3,5% da população mundial para, aproximadamente, 14%. Já em 2015, conforme apurou a Organização Mundial do Turismo – OMT, o número de viagens internacionais bateu recorde, chegando a quase 1,2 bilhão (NAIM, 2015). Ainda em um contexto mundial, as chegadas de turistas internacionais atingiram 1,235 milhões no ano de 2016, enquanto os rendimentos dos destinos somaram 1,220 milhões, também naquele ano (OMT, 2017).

Entretanto, se por um lado estes grandes números são comemorados pela OMT, eles também vieram acompanhados de uma repercussão negativa em alguns destinos turísticos e são questionados por autores como Hall (2001). Segundo ele, o fomento ao turismo parte da premissa que o desenvolvimento turístico é, inerentemente bom, tanto para os visitantes quando para a comunidade endógena (HALL, 2001). A questão, por vezes desconsiderada, é que os viajantes trazem consigo elementos culturais que se misturam ao do país anfitrião e interferem diretamente nas necessidades de políticas públicas, no contexto social, ambiental, econômico e político. E essa interferência nem sempre é positiva, o que leva até mesmo a xenofobia (NAIM, 2015).

Recentemente, tem sido noticiado pela mídia o fato de haver lugares em que o turismo, em razão de seus excessivos e incontidos impactos negativos sobre a população e os locais, passou a ser alvo de protestos, tais como: Ilhas Kon Khai (Tailândia), Barcelona (Espanha), Amsterdã (Holanda), Butão, Os Onsen (Japão), Santorini (Grécia), Cinque Terre (Itália) e Arlington (Estados Unidos)¹. Destes, chama atenção a cidade de Barcelona, considerada como um dos principais destinos turísticos do mundo. As reclamações dos moradores se concentram em dois pontos: a invasão dos visitantes na cidade (em um mesmo dia chegou a registrar 12 milhões de visitantes) e o aumento do custo de vida, que resulta na expulsão dos moradores de lugares tidos como turísticos para os periféricos (CARTA CAPITAL, 2017).

Efeitos danosos como esses, entre outros como o subemprego, aculturação, aceleração da inflação, impactos ambientais, a especulação imobiliária (PEREIRA, 1999), são um desafio

¹ Matéria disponível no site da Revista Viagem (2017).

para as políticas públicas, e para o estudo delas, principalmente sob a ótica da competitividade, quer seja dos destinos ou do mercado turístico, já que os grandes números tendem a mascarar uma realidade que precisa ser objeto de melhor reflexão.

Neste contexto, o papel do governo no turismo está muito associado ao uso deste setor como instrumento de desenvolvimento socioeconômico local, o que justificaria a intervenção pública (HALL, 2001). Contudo, dentro de uma visão mais contemporânea, surgem questionamentos acerca da eficiência das políticas públicas, bem como a forma como elas têm sido formuladas, implementadas e avaliadas (NAIM, 2015). Em um horizonte de futuro, essa é uma ideia que desafia o modo como tem sido realizada a atuação governamental até o momento. Essa perspectiva alia-se ao trabalho apresentado uma vez que permite refletir sobre as políticas públicas no contexto atual.

Nesse sentido, a presente dissertação tem como tema as políticas públicas, preocupando-se especialmente com o modo como elas interagem com a competitividade das micro e pequenas empresas – MPE da cadeia produtiva do turismo, considerando para isso as configurações do setor enquanto um sistema complexo (COSTA e SOUTO-MAIOR, 2006; MORIN, 2011; MOESCH e BENI, 2015).

Desde o início do olhar para políticas públicas enquanto ciência (SOUZA, 2006), em meados do século XX nos Estados Unidos, diversos pensadores empreendem a busca por conceituar o termo, definir seu escopo, entender sua dinâmica, entre outros aspectos desta atuação governamental (SOUZA, 2006). Contudo tal tarefa não é das mais fáceis, fruto da complexidade e da aparente não governabilidade das políticas públicas (SARAVIA, 2006). Diante das diferentes possibilidades conceituais verificadas, adotou-se neste trabalho a noção de políticas públicas enquanto o fluxo de decisões para a tomada de medidas concretas, de caráter público e participativo, destinado a modificar determinada realidade e atender as demandas da sociedade (SARAVIA, 2006).

Amplitude conceitual semelhante à das políticas públicas é encontrada para o termo competitividade, que é fruto de uma interação social, política e institucional altamente complexa, somado a relatividade e a multidimensionalidade do conceito (DWYER e KIM, 2003). A partir dos autores pesquisados e o objetivo do presente estudo, compreende-se a competitividade das MPE como a capacidade destas implementarem uma estratégia de criação de valor, baseada em recursos raros, difíceis de serem imitados e substituídos e que resulte em vantagens competitivas a longo prazo (BARNEY, 1991). Cabe ressaltar que a partir deste conceito é traçado um paralelo com o modelo de competitividade sistêmica proposto por Esser et al (1994; 1996), que revela que a competitividade se dá em diversas camadas e níveis, desde

o macro ao micro, fazendo um diálogo estreito com a noção complexa sobre o turismo aqui adotada.

O modelo de Competitividade Sistêmica, proposto pelos referidos autores se baseia em quatro níveis: Macro, Meso, Micro e Meta, e parte do princípio que a competitividade é produto da complexa e dinâmica interação entre o Estado, as empresas, as chamadas instituições intermediárias e a capacidade que sociedade tem de ser organizar (ESSER et al, 1994).

A interface entre turismo, políticas públicas e competitividade das empresas do setor, encontra fundamento em contribuições de diversos autores. Em uma visão mais ampla, sem focar nas MPE, tem-se autores como Pereira (1999) e Lohmann e Panosso Netto (2008) que afirmam que as políticas públicas e as ações governamentais podem tanto estimular quanto inibir o desenvolvimento do turismo, agindo também sobre os efeitos danosos, como aqueles citados no início do texto. Por sua vez, Thurik (2008) indica que o governo tem papel central ao definir políticas públicas de estímulo ao desenvolvimento dos negócios, principalmente em âmbito local, enquanto o MTur (2015) considera que o desempenho individual das empresas é influenciado tanto por fatores internos quanto externos, como as políticas públicas.

Já Jenkins e Henry (1982) consideram que o interesse do envolvimento governamental reflete a importância do setor turístico na economia dos países, ou seja, quanto maior o poder econômico do turismo, mais chances de os destinos terem políticas públicas específicas (JENKINS e HENRY, 1982). Solha (2004) colabora com a visão dos autores e afirma que, apenas quando o turismo adquire robustez econômica, ou quando começa a causar transtornos, como os apontados anteriormente, surgem as preocupações em se estabelecer políticas públicas.

Fayos-Solá (1996), por sua vez, soma a este debate ao apontar que a ação governamental no turismo acompanha o que ele chama de paradigma empresarial. Se esse paradigma está voltado para a competitividade, por exemplo, os objetivos das políticas públicas são direcionados para criação e manutenção de uma estrutura que permita a competitividade empresarial (FAYOS-SOLÁ, 1996).

Isto posto, o presente estudo propõe, a partir de dados secundários como do Índice de Competitividade do Turismo Nacional - ICTN, realizados pelo Sebrae e o MTur até 2015, e do Modelo de Excelência em Gestão - MEG, aplicado pela Fundação Nacional da Qualidade - FNQ com o apoio do Sebrae, analisar se as políticas públicas influenciam a competitividade das MPE da cadeia produtiva do turismo. Ressalta-se que no período analisado foram registrados marcos históricos relevantes, como a severa crise econômica mundial sentida a partir de 2008 e a realização dos megaeventos esportivos no Brasil, Copa das Confederações 2013 e a Copa do Mundo FIFA 2014. Além da preparação para os Jogos Olímpicos Rio 2016.

Este documento está estruturado em quatro capítulos, além desta Introdução, que também compreende as seções Problema de Pesquisa, Objetivos e Justificativa, a saber: II - Referencial Teórico, que abará estudiosos sobre os principais constructos da pesquisa; III - Abordagem Metodológica, IV- Apresentação e Discussão dos Resultados e V - Considerações Finais. Ao final do trabalho poderão ser encontradas as Referências, assim como os Anexos.

1.1 Problema de Pesquisa

A pesquisa aqui proposta visa a responder ao seguinte problema:

As políticas públicas influenciam a competitividade das micro e pequenas empresas (MPE) da cadeia produtiva do turismo?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar as possíveis influências das políticas públicas sobre a competitividade das micro e pequenas empresas (MPE) da cadeia produtiva do turismo.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Descrever o comportamento da variável políticas públicas relacionadas ao turismo, no período de 2008 a 2015;
- b) Analisar o comportamento da variável competitividade das MPE da cadeia produtiva do turismo; e
- c) Investigar o relacionamento entre as variáveis políticas públicas e competitividade das MPE da cadeia produtiva do turismo.

1.3 Justificativa

A relevância do tema desta dissertação passa, inicialmente, pelo alto potencial que apresentam as MPE de ampliar os benefícios econômicos e sociais do turismo (COSTA, 2005). Atualmente, estima-se que mais de 90% da cadeia produtiva do turismo no Brasil seja composta

pelos pequenos negócios (Microempreendedor Individual, Micro e Pequena Empresa), que, considerando apenas o ano de 2015, movimentaram, aproximadamente, R\$ 52 bilhões do PIB do Turismo, correspondendo a 27% do total (R\$ 190 bilhões), e foram responsáveis por 63,9% dos empregos formais do setor (SEBRAE, 2016).

Sendo assim, o estudo sobre a competitividade das MPE, de diferentes perspectivas, tem recebido atenção da literatura como visto em Teixeira e Morrison (2004), Terence (2002) e Costa (2005). Dentro desta preocupação, tem sido recorrente a abordagem das relações cooperativas entre as MPE e a competitividade (COSTA, COSTA e MIRANDA JÚNIOR, 2012; COSTA, GONÇALVES e HOFFMANN, 2014; GARAY, SANTANA e COSTA, 2015).

Entretanto, quanto mais específica for a análise proposta, mais escassos se tornam os trabalhos publicados (MORRISON, 2000). Ademais, é recorrente a ausência de comprovação empírica nos estudos de competitividade (VIEIRA, 2013), bem como é predominante o foco sobre os destinos turísticos (SETTE e TOMAZZONI, 2017), não sendo específicos para as MPE, lacuna sobre a qual este estudo se dedica. Desta forma, a unidade de análise deste trabalho é o conjunto das MPE da cadeia produtiva do turismo, contemplando o nível da firma, da cadeia e dos próprios destinos onde atuam. Alinhada à perspectiva sistêmica (ESSER et al, 1994; 1996), a pesquisa foca em como as políticas públicas (nível macro e meso) influenciam o nível micro: as MPE da cadeia produtiva do turismo.

Adicionalmente às razões já explicitadas, a pesquisa, ora apresentada, se justifica por três principais razões:

- a) A fragilidade da reflexão acadêmica acerca das políticas públicas e suas interações com o setor privado em destinos turísticos, especialmente no que diz respeito às evidências empíricas;
- b) A necessidade de interpretar os dados do Índice de Competitividade do Turismo Nacional - ICTN em prol de ações mais concretas a partir do conjunto de dados fornecido por ele; e
- c) A importância de direcionar melhor os esforços dos implementadores de políticas públicas voltadas para o fortalecimento do tecido produtivo dos destinos turísticos brasileiros.

Sobre a fragilidade da reflexão acadêmica, que geralmente ocorre em função da ausência de evidências empíricas, na literatura são encontradas posições diversificadas ou até mesmo antagônicas sobre a influência das políticas públicas no setor privado. González (2005), por exemplo, afirma que no contexto espanhol não existem investigações científicas que permitam estabelecer uma relação clara entre políticas públicas e um aumento da atividade turística. Contudo, segundo a autora, o governo é, no mínimo, um fator importante que intervém

para orientar o modelo de desenvolvimento turístico (GONZÁLEZ, 2005). Já Lohmann e Panosso Netto (2008) chamam a atenção para a imprevisibilidade do interesse do poder público no turismo, o que impactaria na definição das orientações para o setor privado, causando desequilíbrio nas relações. Os autores explicam que as políticas e ações governamentais podem tanto estimular quanto inibir o desenvolvimento do turismo, dependendo, muitas vezes, do momento político em que se encontram os territórios (LOHMANN e PANOSSO NETTO, 2008).

Olariaga (2015), baseado em dados empíricos, atribui a expansão do turismo na Colômbia à implementação da regulação e de políticas públicas no país a partir da década de 1990. Para o autor, o mercado interno reagiu, de forma vigorosa, às políticas públicas que foram direcionadas ao turismo e que foram responsáveis por controlar algumas variáveis-chaves, tais como a segurança, o investimento e os incentivos. Mais do que isso, as políticas públicas, oriundas dos diferentes planos e setores, contribuíram para demonstrar o compromisso governamental da Colômbia em apoiar o turismo (OLARIAGA, 2015).

Destaca-se que, assim como há fragilidade da reflexão acadêmica acerca das políticas públicas e suas interações com o setor privado em destinos turísticos, a lacuna quando a relação é com as MPE da cadeia produtiva do turismo também existe e é onde o presente trabalho pretende atuar.

Passando para a segunda razão que justifica a proposta de pesquisa, a necessidade de interpretar os dados do ICTN, cabe uma breve contextualização. Segundo o MTur (2015), o ICTN nasceu de uma iniciativa do próprio Ministério, do Sebrae Nacional e da Fundação Getúlio Vargas, no ano de 2008, para avaliar a competitividade dos destinos turísticos brasileiros (*ex-ante*) sob a ótica da eficiência.

Entretanto, além da questão da competitividade, os dados levantados pelo ICTN guardam uma infinidade de opções de análises. Por exemplo, Vieira (2013), com base nos dados dos relatórios de 2008 a 2010, buscou avaliar os investimentos federais em turismo como possíveis indutores da competitividade dos 65 destinos turísticos avaliados pelo ICTN. Contrariando as expectativas, o referido estudo constatou que os investimentos realizados não tiveram significância estatística para o aumento da competitividade destes 65 destinos turísticos. O mesmo autor relata ainda que houve uma evolução geral nos resultados do ICTN desde a sua primeira edição, em 2008. Contudo, nenhum estudo foi feito para associar essa evolução a um possível desenvolvimento socioeconômico dos destinos. Nesse contexto, um dos possíveis usos dos dados gerados pelo estudo de competitividade, que ainda não foi encontrado

em outros trabalhos acadêmicos e que justifica a pesquisa proposta, é a investigação se as políticas públicas influenciam a competitividade das MPE da cadeia produtiva do turismo.

Fato este que leva à última razão: a importância de melhor direcionar os esforços dos implementadores de políticas públicas voltadas para o fortalecimento do tecido produtivo dos destinos turísticos brasileiros. Ryan, Mottiar e Quinn (2012) afirmam que, apesar da necessidade sobre o entendimento de como e por que os destinos turísticos se desenvolvem, pouco se avançou nos últimos 30 anos. Os autores concluíram que os estudos realizados são escassos e subestimam a relação da atual posição dos destinos turísticos com a atuação de indivíduos empreendedores. Por meio dos resultados de um estudo de caso na Irlanda, os autores argumentam que o empresariado tem uma alta influência na “inerente dinâmica e capacidade na riqueza dos destinos ao longo do tempo” (RYAN, MOTTIAR e QUINN, 2012, p.1).

Em um contexto, como o brasileiro, no qual a cadeia produtiva do turismo é composta, em sua maioria, por MPE (SEBRAE, 2016), compreender a influência das políticas públicas na competitividade destas, é avançar também no entendimento sobre o desenvolvimento dos destinos turísticos. E, conseqüentemente, oferecer subsídios instituições cuja atuação passa pelo fortalecimento do tecido produtivo destes territórios.

Tem-se, então, interconexões de um sistema turístico complexo do qual podem emergir resultados que auxiliarão no (I) entendimento dos gestores, públicos e privados, sobre a importância de políticas públicas consistentes e (II) na análise sistematizada da influência destas políticas na competitividade das MPE da cadeia produtiva do turismo, favorecendo uma possível contribuição deste trabalho, desenvolvido no âmbito de um mestrado profissional em turismo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Considerando o problema de pesquisa apresentado e, conseqüentemente, o que se pretende verificar empiricamente, o Referencial Teórico está organizado em três grandes seções com seus respectivos desdobramentos: I - Turismo como um Sistema Complexo; II - Políticas Públicas e III - Micro e Pequenas Empresas - MPE na Cadeia Produtiva do Turismo.

A primeira seção traz uma visão mais macro para o estudo, uma vez que ela será direcionada a caracterização do turismo enquanto um sistema complexo, o que permite reforçar a ideia de que o turismo é um sistema complexo conformado por diversas interações que não seguem uma linearidade.

Em seguida, busca-se aprofundar o conceito de políticas públicas, evidenciando a sua importância para a competitividade das MPE da cadeia produtiva do turismo e tecendo uma breve reflexão sobre alguns elementos que têm sido desafiadores para pensar as políticas públicas no século XXI, no sentido de apoiar uma reflexão mais crítica.

E, por último, a terceira seção é dedicada às MPE da cadeia produtiva do turismo, que compõem a unidade de análise da pesquisa. O tópico busca defini-las, apresentar suas posições na cadeia (cadeia principal, à montante e à jusante dela), discutir a competitividade sistêmica das MPE e a associação destas com as políticas públicas.

2.1 Turismo como um Sistema Complexo

Essa primeira seção, que apresenta a teoria na qual se ancora o presente estudo, dedica-se à caracterização do turismo como um sistema complexo, evidenciando as interações entre os seus diversos componentes, ou variáveis, tais como as políticas públicas e a competitividade das micro e pequenas empresas - MPE da cadeia produtiva do turismo. Entende-se que compreender o turismo como um sistema complexo é condição primeira para investigar o comportamento das variáveis em questão. Isso porque é dentro do ambiente complexo do turismo que as interações ganham perspectiva. Visando a materializar a complexidade no turismo, também são apresentados modelos de organização territorial que enfatizam as interações entre os níveis e componentes do fenômeno turístico, como os Arranjos Produtivos Locais.

2.1.1 Sistemas Complexos: Contribuições para Pensar o Turismo e as Políticas Públicas

A discussão sobre a melhor caracterização do turismo, apesar de não ser linear, vem acompanhando os novos entendimentos sobre o que é ciência. Existe um movimento de ruptura com o paradigma da especialização e abstração, que reduz o conhecimento do todo ao conhecimento das partes que o integram, para uma visão mais holística, sistêmica, complexa (MOESCH e BENI, 2015). Nesse contexto ampliado, alguns autores (PANOSSO, 2005; BOULLÓN, 2006; COSTA, 2013) afirmam que o turismo não se ancora em um único sistema ou cadeia produtiva, podendo ser tanto um fenômeno social quanto uma atividade econômica ou até mesmo uma indústria. As modelagens são diversas e sua escolha dependerá da análise pretendida.

As primeiras aplicações da análise sistêmica nos fenômenos sociais tiveram seu início nos estudos de Bertalanffy sobre biologia, na década de 1930. E o que ela ainda retratava era um sistema simples com entradas, saídas e *feedback*. Apesar de útil para a época, a visão demonstrava fragilidades, já que os sistemas eram fechados, considerados de forma isolada, descolados de seu ambiente, e, supostamente, apresentavam apenas relações lineares (COSTA e SOUTO-MAIOR, 2006). Na visão de Costa e Souto-Maior (2006), a Teoria da Complexidade (MORIN, 2003) veio para romper com essa visão e, a partir da noção de interação e relacionamento entre os diversos componentes de um sistema e o ambiente que o circunda, contribuiu para um melhor entendimento sobre a dinâmica do turismo.

Nesse contexto, para alguns autores (MOESCH e BENI, 2015; GUILARDUCCI e FRATUCCI, 2016), o estudo sobre sistemas complexos é inerente ao do turismo e passa pela compreensão de suas características/propriedades, que serão brevemente apresentadas na sequência.

De acordo com Furtado, Sakowski e Tóvolli (2015) os sistemas complexos são abertos, marcados pela dinamicidade, não linearidade e abrangência de um grande número de interações. A não linearidade significa dizer que as saídas podem não ser proporcionais às entradas ou até mesmo não apresentarem apenas uma interação unidirecional. Nesse cenário, a noção de *inputs* e *outputs* não tem aplicabilidade. Observa-se que esse conjunto de características auxilia na diferenciação dos sistemas simples, que conforme explicado por Costa e Souto-Maior (2006) são fechados, sem interações com o ambiente e com relações lineares.

Outro ponto abordado por Furtado, Sakowski e Tóvolli (2015) é o comportamento complexo dos sistemas, que não pode ser deduzido pela forma analítica *ex-ante*², já que é de difícil previsibilidade em função de sua propriedade emergente. Segundo Fuentes (2015), esta característica se deve, principalmente, à ausência de um controlador central e à capacidade dos sistemas complexos de se auto organizarem, podendo atingir diferentes e múltiplos estados. Para Mueller (2015), essa dificuldade pode ser minimizada a partir da compreensão dos gestores que, apesar de não ser possível ter um controle central, enquanto atores do sistema eles têm a possibilidade de influenciá-lo. E essa influência deve ocorrer em suas propriedades, tais como: a interdependência dos componentes/agentes, a conectividade e adaptabilidade.

Tessone (2015) também reforça a importância de se estudar as interações entre componentes/agentes dos sistemas complexos. Na visão da estudiosa, por mais simples que sejam essas interações, elas que produzem o comportamento complexo. Por isso, compreender como ocorre o processo interativo é chave para a compreensão da dinâmica do sistema turístico (TESSONE, 2015).

Ainda sobre as interações, Beni (2007) alerta que o turismo não é uma manifestação isolada, havendo relação e interdependência entre diversas áreas, tais como o meio ambiente natural, cultural, a vida pessoal e a organização social. Nesse contexto, vale destacar que não são apenas as políticas públicas de turismo que influenciam o setor. O êxito do turismo depende também do desempenho de outros setores, tanto dos econômicos como dos sociais, que podem ter políticas públicas específicas (PEREIRA, 1999; VIEIRA, 2013). E as intervenções governamentais que deveriam preceder as demais no turismo seriam àquelas relacionadas à infraestrutura, responsável por suportar o recebimento do fluxo turístico. Contudo, essas políticas públicas de outros setores não necessariamente são pensadas em função do turismo, apesar de poderem trazer algum tipo de rebatimento. Fato que evidencia um distanciamento do planejamento público da abordagem sistêmica.

Considerando as principais características dos sistemas complexos, conclui-se que as políticas públicas podem ser mais assertivas se forem orientadas para “i) aprimorar a resiliência do sistema e reduzir suas vulnerabilidades; ii) evitar (ou promover) perigosos (ou positivos) pontos críticos; e iii) identificar os principais intervenientes em uma rede que possam promover (ou prevenir) mudanças no sistema” (FURTADO, SAKOWSKI e TÓVOLLI, 2015, p.33).

Partindo, então, da noção de turismo enquanto um sistema complexo, no qual há interações constantes com o ambiente e com os elementos que o compõem (MOESCH, 2004;

² Baseada em prognósticos ou suposições.

COSTA e SOUTO-MAIOR, 2006; BENI, 2007; RITCHIE e CROUCH, 2010), analisar em que se as políticas públicas influenciam a competitividade das MPE da cadeia produtiva é fundamental para a compreensão da dinâmica do turismo. Quantificar essa possível influência é também entender o quão forte as duas variáveis estão associadas, o que poderá, futuramente, ser replicado na análise de outras e até mesmo na proposição de um modelo conceitual que abranja uma quantidade maior de interações.

A noção de complexidade no turismo também pode ser aplicada na definição da organização territorial mais adequada para os destinos turísticos. Exemplos dessa organização, permeados pela complexidade e também pela cooperação entre os diferentes atores, seriam os Arranjos Produtivos Locais – APL (COSTA e SOUTO-MAIOR, 2006). Os APL's podem ser compreendidos como uma forma sistêmica de organização das empresas, com destaque para àquelas de pequeno porte, com especialização produtiva que por meio da atuação conjunta e cooperada alcançam vantagens competitivas para os seus integrantes (AMORIM, MOREIRA e IPIRANGA, 2004; COSTA, COSTA e MIRANDA JÚNIOR, 2012). Outras possibilidades de configuração das aglomerações empresariais em determinado território são os *clusters*, distritos industriais e redes (COSTA e SOUTO-MAIOR, 2006).

Nota-se a centralidade da cooperação para o sucesso dos APL, noção que também será observada no capítulo sobre competitividade sistêmica. Na visão de Costa (2009), para as empresas de pequeno porte, a cooperação é tida como uma estratégia de sobrevivência e não como parte de um relacionamento (COSTA, 2009). Isso porque, “há situações em que existem razões para cooperar, geradas a partir de interesses egoístas, mas ainda sim as pessoas não o fazem por falta de confiança de que os demais farão o mesmo” (COSTA, 2009, p. 96). Emerge, então, outro elemento fundamental no sistema turístico, que amplia as interconexões: a confiança.

No Brasil, um exemplo de APL Turístico estudado por Costa, Costa e Miranda Júnior (2012) é a Costa dos Corais, que contempla 08 municípios no norte de Alagoas, Paripueira, Barra de Santo Antônio, Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres, Porto de Pedras, Japaratinga, Maragogi e Porto Calvo, em um projeto desenvolvido pelo Sebrae/AL e coordenado pela Secretaria Executiva de Planejamento e Orçamento do estado (COSTA, COSTA e MIRANDA JÚNIOR, 2012). Por meio de questionários aplicados com as empresas inseridas no APL Costa dos Corais, os autores buscaram, entre outros objetivos, identificar resultados que indicassem possíveis ganhos de competitividade e também contribuições para o desenvolvimento da região. Observou-se que as ações cooperadas entre os integrantes do APL ainda eram escassas e concentradas em entidades “neutras” e com credibilidade entre as

empresas, como o Sebrae/AL e Associação do Trade Turístico de Maragogi e Japaratinga – AHMAJA (COSTA, COSTA e MIRANDA JÚNIOR, 2012), hoje chamada de Costa dos Corais Convention & Visitors Bureau – CVB. Os ganhos de competitividade ainda não eram perceptíveis, assim como as contribuições do APL para o desenvolvimento da região (COSTA, COSTA e MIRANDA JÚNIOR, 2012). Estes resultados reforçam a importância que a cooperação tem para o alcance da competitividade. Entretanto, mesmo em organizações territoriais propícias para as ações cooperadas, é ainda um desafio colocá-las em prática. Nesse contexto, cabe a reflexão que as políticas públicas, mesmo quando baseadas em modelos teóricos coerentes, como a organização dos APL, precisa ser acompanhada de perto para identificar os possíveis gargalos e assim corrigir os rumos, retroalimentando o sistema turístico.

Conclui-se então que esta subseção contribuiu com a reflexão proposta pelo trabalho ao (I) oferecer uma perspectiva aprofundada sobre o turismo, (II) apresentar as principais características/propriedades dos sistemas complexos e, consequentemente, oferecer embasamento para o enfoque nas interações entre as variáveis analisadas, e ao (III) buscar verificar interações e associações, ao invés de uma relação causal entre as dimensões do sistema turístico.

2.2 Políticas Públicas

O presente estudo, conforme explicitado ao longo do texto, tem como tema as políticas públicas, preocupando-se especialmente com o modo como elas interagem com a competitividade das micro e pequenas empresas – MPE da cadeia produtiva do turismo, considerando para isso as configurações do setor enquanto um sistema complexo (COSTA e SOUTO-MAIOR, 2006; MORIN, 2011; MOESCH e BENI, 2015).

Nesse contexto, já que as políticas públicas assumem um papel de destaque na análise proposta, o referencial teórico busca evidenciar as principais características, enfatizando as suas propriedades e desafios no século XXI. Além disso, é apresentando uma revisão da literatura que aborda a competitividade nas políticas públicas.

2.2.1 Conceito, Principais Características e Desafios Contemporâneos

O olhar para políticas públicas enquanto ciência tem origem nos Estados Unidos, em meados do século XX (PEREIRA, 1999; SOUZA, 2006). Esse momento foi marcado por diversas publicações científicas cujo foco era a ação do governo. Enquanto isso, na Europa, o

objeto de estudo era o papel do Estado e de suas instituições, e as políticas públicas eram consideradas como desdobramentos da atuação governamental (SOUZA, 2006).

A partir desse marco, diversos pensadores começaram a busca pela conceituação do termo, pela definição do escopo, pelo entendimento da dinâmica, entre outros aspectos. Saravia (2006), por exemplo, relata a sensação de “desordem” que atingiria os cidadãos e também os atores administrativos e políticos fruto da complexidade e da aparente não governabilidade das políticas públicas. Para ele, nem mesmo os aparatos mais tecnológicos disponíveis seriam capazes de descrever os processos das políticas públicas, apesar dos discursos tradicionais sempre apontarem para o modelo racional no qual elas seriam elaboradas, formuladas, executadas e avaliadas (SARAVIA, 2006).

Dessa maneira, entende-se que não existe uma conceituação totalmente correta ou equivocada e que a escolha de um termo em detrimento dos demais dependerá dos objetivos de análise. Por isso, para o presente trabalho optou-se por adotar a noção de políticas públicas enquanto o fluxo de decisões para a tomada de medidas concretas, de caráter público e participativo, destinado a modificar determinada realidade e atender as demandas da sociedade (SARAVIA, 2006). Ressalta-se que esta noção, como as demais consultadas, se mostra como de difícil materialização. Entretanto, entendeu-se que para a proposta que inclui o uso de dados secundários, ela seria a mais adequada para a análise pretendida. Uma vez esclarecido o conceito central adotado e a sua abrangência, parte-se para a discussão das principais características das políticas públicas.

As políticas públicas, por serem condicionadas a uma série de variáveis, estão em constante transformação, fato que demanda um permanente reexame dos papéis governamentais (HALL, 2001; SARAVIA, 2006; NAIM, 2015). Entre os principais motivos que aceleram esse reexame, estão: (I) mudanças bruscas nos contextos econômicos e institucionais; (II) questões críticas relacionadas à globalização; (III) alteração nas necessidades sociais; (IV) surgimento de novas tecnologias; (V) a atuação da mídia; (VI) aumento da participação nos processos decisórios; e (VII) exigências de maior transparência na esfera pública (SARAVIA, 2006).

Em um breve resgate histórico é possível identificar marcos dessas transformações políticas. Durante as décadas de 1950 e 1960, por exemplo, foram implementados os grandes sistemas de planejamento e os órgãos, tais como ministérios, foram institucionalizados. No setor privado, nesse mesmo período, as organizações adotaram o chamado planejamento organizacional que orientava a definição de objetivos, metas e ferramentas para atingi-los.

Contudo, desconsiderava o ambiente externo, que passou a ser lembrado a partir da introdução do planejamento estratégico (SARAVIA, 2006).

Já na década de 1970, em função de diversos acontecimentos, como crises financeiras, os sistemas de planejamento foram colocados em cheque por serem considerados lentos e inflexíveis. O cenário exigia respostas imediatas, surge então a gestão estratégica. Contudo, a administração pública reagiu tardiamente à nova conjuntura, o que impactou na capacidade de resposta às necessidades sociais e, consequentemente, acarretou na quebra da credibilidade (SARAVIA, 2006).

Somado a isso, aumentou a expectativa dos cidadãos de participar das decisões governamentais (SARAVIA, 2006; NAIM, 2015). Esse contexto resultou, na década seguinte, em uma demanda por ações mais ágeis, na preocupação com a qualidade da intervenção do poder público (PEREIRA, 1999) e “[...] a ação baseada no planejamento deslocou-se para a ideia de política pública” (SARAVIA, 2006, p. 26). Ideia que tem perdurado até os dias atuais, mas que não está livre de questionamentos (NAIM, 2015).

Dias e Matos (2012), apresentam a reflexão sobre uma característica chave que é comum mesmo em diferentes linhas teóricas e nos diferentes marcos temporais: a relação com “[...] posse, manutenção ou distribuição do poder” (DIAS e MATOS, 2012, p.3), que seria o elemento básico para a implementação das políticas públicas. Poder esse que está sendo cada vez mais fragmentado, reorganizado e, por vezes, deteriorado nas diferentes esferas públicas e privadas (NAIM, 2015).

O poder demanda uma audiência cativa, que é reflexo de uma sociedade com a qualidade de vida inferior à que se tem no século XXI (NAIM, 2015). No momento em que o número de pessoas aumenta, assim com a expectativa de vida e há um sentimento de menor dependência e vulnerabilidade, torna-se mais difícil “regular, dominar e controlar” (NAIM, 2015, p.91) a sociedade, e assim manter um domínio oriundo do poder. A nova realidade, que está apenas começando, traz questionamentos sobre as políticas públicas, uma vez que com a fragmentação, a reorganização e a deterioração do poder, surgem também os micro poderes, que alcançam um número cada vez maior de atores e aumentam a capacidade de veto (NAIM, 2015). Esse contexto pode ser positivo, na medida em que amplia a capacidade de acompanhamento das políticas públicas por atores que anteriormente estavam alijados, mas também tende a causar sérios problemas:

[...] as democracias começam a perder eficácia à medida que as decisões necessárias – e até as mais urgentes – que os governos devem tomar são impedidas, diluídas ou adiadas como resultado da fragmentação do poder e da proliferação de grupos e

indivíduos com o poder de bloquear processos e decisões, mas sem o poder de impor um programa ou uma estratégia (NAIM, 2015, p.155).

Este novo cenário pode vir a alterar, consideravelmente a forma de atuação do setor privado de turismo, que há algum tempo vem exigindo uma intervenção cada vez menor do estado (HALL e JENKINS, 2004). E, conseqüentemente, poderá afetar também a competitividade das empresas, já que a teoria apresenta que as políticas públicas influenciam o desempenho empresarial (PEREIRA, 1999; LOHMANN e PANOSSO NETTO, 2008; THURIK, 2008; MTUR, 2015).

No contexto brasileiro, o poder ainda é fortemente concentrado na figura da presidência da República, o que permite a definição da agenda e a aprovação das propostas no Congresso Nacional (MUELLER, 2015). Os estados e municípios, apesar de terem certo protagonismo em algumas áreas, ficam ainda à sombra do governo federal do país. Fato esse que leva a segunda característica central: as políticas públicas acontecem no âmbito governamental, incluindo o Executivo e o Legislativo. Essa condição atrelada a sua localização na esfera pública é o que permite que um conjunto de ações ou processos seja caracterizado como políticas públicas (DIAS e MATOS, 2012).

Além disso, elas precisam ser traduzidas em dispositivos e instrumentos concretos, tais como normas, previsões de orçamento, programas, linhas de ação, planos (DIAS e MATOS, 2012). Hall e Jenkins (2004) complementam que para uma política ser considerada como pública, no mínimo, ela precisa ser processada por agências públicas, mesmo que apenas por meio de uma autorização ou uma ratificação. Têm-se, então, três condições básicas para que as políticas sejam consideradas como públicas: a) objeto público, b) tradução da intenção em dispositivos e instrumentos concretos e c) autorização ou ratificação por agências públicas (HALL e JENKINS, 2004; DIAS e MATOS, 2012; MUELLER, 2015).

Por sua vez, Rodrigues (2010) levanta uma característica fundamental das políticas públicas: a vulnerabilidade às decisões das administrações anteriores. Segundo a autora, mesmo em estruturas governamentais consolidadas existe um constrangimento na adoção de medidas radicais que contrariam àquelas tomadas por governos anteriores. Esse modelo é classificado como incremental, no qual as políticas públicas nunca partem da estaca zero, mas carregam consigo um passado que restringe a plena liberdade dos agentes públicos (RODRIGUES, 2010). Com isso, as políticas públicas trariam mudanças apenas graduais e, dificilmente, estruturais (SANTOS, 2017).

Pensamento similar apresentam Furtado, Sakowski e Tóvolli (2015) ao chamarem a atenção para o fato que as políticas públicas não podem ser consideradas como pontuais ou

estáticas, uma vez que suas influências repercutem e são produto de uma série de ações governamentais e da própria sociedade. Dessa maneira, o efeito das políticas públicas é uma combinação da interação de diversos atores e variáveis (FURTADO, SAKOWSKI e TÓVOLLI, 2015).

Outra característica central das políticas públicas é a sua peculiaridade, ou ausência de um modelo ideal, já que podem ser consideradas como respostas à determinada realidade, que mesmo sendo similar à de outra região, têm seu próprio contexto histórico e social (DIAS e MATOS 2012). Como as políticas de turismo, por exemplo, que passaram a ser consideradas como prioridade para os governos no mundo apenas na década de 1970 (HALL e JENKINS, 2004), resultado das demandas das sociedades por ações que interferissem em realidades até então esquecidas, incluindo o meio ambiente, os idosos e o turismo (DIAS e MATOS, 2012).

A intervenção do governo no turismo, por meio de políticas públicas, entre outros objetivos, deveria se dar para definir os papéis dos diferentes atores envolvidos (PEREIRA, 1999; CRUZ, 2000), evitar o desenvolvimento descontrolado motivado apenas pelo lucro (PEREIRA, 1999) e para amenizar as chamadas falhas do mercado (HALL, 2001). Sendo assim, a intervenção agiria na melhoria da competitividade econômica; na proteção de direitos sobre as propriedades; na avaliação das externalidades no planejamento turístico; na oferta de benefícios como forma de fomentar atividades específicas; na mitigação de riscos; no apoio às iniciativas com altos custos além de trazer componentes de novas tecnologias; e na oferta informações e de educação sobre o turismo (HALL, 2001). “Nessa perspectiva, os planejamentos turísticos realizam uma arbitragem contrastante, derivada dos interesses particulares ou de grupos sociais de pressão e do interesse público e coletivo” (PEREIRA, 1999, p. 10).

O referido contraste também pode ser observado nos discursos do setor privado. Segundo Hall e Jenkins (2004), existe uma demanda do mercado para intervenção cada vez menor, deixando o setor se desenvolver. Entretanto, há também outro público, oriundo deste mesmo mercado, que demanda justamente o contrário, uma maior intervenção governamental, incluindo fundos dedicados para promoção e desenvolvimento. Para o presente estudo é fundamenta entender essa relação intervencionista do governo no turismo, uma vez que a proposta é investigar se a competitividade das MPE da cadeia produtiva do turismo está sendo influenciada pelas políticas públicas.

Por último, as principais características das políticas públicas perpassam quatro componentes, conforme detalhamento no quadro abaixo (1) (SARAVIA, 2006):

Quadro 1 – Componentes Comuns das Políticas Públicas

Componentes	Características
Institucional	A política pública é elaborada ou decidida por autoridade formal legalmente constituída no âmbito de sua competência e é coletivamente vinculante.
Decisório	A política pública é um conjunto-sequência de decisões, relativo à escolha de fins e/ou meios, de longo ou curto alcance, numa situação específica e como resposta a problemas e necessidades.
Comportamental	Implica ação ou inação, fazer ou não fazer nada, mas uma política é, acima de tudo, um curso de ação e não apenas uma decisão regular.
Causal	São os produtos de ações que têm efeitos no sistema político e social.

Fonte: Saravia (2006, p. 31).

Com o quadro 1 tem-se uma síntese de características que auxilia na materialização de um conceito, o de políticas públicas, que por vezes se mostra como abstrato. Nesse sentido, no componente institucional, têm-se a evocação do caráter formal e legal das políticas públicas (HALL e JENKINS, 2004; DIAS e MATOS, 2012; MUELLER, 2015). No componente decisório, reforça-se a noção de fluxo de decisões com o intuito de resolver problemas e/ou necessidades específicas. Já o componente comportamental, amplia o conceito também para o “não-fazer” (DYE, 1984), que para mensuração nos estudos científicos é ainda um desafio metodológico, mas reforça a continuidade das decisões, ou seja, o caráter incremental das políticas públicas (RODRIGUES, 2010; FURTADO, SAKOWSKI e TÓVOLI, 2015; SANTOS, 2017). Por sua vez, o componente causal lembra que as políticas públicas são frutos de contextos maiores, permeados por conjunturas políticas e sociais (DIAS e MATOS 2012).

Isto posto, ao fim dessa subseção podem ser citadas como contribuições da discussão apresentada (I) o esclarecimento sobre o que são políticas públicas, pela perspectiva do estudo ora proposto e entendimento que elas são dinâmicas e estão em constante alteração, (II) a apresentação sobre as principais características, o que auxiliará na definição da variável políticas públicas, (III) a compreensão da complexidade que também é inerente às políticas públicas, e a (IV) abordagem sobre a interdependência do turismo com políticas públicas de diferentes setores, o que justifica uma análise ampliada sobre a variável.

2.2.2 O Lugar da Competitividade nas Políticas Públicas de Turismo

Na literatura, e também em modelos teóricos, é comum encontrar associações entre políticas públicas e competitividade, sendo esse o mote de planejamento de diferentes destinos turísticos (DWYER e KIM, 2003; GOOROOCHURN e SUGIYARTO, 2004; PASCARELLA e FONTES FILHO, 2010; RITCHIE e CROUCH, 2010; CVELBAR et al, 2015; OLARIAGA, 2015). Em um levantamento bibliográfico, Sette, Santos e Uvinha (2017) elencaram os

principais autores que se dedicam a essa temática: Ritchie e Crouch (2003); Dwyer e Kim (2003); Enright e Newton (2004); Gooroochurn e Sugiyarto (2005); Fórum Econômico Mundial (2007); Mazanec, Wöber e Zins (2007); Cvelbar et al. (2016). Entretanto, quando o objeto são as MPE, estes estudos e os modelos propostos são mais escassos.

Ao se desconsiderar os portes das empresas, é possível observar algumas citações nos autores elencados por Sette, Santos e Uvinha (2017). Em Dwyer e Kim (2003), por exemplo, as empresas de turismo são abordadas sob duas principais perspectivas: 1) como “receptoras” da competitividade que os destinos devem proporcionar a elas, mas que ao mesmo tempo a participação destas no mercado é o que determinará a competitividade destes destinos; e 2) como suscetíveis às condições situacionais externas ao destino no qual estão localizadas (SETTE, SANTOS e UVINHA, 2017). Ou seja, existe uma vinculação da competitividade das empresas aos destinos turísticos e, indiretamente, às políticas públicas já que estas condições situacionais externas tendem a ser formadas por elas.

A competitividade no turismo é um conceito de múltiplas dimensões e tem como premissa o alcance da superioridade perante os concorrentes em diferentes aspectos (CVELBAR et al, 2015). Por isso, ele tende a ser dinâmico, transitar por diversas esferas, mas se restringir, na maioria das vezes, aos indicadores *ex-post*, tais como o gasto médio e taxa de permanência (RUIZ e GANDARA, 2014; PASCARELLA e FONTES FILHO, 2010). Indicadores *ex-post* são aqueles que mensuram o desempenho, ou seja, o efeito sobre algum elemento. Já os indicadores *ex-ante* mensuram a eficiência, entendida como a capacidade de produção e as características estruturais (SETTE e TOMAZZONI, 2017).

No cenário mundial, as políticas públicas foram migrando de um foco estritamente promocional para o de desenvolvimento de produtos turísticos competitivos (FAYOS-SOLÁ, 1996). Isso porque o mercado turístico começou a ser cada vez mais segmentado, exigindo políticas mais adequadas para o contexto (FAYOS-SOLÁ, 1996; PEREIRA, 1999). Para Fayos-Solá (1996) esse movimento da ação governamental no turismo acompanha o que ele chama de paradigma empresarial. Se esse paradigma está voltado para a competitividade, por exemplo, os objetivos das políticas públicas são direcionados para a criação e manutenção de uma estrutura que permita a competitividade empresarial. Esse acompanhamento, entretanto, não necessariamente seria de forma harmoniosa. O poder público, na visão do autor, seria obrigado a mudar suas políticas para atender as novas tendências do turismo. Ou seja, haveria uma defasagem constante entre as políticas públicas e o que de fato acontece no turismo (FAYOS-SOLÁ, 1996; PEREIRA, 1999).

Com base nesse pensamento, Pimentel et al (2011) esquematizaram, conforme pode ser observado no quadro (2) abaixo, as três gerações das políticas públicas de turismo que teriam sido predominantes, principalmente, na Europa e na América do Norte.

Quadro 2 – Três Gerações das Políticas Públicas de Turismo

Período	Geração	Principais Características das Políticas Públicas
1930-1945	Turismo Fordista	<ul style="list-style-type: none"> • Estímulo ao turismo de massa; e • Busca pela quantidade de turistas.
1970-1980	Turismo Responsável	<ul style="list-style-type: none"> • Os diversos impactos do turismo passam a ser mais bem compreendidos; e • Busca-se a qualidade de vida da comunidade anfitriã, usando instrumentos jurídicos e econômicos.
1980	Turismo Competitivo	<ul style="list-style-type: none"> • Competitividade torna-se a principal estratégia; • Objetivo é a criação e a manutenção de estruturas turísticas competitivas.

Fonte: Adaptado de Pimentel et al (2011).

Apesar de os autores sugerirem diferentes gerações das políticas públicas, salienta-se que elas se mesclam no planejamento dos destinos turísticos, não sendo estanques. Nesse sentido, o quadro acima deve servir como indicação de quando a competitividade começou a ser abordada, mas não como possíveis estágios evolutivos do turismo (PIMENTEL et al, 2011).

Já no Brasil, é a partir de 2003 que a competitividade se torna central nas políticas públicas (PIMENTEL et al, 2011), principalmente no período de 2008 a 2015, quando o governo federal trabalhou o conceito de competitividade *ex-ante* (SETTE e TOMAZONNI, 2017) como políticas públicas para 65 destinos turísticos que, a princípio, eram chamados de indutores (MTUR, 2015). A metodologia para mensurar a competitividade destes destinos resultava em uma análise da eficiência do destino, sendo concentrada nos recursos ou atributos internos, assim como o conceito de Barney (1991). Ao todo, eram avaliadas treze dimensões e mais de 60 variáveis, das quais 24%³ correspondem à estruturação de políticas públicas (ORNELAS, ASSUNÇÃO e CAMILOTTI, 2011).

A definição dos destinos turísticos avaliados pelo Índice de Competitividade do Turismo Nacional - ICTN tem sua origem no Programa de Regionalização do Turismo - PRT, que também foi fruto de uma política pública do governo federal. No ano de 2006, como

³ Estrutura Municipal para o Turismo, Grau de Cooperação com o Governo Estadual, Grau de Cooperação com o Governo Federal, Planejamento para a Cidade e para a Atividade, Grau de Cooperação Público-Privada, Governança, Projetos de Cooperação Regional, Planejamento Turístico Regional, Roteirização, Promoção e Apoio à Comercialização de Forma Integrada, Pesquisa de Demanda, Pesquisa de Oferta, Sistema de Estatísticas do Turismo, Medição dos Impactos da Atividade Turística e Setor Específico de Estudos e Pesquisa (ORNELAS, ASSUNÇÃO e CAMILOTTI, 2011).

resultado do Programa, foram apresentados no Salão Nacional de Turismo – Roteiros do Brasil 396 roteiros turísticos, envolvendo 149 regiões turísticas e 1.207 municípios. Desses roteiros, foram priorizados 87, dos quais foram identificados 65 destinos “[...] com capacidade de induzir o desenvolvimento regional [...]” (MTUR, 2008, p.18). Em resumo, os destinos indutores deveriam ter infraestrutura básica e turística e atrativos qualificados e serem caracterizados como núcleos receptores e/ou distribuidores de fluxo turístico (MTUR, 2008).

Ainda de acordo com MTur (2008), os destinos indutores deveriam ser trabalhados até 2010, ano em que o Plano Nacional de Turismo - PNT seria revisto. A expectativa era que até aquele ano, pelo menos 30 dos 65 destinos alcançassem padrão de qualidade internacional (MTUR, 2008). Com a revisão do PNT, em 2013, a meta passou a focar o aumento do Índice de Competitividade para 70 pontos até 2016, e não mais no padrão de qualidade internacional dos destinos. E já no ano seguinte, em 2014, os relatórios do Índice já não traziam a alcunha “destinos indutores” (MTUR, 2014). Essa mudança de terminologia, que passa até mesmo despercebida, revela também uma transformação na política pública nacional de turismo (SETTE e TOMAZZONI, 2017). A competitividade que era um meio para o padrão de qualidade internacional dos 65 destinos passou a ser o objetivo principal da política pública federal. Para Pimentel et al (2011) o Brasil acompanhou a tendência mundial das políticas públicas, o que ocasionou o desenvolvimento de produtos turísticos segmentados para estimular a competitividade.

Conforme defendem Dwyer e Kim (2003), a competitividade não deve ser um fim em si mesmo, mas um caminho, cujo objetivo é o aumento da qualidade de vida de um país, suportado por um mercado livre e com iguais condições para vender, produzir e investir. Conforme visto anteriormente, os autores propõem uma relação entre a competitividade do setor com a atuação das empresas, por isso, os modelos teóricos, na visão deles, deveriam reconhecer ambas variáveis e não apenas uma ou outra (DWYER e KIM, 2003).

Pensamento similar apresentam Ritchie e Crouch (2010) de que as políticas públicas de turismo precisam compor um sistema integrado que possibilite o alcance de metas globais de competitividade e sustentabilidade. A partir dessa perspectiva, é proposto o Modelo Calgary que, conforme explica Vieira (2013), relaciona a competitividade dos destinos turísticos à capacidade destes colaborarem também com a economia local e a qualidade de vida da comunidade anfitriã. Por isso, “o sucesso da atividade turística não pode ser analisado de forma isolada, uma vez que está diretamente relacionado ao desempenho de organizações e de outros setores econômicos [...]” (VIEIRA, 2013, p.26).

Outro ponto fundamental que, por vezes, é desconsiderado nas políticas públicas, e nos modelos teóricos, é a ausência de evidências empíricas se existe uma relação positiva direta entre elas, a competitividade e a prosperidade dos destinos (VIEIRA, 2013). O ICTN é um exemplo disso. Ele se baseia na premissa que o aumento da competitividade resultaria na melhoria do desempenho econômico dos 65 destinos e, posteriormente, no da região no qual eles estão inseridos. Entretanto, o modelo de avaliação não apresenta indicadores *ex-post* como o Imposto Sobre Serviços – ISS e o PIB *per capita* que possibilitariam verificar essa relação positiva direta entre as duas variáveis (VIEIRA, 2013).

Nesse contexto, fica evidenciada a necessidade (I) de estudos que busquem comprovações empíricas das relações que a competitividade tem com outras variáveis, (II) de se entender o que as políticas públicas esperam alcançar quando a competitividade é tema central e (III) direcionar esforços para que o alcance da competitividade seja o caminho para outros fins, como a melhoria da qualidade de vida da população, e não se torne o principal objetivo destas políticas públicas. Essas foram as principais contribuições da presente seção para o estudo ora proposto.

2.3 Micro e Pequenas Empresas (MPE) na Cadeia Produtiva do Turismo

A discussão sobre as micro e pequenas empresas - MPE na cadeia produtiva do turismo passa (I) pelo entendimento do que são consideradas empresas turísticas, (II) pela definição dos portes das empresas, e (III) pela caracterização da cadeia produtiva do turismo, tópicos abordados na subseção dedicada aos papéis e principais características. Posteriormente, buscase a contextualização da competitividade sistêmica, colocando as empresas no centro da discussão.

2.3.1 Papéis e Principais Características das MPE

Em uma perspectiva histórica, os governos de diferentes países começaram a apresentar interesse pelas MPE no final do século XX (LORGA e OPUSZKA, 2013) quando, impulsionado por diversas crises econômicas, o modelo de desenvolvimento vigente baseado na produção em série passou a ser questionado (TERENCE, 2002). É neste momento que se verifica que a existência de um agrupamento de MPE no território levava a menor concentração de mercado e a melhor distribuição de renda, fatores cruciais para a estabilidade política e social da época (TERENCE, 2002; LORGA e OPUSZKA, 2013).

A contribuição das MPE para a economia dos municípios passa ainda pela geração de empregos, pelo fomento ao empreendedorismo, pela competição de mercado e até mesmo pela busca da inovação. Por isso, elas são consideradas como dinamizadoras da economia dos locais onde estão inseridas, assim como potenciais fontes para o desenvolvimento endógeno (COSTA, 2009).

No turismo essa realidade também é reproduzida e os números das MPE se destacam. Conforme apontam Teixeira e Morrison (2004), a predominância se deve, principalmente, a três fatores: volume de capital necessário para abrir um negócio de pequeno porte que tende a ser menor, baixa exigência de conhecimento técnico, e poucas barreiras de entrada, em comparação com outros setores (TEIXEIRA e MORRISON, 2004).

Entretanto, o universo das MPE está distante de ser homogêneo, na medida em que compreende diversas atividades e setores que, por vezes, tem pouco em comum (GOSS, 1991). Tendo como ponto de partida essa estrutura econômica diversa (COSTA, 2005), se faz necessário alguns alinhamentos, tais como o entendimento do que são consideradas empresas turísticas, a definição dos portes e a caracterização da cadeia produtiva do turismo.

Sobre o primeiro ponto, uma definição mais simplista se baseia no consumo dos turistas, ou seja, na demanda e não na oferta (COSTA e NASCIMENTO, 2010). O que gera críticas entre alguns estudiosos, como Leiper (2003), citado por Costa e Nascimento (2010). Para o referido autor, citado por Costa e Nascimento (2010), a definição do que são empresas de turismo deveria passar por duas condições: que elas tenham estratégias focadas no turista e que sejam cooperativas com outras empresas do setor, visando à atração e o recebimento deste turista. No entanto, essa forma de classificar traz um dificultador que é a necessidade de ir a campo verificar, empresa por empresa, qual a estratégia corporativa e a forma de cooperação (COSTA e NASCIMENTO, 2010), além de apresentar uma visão que não considera toda a cadeia produtiva.

Já o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2012), também pela perspectiva da demanda, classifica as empresas turísticas a partir das Atividades Características do Turismo - ACT que, por sua vez, tem relação direta com os produtos turísticos (IBGE, 2012). Para o referido Instituto, a classificação de uma ACT ocorre mediante a identificação da existência de produtos turísticos em sua produção principal. Dessa maneira, são identificadas dez Atividades, conforme relação apresentada no Anexo B.

Vieira (2013) pondera sobre esse tipo de classificação. Na visão do autor, muitos dos produtos que apresentam potencial de consumo dos visitantes também são consumidos pela comunidade anfitriã, como seria o caso dos Serviços de Alimentação, Transporte e até mesmo

das Atividades Recreativas, Culturais e Desportivas. Essa condição de consumo não exclusivo dos turistas tende a distorcer os dados da economia do turismo (VIEIRA, 2013), o que pode prejudicar determinadas análises. Por isso, é fundamental ter clareza do objeto que se pretende estudar para que a pesquisa se apoie no grupo mais adequado de dados.

Para o presente trabalho, como a intenção é verificar se as políticas públicas influenciam a competitividade das MPE da cadeia produtiva do turismo, julga-se que os resultados apresentados por todas as CNAE selecionadas (Anexo A) não distorcem o objeto da análise, pelo contrário, o enriquecem. Colabora ainda para essa decisão, autores como Schuch (2001), que afirma que “no turismo, o consumidor compra um produto com “várias etiquetas” (de todas as organizações que intervêm no pacote), o que faz com que a qualidade percebida seja a do conjunto e não a das partes isoladas” (SCHUCH, 2001, p.46). E Pereira (1999), que reforça a característica fragmentada do turismo que envolve diversos segmentos e tipos de negócios. Ainda no contexto brasileiro, a análise contemplando toda a cadeia produtiva do turismo ganha mais relevância, na medida em que o diagnóstico do setor, contido no Plano Nacional de Turismo 2003/2007, identificou com um dos gargalos para a competitividade dos destinos é a falta de estruturação desta cadeia (PEREIRA, 1999).

Passando para o segundo ponto, a definição dos portes, internacionalmente existem variações nos critérios utilizados (COSTA e NASCIMENTO, 2010). As definições, geralmente, variam em torno de quatro principais critérios: faturamento bruto, recursos disponíveis, capital de giro e número de empregados (COSTA e NASCIMENTO, 2010). No Brasil, o Sebrae (2006), opta pela classificação baseada no faturamento, seguindo os critérios da Lei Complementar 123/2006 – Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e, posteriormente da Lei Complementar nº 155/2016, também conhecida como Crescer sem Medo, que amplia o limite de faturamento de cada um dos portes dos pequenos negócios.

Considerada como a primeira política pública nacional voltada especificamente para as MPE, a Lei Geral, ou também conhecida como Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, tem como principal objetivo estimular a competitividade das MPE, e também dos demais pequenos negócios, visando a geração de emprego, distribuição de renda, redução da informalidade, inclusão social e da dinamização da economia brasileira (COSTA e LEANDRO, 2016). Junto com ela, surge o Simples Nacional, regime de arrecadação, cobrança e fiscalização destinado às MPE e ao Microempreendedor Individual - MEI. Abrangendo todos os entes da federação, o Simples reúne a arrecadação de oito impostos em uma única guia, visando a simplificação do recolhimento destes tributos (COSTA e LEANDRO, 2016).

Ressalta-se que, por insuficiência de dados secundários para a variável “competitividade das micro e pequenas empresas da cadeia produtiva do turismo”, o presente trabalho focará a análise apenas nas Microempresas e Pequenas Empresas, chamadas de MPE, excluindo assim do universo de pesquisa os MEI. Esclarece-se que, quando os dados foram coletados, em 2015, a Lei Complementar nº 155/2016 ainda não havia sido sancionada. Dessa maneira, este trabalho se baseia na classificação que esteve vigente até o final de 2017, como pode ser observado no quadro 3⁴:

Quadro 3 - Classificação dos Pequenos Negócios

Porte	Faturamento Anual
Microempresa – ME	até R\$ 360 mil
Empresas de Pequeno Porte - EPP	entre R\$ 360 mil e R\$ 3,6 milhões

Fonte: Adaptado de Lei Complementar 123/2006 – Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (2006).

Já para o último ponto, a caracterização da cadeia produtiva do turismo, estudos identificaram interações do turismo com pelo menos 52 outros setores econômicos⁵ (SEBRAE, 2008). Sob essa ótica, considera-se como empresas da cadeia produtiva do turismo tanto aquelas que compõem a chamada cadeia principal, que convergem para as ACT, quanto as que estão localizadas a montante e a jusante, que são detalhadas por elos produtivos que representam o fluxo de produtos e serviços (SEBRAE, 2008). Dessa forma, a montante estão inseridas empresas que oferecem produtos e serviços para a cadeia principal e a jusante estão aquelas empresas que prestam serviços diretamente ao turista (SEBRAE, 2008). Sendo assim, fazem parte da cadeia produtiva do turismo os elos principais, como exemplo, as agências de viagens (CNAE 63.30-4) e os hotéis (CNAE 5510-8/01), assim como as empresas de aluguel de palco (CNAE 7739-0/03) que estão a montante, e os serviços de táxi (CNAE 4923-0/01), que estão a jusante. A relação completa das CNAE consideradas como parte da cadeia produtiva do turismo é apresentada no Anexo A.

No contexto brasileiro, dados mais recentes do Sebrae⁶ (2015) indicam que a cadeia produtiva do turismo registrou em 2015, 1.064.358 pequenos negócios. Destes, mais da metade, 638.779, são Microempreendedores Individuais – MEI. Na sequência aparecem as Microempresas com 390.428 unidades e as Pequenas Empresas com 69.438 registros.

⁴ A partir de 2018, o limite de faturamento para ME se mantém (até R\$ 360 mil) e para EPP aumenta para até R\$ 4,8 milhões ao ano. Já para MEI, que não foi considerado no estudo, o limite passa para até R\$ 81 mil ao ano. Dessa maneira, salienta-se que com a nova classificação, os dados de 2015 seriam agrupados de uma maneira distinta. Por isso, manteve-se os limites utilizados até o final de 2017.

⁵ Relação pode ser encontrada no Anexo C.

⁶ Disponíveis na ferramenta interna de planejamento “Painel de Serviços”.

Do total dos pequenos negócios que integram a cadeia produtiva do turismo, a maioria (760.614) é referente às CNAE⁷ do segmento de Alimentação Fora do Lar. Excluindo estas, tem-se como principais:

Quadro 4 - Principais CNAE da Cadeia Produtiva do Turismo em 2015

Colocação	CNAE	Atividade	MEI	ME	PE	Total
1º	8230-0/01	Serviços de Organização, Produção e Promoção de Feiras e Exposições	69.118	18.344	2.984	90.446
2º	4923-0/02	Serviços de Táxi	31.801	1.390	109	33.300
3º	7911-2/00	Agências de Viagens	11.910	17.797	2.334	32.041
4º	5510-8/01	Hotéis	229	21.048	5.418	26.995

Fonte: Sebrae (2015).

Observa-se no quadro 4 que as primeiras colocações em termos de quantidade de empresas foram ocupadas por atividades que não são de uso exclusivo do turismo e até mesmo apresentam uma relação que pode ser considerada como indireta: Serviços de Organização, Produção e Promoção de Feiras e Exposições e Serviços de Táxi. Somente na terceira e na quarta colocação é que aparecem as Agências de Viagens e os Hotéis. Até mesmo as CNAE referentes ao segmento de Alimentação Fora do Lar, maioria na cadeia produtiva do turismo, não são exclusivas do setor. Sobre essa particularidade, deve-se considerar que o produto turístico, entendido como um composto de bens e serviços, é produzido em diversas unidades econômicas e enriquecido ao longo da cadeia produtiva até chegar ao consumidor final (SEBRAE, 2008). Nesse sentido, há empresas que atuam na transformação da matéria-prima no produto turístico e outras que oferecem os bens e serviços acabados (SEBRAE, 2008).

Ainda sobre a diversidade da cadeia produtiva do turismo, para Costa (2005), o setor atingiu um nível de especialidade na prestação de serviços, graças à atuação combinada de empresas de diferentes ramos. Segundo a autora:

[...] pensando sistematicamente, o turismo possui uma estrutura econômica própria caracterizada pela presença de diversos intermediários. Esses são os atacadistas responsáveis por distribuir o produto turístico provido por muitos fornecedores e, muitas vezes, por assumir os riscos inerentes à atividade turística (COSTA, 2005, p. 31).

⁷ Classificação Nacional de Atividades Econômicas.

Ressalta-se, então, que essa cadeia produtiva pode variar e tornar-se mais especializada dependendo dos segmentos turísticos, já que cada um deles apresenta um perfil diversificado de demanda que resulta em produtos e serviços diferenciados (SEBRAE, 2008).

No encerramento dessa seção, podem ser citadas como principais contribuições para a investigação proposta: (I) a caracterização das micro e pequenas empresas – MPE da cadeia produtiva de turismo no Brasil, ressaltando os distintos portes e (II) a importância de se analisar a cadeia produtiva, com as diferentes posições das empresas, demonstrando assim as peculiaridades do universo que está sob a análise do presente trabalho.

Para finalizar o referencial teórico, o tópico seguinte abordará o conceito de competitividade sistêmica sob a ótica das Micro e Pequenas Empresas de Turismo.

2.3.2 Competitividade Sistêmica e as Micro e Pequenas Empresas (MPE) de Turismo

O modelo de Competitividade Sistêmica, proposto por Esser et al (1994; 1996) se baseia em quatro níveis: Macro, Meso, Micro e Meta, e parte do princípio que a competitividade é produto da complexa e dinâmica interação entre o Estado, as empresas, as chamadas instituições intermediárias e a capacidade que sociedade tem de ser organizar (ESSER et al, 1994). Há de se ressaltar que uma das variáveis que integra a macro dimensão políticas públicas avaliada pelo Índice de Competitividade do Turismo Nacional – ICTN, também se refere a cooperação, sob a ótica do destino com a região no qual está inserido (MTUR, 2008)⁸. Além de ser avaliada na própria dimensão políticas públicas, que, entre outros itens, considera o grau de cooperação com o governo federal e o grau de cooperação público-privada (MTUR, 2008).

Nesse contexto, “a ideia de competitividade sistêmica assenta-se na noção de que o desenvolvimento bem-sucedido não se cria com a participação de apenas um nível da economia, mas sim com a participação de diversos atores sociais” (COSTA, 2005, p.45). Ou seja, no modelo de competitividade sistêmica existe uma ênfase nos relacionamentos entre os diferentes níveis (COSTA, 2005).

O nível macro seria aquele das políticas públicas e da macroeconomia. Já o meso pode ser considerado como o nível das políticas públicas específicas para geração de vantagens competitivas, criando assim um ambiente que fomenta os esforços das empresas. Por sua vez, o nível micro diz respeito aos atributos internos das empresas e também de seu entorno imediato. E por último, o meta é aquele que integra e assegura a coordenação entre todos os

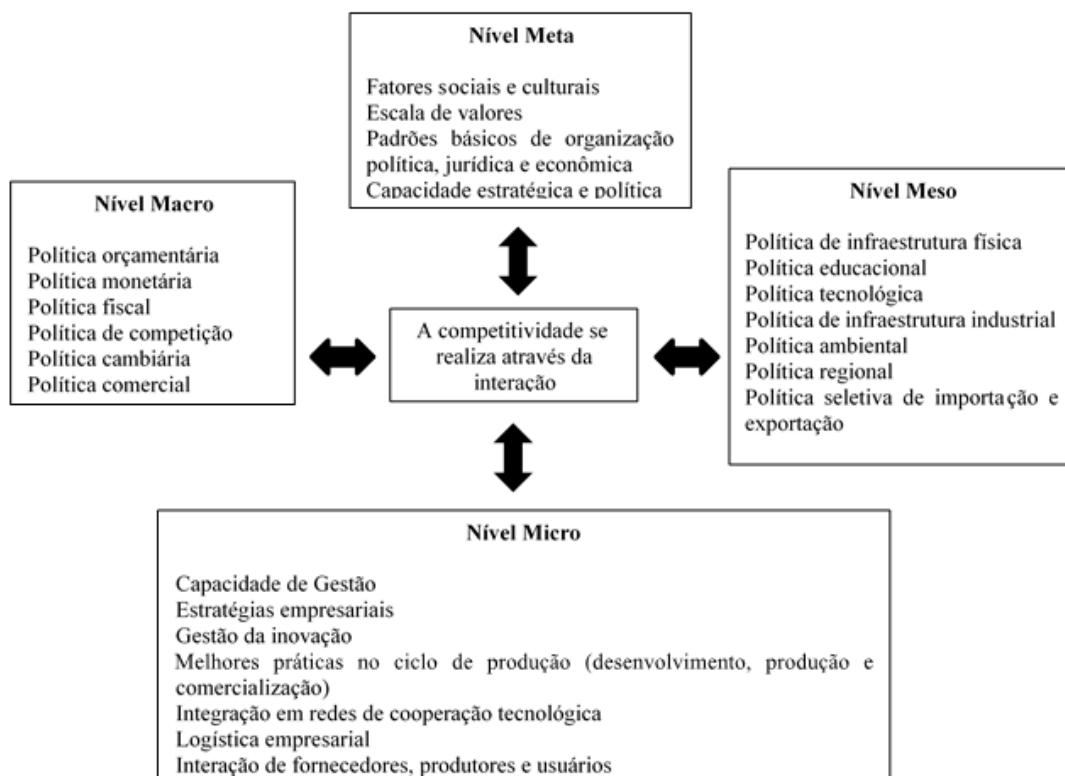
⁸ Governança, projetos de cooperação regional, planejamento turístico, roteirização e promoção e apoio à comercialização de forma integrada são as variáveis analisadas em cooperação regional.

níveis, estabelecendo assim padrões de organização política e econômica (ESSER et al, 1996; MEYER-STAMER, 2001; VIEIRA, 2013).

Dentro desse conceito de competitividade sistêmica, cabe aqui elencar o que os autores apontam como as principais características dos países mais competitivos: (I) apresentam estruturas capazes de promover a competitividade desde o nível meta, (II) no contexto macro, exercem pressão para que as empresas melhorem o desempenho, (III) possui um espaço meso estruturado no qual há negociação entre o Estado e os diferentes atores sociais para políticas públicas que apoiem e também impulsionem a formação das estruturas sociais, e (IV) contam com um grande número de empresas no nível micro que buscam, a todo instante, a eficiência, a qualidade, a flexibilidade e a rapidez de reação, além de estarem articuladas em redes colaborativas. Dessa forma, a competitividade seria alcançada a partir do momento em que os quatro níveis (Macro, Meso, Micro e Meta) estivessem em equilíbrio (ESSER et al, 1996). Com base nas principais características citadas pelos autores, reflete-se que para as empresas serem competitivas deve haver: (I) uma busca incessante pela eficiência interna e (II) uma preocupação constante com a integração destas em redes colaborativas.

Sendo assim, os autores consideram como fatores determinantes para a competitividade sistêmica aqueles expressos na figura 1:

Figura 1 - Fatores Determinantes para a Competitividade Sistêmica



Fonte: Adaptado de Esser et al (1996).

Destaca-se que a referida condição de equilíbrio tem mais chances de ser alcançada quando o mercado e o Estado definem a mesma direção para atuação e a sociedade prioriza o bem-estar comum (ESSER et al, 1996). Nessa perspectiva, o mercado seria o fomentador do desenvolvimento enquanto ao Estado caberia a responsabilidade de favorecer um ambiente de aprendizado, com diálogo aberto e permanente. Tudo isso embasado por estruturas sociais fortes e democráticas. Daí a importância de se ter os níveis macro e meso bem estruturados, com políticas públicas efetivas e bem direcionadas (ESSER et al, 1996).

Já no nível micro, tendo como base o modelo de competitividade sistêmica, o desempenho individual das empresas depende também da eficiência da cadeia de valor, que por sua vez é influenciada pela competitividade individual destas empresas. “Dessa forma, todas as empresas que fazem parte de uma cadeia de valor precisam ser competitivas. A produtividade média é que vai definir a competitividade da cadeia de valor ante a concorrência internacional” (SEBRAE, 2017, p.12). Sendo assim, em um cenário ideal, todos os elos da cadeia de valor deveriam ser organizados com a mesma efetividade e eficiência (ESSER et al, 1996).

Na realidade das micro e pequenas empresas, essa lógica de cooperação e competitividade sistêmica é ainda mais evidente. E este modelo dá a oportunidade de olhar para o contexto delas de forma mais articulada e analisar elementos, como os relacionamentos interorganizacionais, como potenciais contribuidores para a competitividade. Assim, a partir deste entendimento, há autores que abordam a competitividade das empresas sob a perspectiva de redes de cooperação. Entre eles, encontram-se os estudos de Costa (2005) e da autora em conjunto com outros pesquisadores (COSTA, COSTA e MIRANDA JÚNIOR, 2012; COSTA, GONÇALVES e HOFFMANN, 2014; GARAY, SANTANA e COSTA, 2015); os de Andriighi e Hoffmann (2010); e os de Amaral (2016).

A partir da década de 1980, com a valorização que a Itália atribuiu as aglomerações territoriais de empresas e também com os estudos de Porter (1990; 1998; 1999) sobre o tema, citados por Costa (2005), a visão isolada das empresas passou a ser objeto de críticas. Nesse contexto, o estudo da competitividade incorporou novos fatores, tais como a cooperação, a conectividade, as ações integradas, a comunicação e a confiança entre as empresas similares ou relacionadas, o que representou uma quebra de paradigma sobre a concorrência e evidenciou a necessidade um novo modelo produtivo (COSTA, 2005).

Essa nova forma de entender a competitividade, a partir de relacionamentos de cooperação, ganha ainda mais evidência quando as empresas são de pequeno porte, já que elas, em grande parte dos casos, se configuram como negócios com um nível de maturidade menor e de alcance restrito ao mercado (AMORIM, MOREIRA e IPIRANGA, 2004; COSTA, 2005).

Neste contexto, as aglomerações empresariais nos destinos turísticos têm ênfase dos pequenos negócios (ANDRIGHI e HOFFMANN, 2010). Estes, por meio de ações cooperadas, teriam mais possibilidades de serem competitivos (COSTA, GONÇALVES e HOFFMANN, 2014). Fato que não inibiria a competição, uma vez que no próprio destino elas continuariam sendo concorrentes. Apesar da continuidade da competição interna, a cooperação das empresas de turismo tende a ser positiva também para os destinos. Na medida em que a cooperação se daria no âmbito inter-regional, haveria estímulos para o desenvolvimento local. Ou seja, na competição pelos turistas de outras destinações, os atores se uniriam e se fortaleceriam conjuntamente (ANDRIGHI e HOFFMANN, 2010; COSTA, GONÇALVES e HOFFMANN, 2014). Sendo assim, a cooperação pode tornar-se uma estratégia central para a competitividade turística e as interações entre os diferentes níveis de atores são cruciais (AMARAL, 2016).

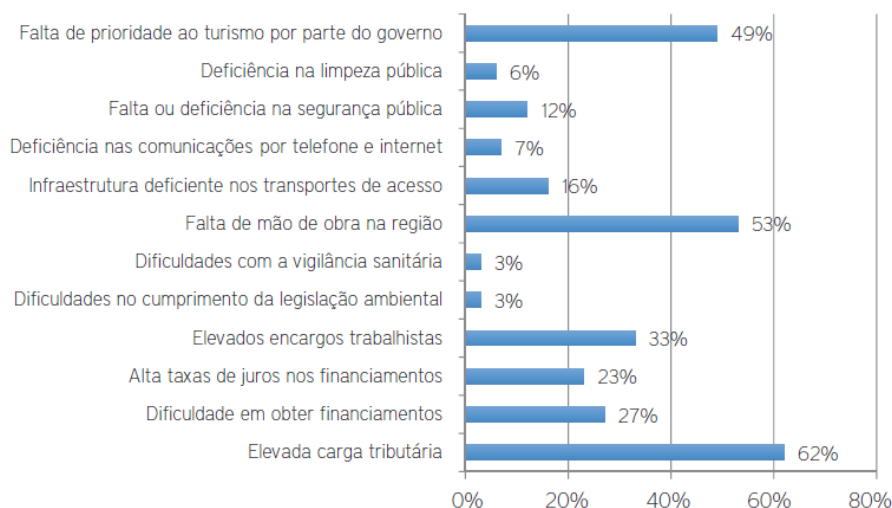
O turismo é um fenômeno sistêmico altamente interdependente no qual os atores “cooperam e competem no mesmo espaço” (AMARAL, 2016, p.36). Por isso, as políticas públicas precisam considerar, pelo menos, três níveis de interações: i) composto pelos empresários ou organizações que de fato fazem com que o turismo aconteça; ii) os intermediários, como as agências e as operadoras e até mesmo as agências de promoção; e iii) as autoridades nacionais, regionais e locais (AMARAL, 2016).

Observa-se, então, que os autores citados buscam sempre relacionar a cooperação com o desempenho individual das empresas e dos destinos turísticos, atribuindo a ela um *locus* central na obtenção de vantagens competitivas (COSTA, GONÇALVES e HOFFMANN, 2014). Outro ponto é que a cooperação não se daria apenas entre empresas, mas sim entre diferentes atores e níveis do sistema turístico. O próprio Ministério do Turismo, autoridade nacional, ao definir como uma das dimensões do Índice de Competitividade do Turismo Nacional a cooperação regional, reconhece este relacionamento sistêmico. Para o órgão, a competitividade dos destinos turísticos apenas seria alcançada e se houvesse “cooperação e parceria dos diversos segmentos envolvidos, tais como: organizações da sociedade, instituições de ensino, turistas e comunidade” (MTUR, 2009, p. 66). Dessa maneira, extrapola-se a noção de cooperação empresarial.

Nesse contexto, um aspecto a ser analisado é como as MPE da cadeia produtiva do turismo enxergam a competitividade sistêmica na prática. A Confederação Nacional do Turismo – CNTur e o Sebrae (2015), em recente estudo, fizeram uma sondagem com 1.418 empresas em 16 estados brasileiros, de todas as cinco regiões, com esse propósito. O resultado que chama atenção, expresso na figura 2, é que, dos três principais gargalos para a competitividade, pelo menos dois são reflexos de políticas públicas (nível macro e meso)

adotadas pelo governo brasileiro: elevada carga tributária (62%) e falta de prioridade para o turismo por parte do poder público (49%). Foram ainda citados outros gargalos, como elevados encargos trabalhistas (33%) e dificuldade em obter financiamento (27%) que também poderiam ser associados às políticas públicas:

Figura 2 - Principais Gargalos para a Competitividade

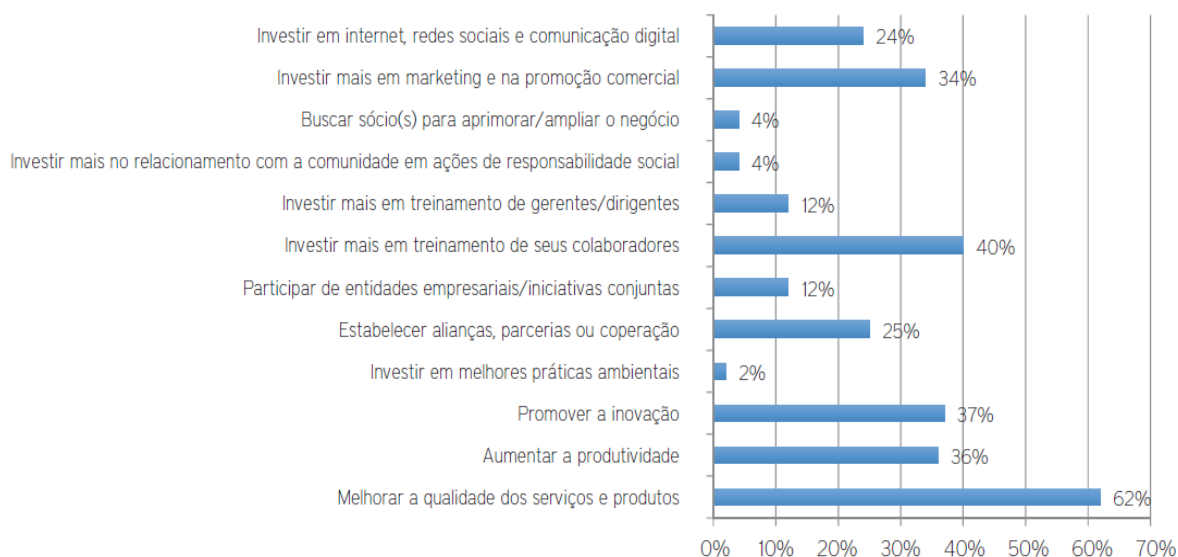


Fonte: CNTur e Sebrae (2015).

Sarfati (2013) ao estudar a associação entre políticas públicas, empreendedorismo e as Micro, Pequenas e Médias Empresas - MPME, chegou a resultados similares aos do estudo realizado pela CNTur e pelo Sebrae (2015). Para o autor, as políticas regulatórias que mais afetam as MPME e o empreendedorismo são as regras de: (I) entrada e saída de negócios, (II) trabalhistas e sociais, (III) propriedade, (IV) tributárias, (V) propriedade intelectual, (VI) falência e (VII) que afetem a liquidez e disponibilidade de capital, como exemplo, ele cita as taxas de juros e acesso a financiamento.

Apesar dos gargalos citados serem, em grande parte, associados às políticas públicas, quando os entrevistados pelo estudo da CNTur e Sebrae (2015) foram questionados sobre as principais estratégias para melhorar a competitividade, nenhuma delas agiria diretamente nessa temática. A alternativa mais citada (64%), conforme figura 3, diz respeito a uma estratégia que está sob a condução e efeito nas próprias empresas (nível micro): melhorar a qualidade dos serviços e produtos:

Figura 3 - Principais Estratégias para Aumentar a Competitividade



Fonte: CNTur e Sebrae (2015).

Nota-se que as estratégias propostas para aumentar a competitividade não atuam diretamente nos gargalos identificados pelos próprios empresários. Gargalos estes que estão relacionados aos níveis macro e meso, e não ao micro como as estratégias foram direcionadas. Ressalta-se que, a cooperação, que é associada por diferentes autores à competitividade, foi citada apenas por 25% dos entrevistados. Esse conjunto de informações leva a crer que os empresários do turismo brasileiro ainda não compreendem que essas mesmas políticas públicas que são gargalos para a competitividade, poderiam ser objeto da atuação deles para reverter os obstáculos identificados. A visão dos empresários ainda está direcionada apenas para o nível micro.

Dessa maneira, a partir dos resultados do estudo conduzido pela CNTur e Sebrae (2015), conclui-se que a competitividade ainda não é vista de maneira sistêmica pelos empresários das MPE da cadeia produtiva do turismo do Brasil. Todavia, esta abordagem poderia ser interessante, já que, como visto anteriormente, quando o mercado e o Estado definem a mesma direção para atuação, a condição de equilíbrio para a competitividade sistêmica tem mais chances de acontecer.

Com essa subseção se encerra o Referencial Teórico da pesquisa. Observa-se que os constructos da pesquisa tecem um conjunto de interconexões das variáveis, amparados na noção de sistemas complexos. Sendo assim, o item apresentado trouxe como principais contribuições (I) a contextualização do conceito de competitividade sistêmica e sua relevância para este estudo, já que a partir dele que a variável “competitividade das MPE da cadeia produtiva do

turismo” será proposta e (II) a reflexão de que o desempenho individual das empresas depende também da eficiência da cadeia produtiva, o que reforça a escolha deste estudo.

3 ABORDAGEM METODOLÓGICA

Este capítulo apresenta a metodologia empregada, abrangendo a abordagem e a definição operacional dos termos, a delimitação e a temporalidade da pesquisa, os procedimentos utilizados para a coleta de dados, o tratamento e a análise destes dados.

3.1 Abordagem da Pesquisa e Definição Operacional dos Termos

O estudo sobre políticas públicas pode ocorrer de diversas formas, dependendo do objetivo da análise e também do ponto de vista do pesquisador (SARAVIA, 2006). Considerando o estado da arte do problema, ou seja, de escassez de estudos sobre possíveis influências das políticas públicas na competitividade das Micro e Pequenas Empresas - MPE da cadeia produtiva do turismo, a pesquisa aqui apresentada pode ser definida como correlacional e descritiva. Correlacional porque se dedicou a conhecer as interações entre as variáveis políticas públicas (independente) e competitividade das micro e pequenas empresas – MPE da cadeia produtiva do turismo (dependente), por meio de um padrão observável. Descritiva na medida em que buscou descrever as interações observadas (SAMPIERI, COLLADO e LUCIO, 2013).

Para isso, foram utilizados métodos quantitativos que compreendem um conjunto de processos sequenciais e comprobatórios, nos quais a coleta e a avaliação de dados se baseiam na medição (SAMPIERI, COLLADO e LUCIO, 2013). Conforme explica Richardson (2011), os métodos quantitativos são aplicados em estudos descritivos nos quais o objetivo é a classificação de relações entre variáveis. Nesse sentido, a escolha pela abordagem quantitativa foi orientada pelo problema de pesquisa, que se delimita à quantificação da associação entre variáveis. Isto posto, com base nos autores estudados e visando a compreensão dos termos empregados na pesquisa, segue a definição operacional adotada para cada um deles:

Quadro 5 – Definição Operacional dos Termos

Termos	Definições Adotadas
Políticas Públicas	Desempenho da variável, em termos de pontuação no ICTN, no período de 2008 a 2015 (com exceção de 2012). Para isso, considera-se o resultado geral da variável, mas também se investiga os das dimensões que a compõem: infraestrutura, marketing, PPTur, cooperação regional e monitoramento.
Cadeia Produtiva do Turismo	Agrupamento de empresas de turismo dividido em três grandes blocos: cadeia principal, montante e jusante.

continua.

Termos	Definições Adotadas
Cadeia Principal	Agrupamento de empresas classificadas pelo IBGE como: Serviços de Alojamento, Serviços de Alimentação, Atividades de Agências e Organizadores de Viagens e, em alguns casos, Atividades Recreativas, Culturais e Desportivas quando estas se configurarem como atrativos turísticos.
Montante	Agrupamento de empresas fornecedoras de bens e serviços para a Cadeia Principal.
Jusante	Agrupamento de empresas que também prestam serviços ao turista, apesar de não ser a principal atividade, e não estão inseridas na Cadeia Principal.
Competitividade das micro e pequenas empresas – MPE da Cadeia Produtiva do Turismo	Desempenho da variável, em termos de pontuação, em 2015. Para isso, considera-se a média simples dos oito critérios avaliados pelo Modelo de Excelência em Gestão – MEG.

Fonte: Baseado em Coutinho e Ferraz (1995); Kotler (2003); Saravia (2006); Beni (2007); Sebrae (2008); IBGE (2012); Vieira (2013); Ruiz e Gândara (2014); MTur (2015); Sebrae (2016); FNQ (2016).

Uma vez alinhados os termos operacionais, apresentados no quadro 5, parte-se agora para a delimitação da pesquisa e explicação sobre a escolha dos dados utilizados.

3.2 Delimitação da Pesquisa

A pesquisa ora apresentada pode ser delimitada a partir de quatro elementos: i) unidade de análise; ii) território englobado; iii) abrangência das variáveis; e iv) cobertura temporal dos dados. Ressalta-se que para a realização das análises propostas, foram usados dados secundários oriundos do Ministério do Turismo - MTur e do Sebrae, que são fontes oficiais, respectivamente, sobre o turismo brasileiro e a atuação das MPE no país. Malhotra (2001) define dados secundários como aqueles que foram coletados para outros objetivos “que não os do problema em pauta” (MALHOTRA, 2001, p.127).

A (i) unidade de análise deste estudo é o conjunto das micro e pequenas empresas - MPE da cadeia produtiva do turismo, considerando as CNAE listadas no Anexo A, contemplando o desempenho individual das firmas, da própria cadeia e dos destinos nos quais as MPE atuam. Seguindo a literatura consultada, as CNAE que o Sebrae considera como integrantes da cadeia produtiva do turismo foram agrupadas em: montante, cadeia principal e jusante. Entretanto, a partir da delimitação da pesquisa algumas destas CNAE não foram encontradas no banco. Com isso, não fazem parte da análise da presente dissertação:

Quadro 6 - CNAE Ausentes do Banco de Dados

Nº CNAE	Descrição CNAE
9311-5/00	Gestão de Instalações de Esportes
9321-2/00	Parque Aquático; Exploração de

Nº CNAE	Descrição CNAE
7420-0/04	Filmagem de Festas e Eventos
8230-0/31	Serviços de Organização de Feiras, Congressos, Exposições e Festas
9001-9/05	Produção de Espetáculos de Rodeios, Vaquejadas e Similares
9319-1/01	Produção e Promoção de Eventos Esportivos
9001-9/01	Produção Teatral
9001-9/03	Produção de Espetáculos de Dança
9001-9/04	Produção de Espetáculos Circenses, de Marionetes e Similares
5611-2/02	Bares e Outros Estabelecimentos Especializados em Servir Bebidas
4789-0/01	Comércio Varejista de Suvenires, Bijuterias e Artesanatos
4721-1/02	Padaria e Confeitaria com Predominância de Revenda
5612-1/00	Serviços Ambulantes de Alimentação
7490-1/02	Esquafandria e Mergulho
7711-0/00	Locação de Automóveis sem Condutor
4923-0/01	Serviço de Táxi
7721-7/00	Aluguel de Equipamentos Recreativos e Esportivos
5590-6/01	Albergues, Exceto Assistenciais
5590-6/03	Pensões (Alojamento)

Fonte: Adaptado de Sebrae (2015).

Nota-se, no quadro 6, que 19 CNAE estão ausentes no Banco de Dados do MEG, incluindo empresas das diferentes posições na cadeia produtiva do turismo (montante, cadeia principal e jusante). Entretanto, como pode ser observado no Anexo A, permaneceram na análise 41 CNAE, contemplando também as três posições na cadeia produtiva do turismo.

Como condições para fazer parte da pesquisa ora realizada, as MPE da cadeia produtiva do turismo deveriam ter participado do Modelo de Excelência em Gestão - MEG no ano de 2015 e estar localizadas em destinos turísticos brasileiros avaliados pelo Índice de Competitividade do Turismo Nacional – ICTN. Foram excluídos da análise os Microempreendedores Individuais – MEI, em função do baixo número de respondentes. Em 2015, apenas 118 MEI das CNAE analisadas participaram do MEG sendo que a maioria, 63, eram da cidade de São Paulo. Isto posto, tem-se o seguinte universo de MPE:

Tabela 1: Universo de MPE da Cadeia Produtiva do Turismo

Localização na Cadeia	Microempresa	Pequena Empresa	Total
Montante	57	72	129
Cadeia Principal	1487	1685	3172
Jusante	225	255	480
Total	1769	2012	3781

Fonte: Dados da Pesquisa.

Observa-se na tabela 1 que o maior número de MPE analisadas (3.172) encontra-se na cadeia principal, tais como os hotéis (CNAE 5510-8/01) e as agências de viagem (CNAE 7911-2/00). Na sequência, aparecem as MPE inseridas a jusante (480), como o serviço de transporte

de passageiros - locação de automóveis com motorista (CNAE 4923-0/02). E, por último, as empresas inseridas a montante (129) como as de criação de estandes para feiras e exposições (CNAE 7319-0/01).

Como dito anteriormente, estas MPE deveriam estar localizadas em destinos turísticos avaliados pelo ICTN. Dos 65 destinos turísticos avaliados, 15 não tiveram MPE da cadeia produtiva do turismo como respondentes, ou tiveram apenas 01, por isso foram desconsiderados. Dessa maneira, o universo de empresas estudado se distribui pelos 50 destinos, conforme detalhamento abaixo:

Quadro 7 – Distribuição Territorial das MPE da Cadeia Produtiva do Turismo

UF	Destino Turístico Avaliado pelo ICTN	Quantidade
RJ	Angra dos Reis	10
SE	Aracaju	148
CE	Aracati	12
RJ	Armação de Búzios	07
SC	Balneário Camboriú	03
MA	Barreirinhas	10
PA	Belém	37
MG	Belo Horizonte	125
RS	Bento Gonçalves	14
RR	Boa Vista	33
DF	Brasília	612
GO	Caldas Novas	34
MS	Campo Grande	63
MS	Corumbá	05
MT	Cuiabá	13
PR	Curitiba	13
MG	Diamantina	03
PE	Fernando de Noronha	13
SC	Florianópolis	28
CE	Fortaleza	34
GO	Goiânia	94
RS	Gramado	07
SP	Ilhabela	24
PE	Ipojuca	43
PB	João Pessoa	76
BA	Lençóis	06
AP	Macapá	46
AL	Maceió	210
AM	Manaus	89
AL	Maragogi	35
BA	Maraú	27
BA	Mata de São João	14
RN	Natal	123
TO	Palmas	30

continua.

UF	Destino Turístico Avaliado pelo ICTN	Quantidade
PI	Parnaíba	03
RJ	Petrópolis	05
GO	Pirenópolis	03
RS	Porto Alegre	167
BA	Porto Seguro	11
RO	Porto Velho	09
PE	Recife	106
AC	Rio Branco	50
RJ	Rio de Janeiro	556
BA	Salvador	224
PA	Santarém	27
SC	São Joaquim	05
MA	São Luís	96
SP	São Paulo	334
PI	Teresina	51
ES	Vitória	93
TOTAL		3.781

Fonte: Dados da Pesquisa.

Observa-se que, conforme distribuição apresentada no quadro 7, foram analisadas empresas de todos os estados brasileiros, ou seja, todas as regiões administrativas foram contempladas no estudo. Tem-se, então, um (ii) território com 50 destinos turísticos brasileiros.

Sobre a (iii) abrangência das variáveis, tem-se duas situações distintas. No que se refere a variável políticas públicas, cabe esclarecer que a metodologia do ICTN resulta em uma análise da eficiência do destino (*ex-ante*), sendo concentrada nos recursos ou atributos internos. Inicialmente, em 2008, eram avaliadas cinco macro dimensões, distribuídas em treze dimensões que avaliavam mais de 60 variáveis para se chegar nas pontuações do Índice. A partir do ICTN de 2009, o agrupamento de macro dimensões deixa de existir, e os resultados se distribuem nas treze dimensões que permanecem. Esse ajuste, contudo, não influenciou os resultados das variáveis avaliadas (MTUR, 2009). Para o presente estudo, entre as treze existentes, em razão de sua vinculação com o problema de pesquisa, foram selecionadas cinco dimensões para compor a variável políticas públicas, a saber:

Quadro 8- Dimensões e Variáveis Índice de Competitividade do Turismo Nacional

Dimensões	Variáveis Avaliadas
Infraestrutura Geral	Capacidade de atendimento médico para o turista no destino Fornecimento de energia Serviço de proteção ao turista Estrutura urbana nas áreas turísticas
Monitoramento	Pesquisa de demanda Pesquisa de oferta Sistema de estatísticas no turismo Medição dos impactos da atividade turística

continua.

Dimensões	Variáveis Avaliadas
	Setor específico de estudos e pesquisas
Marketing e Promoção do Destino	Plano de marketing Participação em feiras e eventos Promoção do destino Estratégias de promoção digital
Políticas Públicas (para evitar confusões com a variável políticas públicas, criada neste estudo, essa dimensão será chamada de PPTur)	Estrutura municipal para apoio ao turismo Grau de cooperação com o governo estadual Grau de cooperação com o governo federal Planejamento para a cidade e para a atividade turística Grau de cooperação pública-privado
Cooperação Regional	Governança Projetos de cooperação regional Planejamento turístico regional Roteirização Promoção e apoio à comercialização de forma integrada

Fonte: Adaptado de MTur (2008).

Nota-se que, conforme apresentado no quadro 8, uma das dimensões é classificada no ICTN como políticas públicas, (neste estudo, será chamada de PPTur) e ela poderia ser a única escolhida para o presente estudo. Entretanto, ao analisar as variáveis avaliadas nesta dimensão, entendeu-se que o escopo ficaria limitado e outros elementos característicos de políticas públicas seriam desconsiderados. Sendo assim, optou-se por agregar as outras quatro dimensões (infraestrutura, marketing, monitoramento e cooperação regional) em razão da relação estreita com as políticas públicas, se configurando como tipos diferentes de intervenções governamentais.

A escolha dessas cinco dimensões para compor a variável criada no presente estudo, considerou inicialmente as três condições básicas para que as políticas sejam consideradas como públicas: a) objeto público, b) tradução da intenção em dispositivos e instrumentos concretos e c) autorização ou ratificação por agências públicas (HALL e JENKINS, 2004; DIAS e MATOS, 2012; MUELLER, 2015). Posteriormente, avaliou-se a relação destas dimensões com a competitividade.

No que se refere à infraestrutura geral, que seria uma política pública do tipo defensor do interesse público (HALL, 2001), na figura 4 é possível observar que ela está inserida no nível meso da competitividade sistêmica que, conforme explicado anteriormente, é o *locus* das políticas públicas (ESSER et al, 1996):

Figura 4 - Fatores Determinantes para a Competitividade Sistêmica

Fonte: Adaptado de Esser et al (1996)

Dessa maneira, entendeu-se como enriquecedor para a análise que a dimensão infraestrutura integrasse a variável políticas públicas. Outro ponto é que ela é uma das variáveis recorrentes nos modelos de competitividade dos destinos turísticos. Entretanto, “sua presença não garante o sucesso do destino na competição com seus concorrentes” (SETTE, OLIVEIRA e UVINHA, 2017, p.113). Julgou-se necessário investigar se essa premissa também se aplica a competitividade das MPE da cadeia produtiva do turismo.

Seguindo para a próxima dimensão, entende-se que monitoramento, que é uma política pública do tipo coordenação (HALL, 2001), faz parte da gestão dos destinos turísticos (VIEIRA, 2013; SETTE, OLIVEIRA e UVINHA, 2017), função que, no Brasil, é inerentemente pública (SETTE, OLIVEIRA e UVINHA, 2017). Além disso, no primeiro ICTN realizado, em 2008, esta dimensão fazia parte de uma macro dimensão chamada de políticas públicas (MTUR, 2008), fato que colabora com a decisão de incorporá-la no presente estudo. Já a relação com a competitividade, por sua vez, é esclarecida por Dwyer e Kim (2003). De acordo com os autores, o monitoramento turístico possibilita aos gestores uma aproximação da oferta com as expectativas da demanda, aumentando as chances de satisfazê-las e assim alcançar vantagens competitivas (DWYER e KIM, 2003).

Conforme aponta Vieira (2013), uma das condições para o desenvolvimento e a continuidade da competitividade é a implementação de ações promocionais e de marketing, posicionando assim o destino turístico no mercado. Mas, essas ações ainda não recebem contribuições robustas do setor privado (VIEIRA, 2013). Assim como acontece com o monitoramento, o marketing integra a gestão dos destinos e, no Brasil essa gestão é atribuída majoritariamente ao poder público (SETTE, OLIVEIRA e UVINHA, 2017). Ressalta-se que o marketing é considerado como um tipo de política pública de incentivo (HALL, 2001).

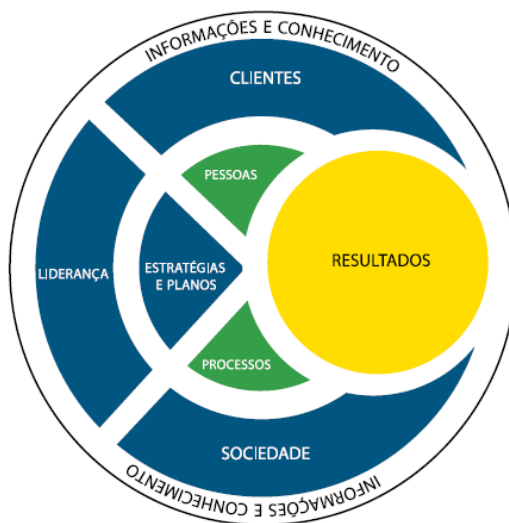
E, por último, a escolha pela cooperação regional, que é uma política pública do tipo de coordenação (HALL, 2001), se deveu, em um primeiro momento, a mesma condição da dimensão monitoramento e ao estreito laço com a natureza da própria variável chamada originalmente pelo ICTN de Políticas Públicas. Ou seja, no ICTN de 2008 ela compunha a macro dimensão políticas públicas. Soma-se a este fato a grande importância que a cooperação apresenta quando se fala em competitividade sistêmica (ESSER et al, 1994; 1996), conforme abordado anteriormente no Referencial Teórico.

Passando para a segunda variável, da competitividade das MPE da cadeia produtiva do turismo, a opção pelos resultados do Modelo de Excelência em Gestão - MEG se deve à disponibilidade de dados que representassem a realidade destas empresas no Brasil e à aderência ao objetivo da análise proposta neste estudo, como poderá ser visto na sequência.

Conforme explica a Fundação Nacional da Qualidade - FNQ (2014), o MEG é uma metodologia de auto avaliação da gestão das empresas, realizada por meio de um questionário, que reconhece e premia as melhores práticas, estimulando assim a competitividade empresarial (FNQ, 2014). Ele é dividido em quatro estágios, sendo o primeiro, MPE Brasil, aplicado às micro e pequenas empresas (FNQ, 2014).

O MEG, até o ano de 2016, foi baseado em 13 Fundamentos, 08 Critérios de Excelência e um Sistema de Pontuação. Os primeiros são expressos por ações gerenciais que, para serem mensuradas, são transformadas em questões ou solicitações de resultados a serem cumpridos pelas empresas. Os Critérios, por sua vez, agrupam essas questões/solicitações e suportam a avaliação dos resultados. E por último, o Sistema de Pontuação avalia o grau de maturidade da gestão (FNQ, 2014).

Na figura abaixo (5), verifica-se a representação gráfica dos critérios do MEG e na sequência, no quadro 9, o detalhamento de cada um com a respectiva pontuação máxima para o nível MPE Brasil, que aquele que interessa ao presente estudo:

Figura 5 - Critérios do MEG

Fonte: FNQ (2014).

Quadro 9 - Detalhamento Critérios MEG

Critério	Detalhamento	Pontuação Máxima para o nível MPE Brasil
Liderança	Cultura organizacional e desenvolvimento de gestão Governança Levantamento de interesses e exercício da liderança Análise do desempenho da organização	15,00
Estratégias e Planos	Formulação das estratégias Implementação das estratégias	9,00
Clientes	Análise e desenvolvimento de mercado Relacionamento com clientes	9,00
Sociedade	Responsabilidade socioambiental Desenvolvimento social	6,00
Informações e Conhecimento	Informações da organização Conhecimento da organização	6,00
Pessoas	Sistemas de trabalho Capacitação e desenvolvimento Qualidade de vida	9,00
Processos	Processos da cadeia de valor Processos relativos a fornecedores Processos econômico-financeiros	16,00
Resultados	Econômico-financeiros Sociais e ambientais Relativos aos clientes e ao mercado Relativos às pessoas Relativos aos processos	30,00
TOTAL		100,00

Fonte: Adaptado de FNQ (2014) e Sebrae (2017).

Como pôde ser observado no quadro acima (9), os elementos avaliados nos critérios do MEG não se limitam aos atributos internos das empresas, mas levam em conta o relacionamento com a cadeia produtiva, com fornecedores, com os clientes e com a sociedade em geral. Além de dedicar atenção aos resultados ambientais das empresas, em uma perspectiva sistêmica (FNQ, 2014) alinhada à proposta do presente estudo. Outro ponto relevante notado na mensuração do MEG é que ela utiliza tanto indicadores *ex-ante*, como por exemplo a liderança na cultura organizacional e no desenvolvimento de gestão, quanto *ex-post*, como os resultados econômico-financeiros (FNQ, 2014). Dessa maneira, tem-se um modelo de excelência em gestão que mensura o desempenho (*ex-post*) e também a eficiência (*ex-ante*), minimizando assim às críticas (RUIZ e GANDARA, 2014; PASCARELLA e FONTES FILHO, 2010) quanto aos modelos de competitividade que usam apenas um ou outro tipo de indicador.

Diferentemente do que ocorreu para a variável políticas públicas, para a qual foi necessário selecionar cinco dimensões entre as treze possíveis, para a variável competitividade das MPE da cadeia produtiva do turismo serão utilizados todos os 08 critérios componentes do MEG. Isso porque, conforme explicado anteriormente, a soma desses critérios é o que norteia a premiação daquelas empresas consideradas como as mais competitivas de acordo com os parâmetros estabelecidos no Prêmio MPE Brasil. Além dos 08 critérios contemplarem uma visão mais sistêmica sobre a eficiência e o desempenho destas empresas, eles incluem o relacionamento entre os diferentes níveis, contribuindo assim para a materialização do conceito de competitividade adotado neste estudo.

Por último, no que se refere a iv) cobertura temporal dos dados, a coleta para cada variável observou os seguintes anos, conforme descrito no quadro abaixo (10):

Quadro 10 - Temporalidade dos Dados de acordo com as Variáveis

Variável	Temporalidade dos Dados
Políticas Públicas	2008 a 2015 (exceção 2012 quando o ICTN não foi aplicado)
Competitividade das MPE da Cadeia Produtiva do Turismo	2015

Fonte: a Autora.

O Índice de Competitividade do Turismo Nacional – ICTN, conforme visto anteriormente, começou a ser aplicado no Brasil em 2008 e teve sequência nos anos posteriores, com exceção de 2012 quando ele não foi realizado (MTUR, 2013). Em 2015 foi a última aplicação, por isso a temporalidade dos dados para a variável políticas públicas termina neste ano.

Já a escolha pelos dados do Modelo de Excelência em Gestão - MEG de 2015, para a variável competitividade das MPE da cadeia produtiva do turismo, partiu do princípio que as políticas públicas demandam tempo para surtir efeito (VIEIRA, 2013) e são incrementais (RODRIGUES, 2010). Ou seja, elas nunca partem da estaca zero, mas carregam consigo um passado que restringe a plena liberdade dos agentes públicos (RODRIGUES, 2010). Dessa maneira, mantém-se fixo o ano da competitividade e busca-se aferir se ao longo dos anos uma possível associação entre as duas variáveis seguiria algum padrão de comportamento. Sendo assim, parte-se do pressuposto que seja necessário algum “[...] tempo para que um grupo de variáveis possa surtir efeito nas demais” (VIEIRA, 2013, p.62).

Ainda sobre a cobertura temporal dos dados, destaca-se que esse período (2008 a 2015) foi marcado por uma instabilidade econômica no mundo e no Brasil e também pela realização de dois grandes eventos esportivos, a Copa das Confederações em 2013 e a Copa do Mundo FIFA 2014, além da preparação para os Jogos Olímpicos Rio 2016. Este contexto ambiental, pode ter efeito, principalmente, na variável de políticas públicas, já que está foi analisada de 2008 a 2015 (exceção 2012 com o ICTN não foi realizado).

3.3 Procedimento para a Coleta De Dados

O procedimento para a coleta de dados se baseou na análise de documentos oficiais do MTur e de bancos de dados disponibilizado pelo Sebrae. Para a primeira variável, políticas públicas, foram coletados os resultados individuais dos 50 destinos indutores (Quadro 7), no período de 2008 a 2015 (com exceção de 2012, ano em que o ICTN não foi realizado), para as seguintes dimensões: Infraestrutura, Marketing, PPTur, Cooperação Regional e Monitoramento. Os referidos resultados são de acesso público e estão disponíveis nos relatórios analíticos do Índice de Competitividade do Turismo Nacional, no site do MTur⁹.

Para a segunda variável, competitividade das micro e pequenas empresas – MPE da cadeia produtiva do turismo, foram coletados os resultados individuais das empresas destes portes, de acordo com as CNAE listadas no Anexo A, correspondentes ao ano de 2015, dos critérios: Liderança, Estratégias, Clientes, Sociedade, Informações, Pessoas, Processos e Resultados. Todas elas integram o Modelo de Excelência em Gestão - MEG, realizado pela Fundação Nacional de Qualidade – FNQ em parceria com o Sebrae. Outra fonte utilizada foi a ferramenta de gestão do Sebrae chamada de “Painel Empresarial”, que consolida o número de

⁹ Os relatórios analíticos podem ser acessados em: <http://www.turismo.gov.br/publicacoes/item/567-%C3%ADndice-de-competitividade-do-turismo-nacional.html>.

empresas existentes em cada um dos municípios brasileiros e permite o agrupamento por CNAE e por porte. Ressalta-se que para ter acesso a esses dados, a pesquisadora solicitou autorização ao Sebrae.

Os dados foram compilados em anos. Dessa maneira, inicialmente foi composto um banco de dados no programa *Excel* para cada uma das variáveis, observando a delimitação da pesquisa descrita no tópico anterior. O Quadro 11 resume os dados coletados para cada uma das variáveis, bem como as respectivas fontes e a temporalidade:

Quadro 11- Resumo da Coleta de Dados

Variável	Dados Coletados	Fonte	Temporalidade
Políticas Públicas	Resultado das dimensões Infraestrutura, Marketing, PPTur, Cooperação Regional e Monitoramento avaliadas pelo Índice de Competitividade do Turismo Nacional – ICTN.	Ministério do Turismo - MTur	2008 a 2015 (exceção 2012, quando o Índice não foi aplicado)
Competitividade das MPE da Cadeia Produtiva do Turismo	Resultado dos critérios Liderança, Estratégias, Clientes, Sociedade, Informações, Pessoas, Processos e Resultados avaliados pelo Modelo de Excelência em Gestão.	Sebrae	2015
	Quantidade de empresas existentes nos municípios, por CNAE.	Sebrae	2015

Fonte: a Autora.

Esclarecidos os procedimentos para a coleta dos dados, parte-se agora para a explicação sobre o tratamento destes.

3.4 Tratamento dos Dados

De acordo com Gerhardt e Silveira (2009), o tratamento dos dados objetiva organizar tudo que foi coletado para identificar possíveis respostas para o problema de pesquisa. A partir da coleta de dados, foram compostos dois diferentes bancos de dados no programa *Excel*, um para cada uma das variáveis.

O primeiro deles oriundo do Sebrae, registrava todas as empresas participantes do Modelo de Excelência em Gestão - MEG no ano de 2015, no total de 65.717, localizadas em 2.190 municípios, de todos os estados brasileiros, compreendendo 1.084 diferentes CNAE. O procedimento inicial adotado para o tratamento deste banco de dados foi migrá-lo para o software estatístico *Statistical Package for the Social Sciences – SPSS* versão 20. Na sequência, foram selecionados os 65 destinos indutores avaliados pelo Índice de Competitividade do Turismo Nacional - ICTN. Posteriormente, um novo recorte foi realizado, dessa vez para as

CNAE consideradas pelo Sebrae como pertencentes à cadeia produtiva do turismo (Anexo A). E, por último, foram escolhidos apenas os resultados das micro e pequenas empresas - MPE. Chegou-se, então, a um banco com os resultados individuais de 3.781 MPE da cadeia produtiva do turismo, localizadas em 50 destinos, de todos os estados e regiões brasileiras, conforme detalhamento no quadro 7.

Há de se destacar que esses resultados poderiam alcançar diferentes pontuações em cada um dos critérios, conforme quadro 9 apresentado no item de delimitação da pesquisa. Em função dessa variação, foi necessário ajustá-los em uma mesma escala. Conforme explica Malhotra (2001), a transformação de escala “[...] envolve uma manipulação dos valores (...) a fim de assegurar a comparabilidade com outras escalas ou tornar os dados suscetíveis a análise” (MALHOTRA, 2001, p.386).

Considerando que os resultados de todas as dimensões da variável políticas públicas obedeciam a uma mesma escala, podendo ir de 0 a 100 pontos, a padronização para a variável competitividade das MPE da cadeia produtiva do turismo também foi feita para uma escala de 0 a 100 pontos. Sendo assim, uma vez que são 08 os critérios que integram a variável em questão, a padronização distribuiu uma fração de 100 para cada um deles ($100/8 = 12,5$). Ou seja, do total de no máximo 100 pontos, à cada item foi atribuída uma fração de 12,5 pontos, representada por:

$$f = \frac{100}{C}$$

onde f é o quanto cada critério representa do total de 100 pontos e C é a quantidade de critérios que comporá a variável competitividade.

Por sua vez, a conversão dos critérios para a escala de 100 pontos, considerando essa fração, é dado por:

$$NC = \frac{f_i}{TC_i}$$

onde:

NC é a nota final obtida na escala de 100 pontos;

f_i é a fração que o critério i representa do total de 100 pontos e;

TC_i é o total obtido pelo critério i na nova escala.

Com isso, as 3.781 empresas do banco de dados passaram a ter notas com variação de 0 a 100 pontos para os oito critérios que compõem a variável competitividade das MPE da cadeia produtiva do turismo.

Para se chegar a um valor para a competitividade das MPE em cada um dos destinos turísticos analisados, a fim de favorecer a comparação e a correlação com a variável políticas

públicas, procedeu-se a agregação das 3.781 empresas. Isso permitiu que cada destino passasse a ter uma respectiva nota média da variável competitividade. Sendo assim, a variável competitividade das MPE da cadeia produtiva do turismo é dada pela média da soma dos oito critérios que a integram, considerando a quantidade de empresas em cada um dos destinos. Para tal, utilizou-se o comando *aggregate* do *SPSS*. Tem-se então:

$$Competitividade = \frac{\sum NC_{i,d}}{E_d}$$

onde:

$NC_{i,d}$ é a nota final obtida no critério i para o destino d ; e

E_d é a quantidade de empresas para o destino d .

Já o segundo banco de dados, da variável políticas públicas, foi elaborado pela própria autora a partir da análise dos documentos oficiais do MTur. Nele continham apenas os resultados individuais dos 65 destinos indutores avaliados pelo ICTN no período de 2008 a 2015 (com exceção de 2012, quando o Índice não foi realizado), para as dimensões delimitadas de Infraestrutura, Marketing, PPTur, Cooperação Regional e Monitoramento. Os procedimentos adotados foram a migração dos dados do *Excel* para o *SPSS* e a exclusão dos 15 destinos que não tiveram respondentes do MEG. Dessa forma, os dados obedecem ao mesmo limite territorial para as duas variáveis.

Após a realização de todos os procedimentos citados foi feita a consolidação do banco de dados das duas variáveis no *SPSS*. O próximo item apresentará, então, a análise destes dados.

3.5 Análise dos Dados

A análise dos dados foi dividida em duas etapas: exploratória e de inferência (ou confirmatória). Na primeira, segundo Bussab e Morettin (2002), é feito um esforço do pesquisador para “[...] obter dos dados a maior quantidade possível de informação, que indique modelos plausíveis a serem utilizados numa fase posterior, a *análise confirmatória de dados* (ou inferência estatística)” (BUSSAB e MORETTIN, 2002, p.1).

Na próxima subseções serão apresentados os métodos utilizados em cada uma das etapas de análise dos dados.

3.5.1 Análise Exploratória dos Dados

Consolidados os bancos de dados, foi realizada uma análise exploratória dos dados (AED), por meio do *Statistical Package for the Social Sciences - SPSS*. Para isso foram realizados:

- a) Medidas de posição e de dispersão: média e desvio padrão;
- b) Gráfico de dispersão; e
- c) Correlação de Pearson Simples, em função da natureza dos dados ser contínua.

As medidas de posição são usadas para resumir os dados, identificando valores representativos da série analisada (BUSSAB e MORETTIN, 2002). Para o presente estudo, optou-se por utilizar a média como medida de posição, que é obtida por meio da soma dos valores dividida pelo número dos elementos somados (BUSSAB e MORETTIN, 2002).

No que se refere a variável políticas públicas, inicialmente calculou-se a média simples global, considerando os resultados de todos os 50 destinos turísticos avaliados pelo Índice de Competitividade do Turismo Nacional – ICTN, abrangendo todos os anos e todas as dimensões. Esta medida de posição foi obtida por meio da fórmula:

$$\bar{X} = \frac{\sum_{i=1}^{50} x_{i,z}}{N}$$

Onde:

\bar{X} é a média obtida para os destinos;

$\sum x_i$ é o somatório dos resultados obtidos para cada uma das dimensões, em todos os anos (z) para cada destino i ; e

N é o número total de destinos turísticos.

Por sua vez, as medidas de dispersão têm como objetivo evidenciar a variabilidade dos dados que fica escondida nas medidas de posição, sendo o desvio padrão uma das mais utilizadas (BUSSAB e MORETTIN, 2002). Isto posto, o desvio padrão indica uma medida de dispersão dos dados em torno da média verificada (BUSSAB e MORETTIN, 2002).

Para se obter essa medida de dispersão, referente ao desempenho global das políticas públicas nos 50 destinos, foi utilizada a fórmula abaixo:

$$\sigma = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^{50} (x_z - \bar{x})^2}{n}}$$

Onde:

\bar{x} é a média aritmética simples para os destinos;

n é o total de dimensões;

x_z é o valor médio dos destinos para os anos z ;

σ é o desvio padrão.

Destaca-se que, considerando os objetivos propostos do presente estudo, também foi calculada a média da variável competitividade das MPE da cadeia produtiva do turismo. No entanto, seu uso foi direcionado para testes específicos que extrapolam a análise exploratória, por isso serão explicados no próximo tópico.

Na sequência, o primeiro passo para a correlação de Pearson foi elaborar *scatters plots* ou gráficos de dispersão (MAROCO, 2007), com as variáveis estudadas. Segundo Malhotra (2001), gráficos, ou diagramas de dispersão, representam os valores de duas variáveis para todos os casos analisados. Geralmente, no eixo vertical são grafadas as variáveis dependentes (competitividade das MPE da cadeia produtiva do turismo) e no horizontal as independentes ou preditoras (políticas públicas) (MALHOTRA, 2001). Estes gráficos auxiliam na determinação da forma da relação entre as variáveis, indicando tendências de comportamento por meio de agrupamentos próximos à uma reta (MALHOTRA, 2001).

Entretanto, como os gráficos de dispersão apenas indicam tendências, é necessário aprofundar a análise por meio do cálculo do coeficiente de Pearson que mede o grau pelo qual duas variáveis tendem a mudar juntas e descreve a força e a direção da correlação, que pode ser neutra, negativa ou positiva.

Normalmente denominado pela letra “R”, o coeficiente de Pearson possui valores situados entre -1 e 1. Entre duas variáveis investigadas, existirá correlação positiva se o crescimento nos valores de uma, corresponder ao crescimento dos valores da outra. Já a correlação negativa se dá quando o crescimento nos valores de uma variável corresponder ao decréscimo dos valores da outra (TRIOLA, 2015). Ressalta-se que correlação não é causa. Ou seja, não se pode afirmar que a relação investigada seja causal (TRIOLA, 2015).

Para melhor quantificar a intensidade das correlações, Field (2005) propõe a seguinte escala: $\pm 0,1$ são considerados valores de fraca intensidade; próximos a $\pm 0,3$ são de média intensidade; e acima de $\pm 0,5$ são de forte intensidade. Ressalta-se que para o presente estudo o nível de significância adotado foi o de 0,05, identificado por um * nos valores da linha “*Pearson Correlation*”.

Ao todo foram testados 38 grupos como variáveis independentes/preditoras, a saber:

- A variável políticas públicas, abrangendo as 05 dimensões do Índice de Competitividade do Turismo Nacional – ICTN, e considerando a soma de todos os anos em que o estudo foi realizado (1 grupo);

- O agrupamento das dimensões infraestrutura e marketing do ICTN considerando a soma de todos os anos em que o estudo foi realizado (1 grupo);
- O agrupamento das dimensões PPTur, cooperação regional e monitoramento considerando a soma de todos os anos em que o estudo foi realizado (1 grupo); e
- As 05 dimensões do ICTN que compõem a variável políticas públicas para cada um dos 07 anos que o estudo foi realizado: 2008, 2009, 2010, 2011, 2013, 2014, 2015 (35 grupos).

Cabe esclarecer que foram testadas as variáveis compostas pelo agrupamento de 1) infraestrutura e marketing e 2) PPTur, cooperação regional e monitoramento em função do ICTN, como dito anteriormente, inicialmente ter considerado que o último grupo de variáveis integrava a macro dimensão políticas públicas quando o estudo começou a ser realizado. Por isso, julgou-se relevante verificar se ele teria um resultado diferente na competitividade das MPE da cadeia produtiva do turismo quando analisado em separado do primeiro grupo (infraestrutura e marketing).

Já o teste para cada uma das dimensões que integram a variável políticas públicas foi a forma encontrada de verificar qual delas teriam uma maior contribuição para uma possível associação entre as duas variáveis selecionadas para o estudo.

Entende-se que, como o primeiro objetivo específico apresenta caráter mais exploratório, esta análise inicial satisfaz o que ele se propõe. Já o segundo e o terceiro objetivos, buscam compreender o comportamento e os padrões de relacionamento entre as variáveis, o que demanda uma análise estatística mais refinada que será objeto do próximo tópico. Destaca-se que a correlação de Pearson, que é uma técnica de análise exploratória, também contribuiu para o alcance do terceiro objetivo específico (Investigar o Relacionamento entre as Variáveis Políticas Públicas e Competitividade das MPE da Cadeia Produtiva do Turismo), uma vez que a partir dela se identificou tendências de relacionamento entre as variáveis políticas públicas e competitividade das MPE da cadeia produtiva do turismo que foram aprofundadas por uma técnica de inferência estatística: análise de regressão linear múltipla.

Ao final do próximo item será apresentado um quadro síntese das técnicas estatísticas utilizadas no estudo.

3.5.2 Inferência Estatística

As técnicas de inferência estatística têm como principal “objetivo a coleta, redução, análise e modelagem dos dados, a partir do qual, finalmente, faz-se a inferência para uma

população da qual os dados (amostra) foram obtidos” (BUSSAB e MORETTIN, 2002, p.1). Sendo assim, as escolhidas para as análises pretendidas no presente estudo foram:

1. Teste de Anderson-Darling;
2. Teste de Mann-Whitney;
3. Teste de Kruskal-Wallis; e
4. Análise de Regressão Linear Múltipla.

Para o cumprimento do segundo objetivo específico, qual seja analisar o comportamento da variável competitividade das MPE da cadeia produtiva do turismo, foram utilizados os testes de Anderson-Darling; de Mann-Whitney; e de Kruskal-Wallis. Os dois últimos foram realizados em função da composição dos dados, que não apresentaram distribuição normal e necessitavam de testes não-paramétricos, ainda que as amostras fossem grandes (SIEGEL e CASTELLAN JÚNIOR, 2008). Um teste estatístico não-paramétrico é baseado em um modelo que não requer que a distribuição da população seja caracterizada por determinados parâmetros. Ou seja, neste tipo de teste o pressuposto da normalidade é eliminado. Por outro lado, é fundamental ter como pressupostos a independência das amostras e a proveniência de uma mesma distribuição (SIEGEL e CASTELLAN JÚNIOR, 2008).

A ideia central foi testar se os diferentes portes de empresas (Micro e Pequena) e a posição na cadeia produtiva (Montante, Cadeia Principal e Jusante) influenciam de maneira diversificada no comportamento da variável competitividade das MPE da cadeia produtiva do turismo. A alternativa não-paramétrica para o teste referente aos diferentes os portes das empresas, é o de Mann-Whitney, que verifica se as medianas desses dois grupos são diferentes. Neste caso as hipóteses testadas foram:

H_0 = Os resultados da variável competitividade das MPE da cadeia produtiva do turismo nesses dois grupos são iguais; e

H_1 = Os resultados da variável competitividade das MPE da cadeia produtiva do turismo nesses dois grupos são diferentes.

Já a alternativa para o teste referente às diferentes localizações das MPE na cadeia produtiva do turismo, por envolver três grupos de dados e não dois como no porte, é o teste Kruskal-Wallis (KW) (SIEGEL e CASTELLAN JÚNIOR, 2008). A análise de variância de um fator de KW é um teste que indica se há diferença entre pelo menos dois dos grupos de dados analisados. Valores amostrais, na maioria dos casos estudados, apresentam pequenas diferenças. Entretanto, é necessário avaliar se as diferenças entre as amostras são genuínas ou se elas representam meramente o tipo de variações que seria esperado entre amostras aleatórias de uma mesma população (SIEGEL e CASTELLAN JÚNIOR, 2008).

A KW testa a hipótese nula de que as amostras provêm da mesma população ou de populações idênticas com a mesma mediana. Para especificar a hipótese nula e sua alternativa, considera-se θ_j a mediana para o j -ésimo grupo de amostra. Então, tem-se que a hipótese nula de que as medianas são as mesmas como $H_0: \theta_1 = \theta_2 = \dots = \theta_k$; e a hipótese alternativa pode ser escrita como $H_1: \theta_i \neq \theta_j$ para alguns grupos i e j . Isto é, se a hipótese alternativa é verdadeira, pelo menos um par de grupos tem medianas diferentes (SIEGEL e CASTELLAN JÚNIOR, 2008).

Quando o *valor-z* obtido de KW é significativo (inferior a 0,05), ele indica que pelo menos um dos grupos é diferente de, pelo menos, um dos demais. Sobre o *valor-z* pode-se dizer que quanto maior o valor absoluto, mais distante a classificação da média de um grupo está de uma classificação média geral. Além disso, um *valor-z* negativo indica que uma classificação média de grupo é menor do que a classificação média geral. Por sua vez, um *valor-z* positivo indica que uma classificação média de grupo é maior do que a classificação média geral (SIEGEL e CASTELLAN JÚNIOR, 2008).

Entretanto, este *valor-z* não informa ao pesquisador quais grupos nem quantos grupos são diferentes. Por isso, se faz necessário adotar um outro procedimento que teste a hipótese $H_0: \theta_u = \theta_v$ contra a hipótese $H_1: \theta_u \neq \theta_v$ para alguns grupos de u e v . Este procedimento é chamado de comparações múltiplas (SIEGEL e CASTELLAN JÚNIOR, 2008). Por se tratar de 3 grupos de dados (Montante, Cadeia Principal e Jusante), toma-se 2 a 2 para testar (SIEGEL e CASTELLAN JÚNIOR, 2008).

O teste KW também analisa a classificação média (ou postos médios) dos dados. Para a menor observação da variável competitividade foi atribuída uma classificação de 1, para a segunda menor uma classificação 2, e assim sucessivamente (SIEGEL e CASTELLAN JÚNIOR, 2008). Em caso de empate, é atribuída uma classificação média aos episódios observados e o teste realiza um ajuste para se obter um novo valor (SIEGEL e CASTELLAN JÚNIOR, 2008). Conforme poderá ser observado na seção de apresentação e discussão dos resultados, é *default* do SPSS que a tabela dos testes realizados informe os resultados ajustados para empates, mesmo quando não há, como foi o caso das variáveis ora analisadas.

Por sua vez, o terceiro objetivo específico partiu das correlações de Pearson, com significância estatística observadas na etapa de análise dos dados, para aprofundar o entendimento sobre o relacionamento entre as variáveis por meio da regressão linear múltipla. Segundo Triola (2015), a regressão linear é utilizada para explicar o comportamento de duas ou mais variáveis por meio de gráficos e da equação da reta. Esta reta é chamada de *reta de*

regressão linear e, por sua vez, a equação de *equação de regressão linear* (TRIOLA, 2015). Esta última é expressa por:

$$\hat{y} = b_0 + b_1x + b_2x \dots$$

Onde:

\hat{y} = variável resposta ou dependente;

b_0 = intercepto ou coeficiente linear; e

b_1x = inclinação da reta.

Malhotra (2001, p.458) acrescenta que “a análise de regressão é um processo poderoso e flexível para a análise de relações associativas entre uma variável métrica dependente e uma ou mais variáveis independentes”. Ela pode ser usada para: 1) determinar se existe uma relação entre as variáveis, na qual a(s) independente(s) explica(m) a variação significativa da(s) dependente(s); 2) determinar a intensidade da relação; 3) determinar a estrutura ou a forma da relação; 4) prever valores para a variável dependente; e 5) controlar outras variáveis independentes para avaliar a contribuição de variáveis específicas (MALHOTRA, 2001). Novamente, ressalta-se que apesar da análise de regressão linear explicar relações, não implica que estas sejam causais (MALHOTRA, 2001).

Considerando que a proposta é analisar mais de uma variável independente/preditora, utilizou-se a regressão linear múltipla (MALHOTRA, 2001). Optou-se, então, por adotar o método *Backward* (MAROCO, 2007) que consiste em iniciar o modelo de regressão linear com as variáveis independentes/preditoras escolhidas, avaliar as respectivas significâncias e assim realizar as possíveis adequações. Para isso, observa-se o maior *valor-p* (nível descritivo ou probabilidade de significância) e compara-se ao nível de significância fixado, que para este trabalho é de 0,05. O procedimento se repete até que não existam mais variáveis a serem removidas do modelo ou estas sejam significativas (MAROCO, 2007). Sendo assim, as variáveis que apresentaram correlação com significância estatística (etapa anterior realizada na análise exploratória dos dados) foram inseridas no modelo de regressão linear como independentes/preditoras.

Nos modelos de regressão linear é possível verificar as medidas referentes ao R, R^2 e R^2 ajustado e o erro padrão de estimativa. O R mede o grau pelo qual duas variáveis tendem a mudar juntas e descreve a força e a direção da relação, que pode ser negativa ou positiva. Essa correlação possui valores situados entre -1 e 1. Os valores positivos indicam uma relação diretamente proporcional, já nos valores negativos a relação seria inversamente proporcional. Em valores nulos, não haveria relação, e quanto mais próximo do zero, menor a intensidade das correlações entre as variáveis (TRIOLA, 2015).

Já o R^2 é a razão da soma dos quadrados. Esta medida serve para verificar a adequação do modelo de regressão linear e não a magnitude da inclinação da reta. Sendo assim, ela não serve para determinar a qualidade do modelo. Quanto maior o valor, mais adequado está o modelo. Os modelos que não estão bem ajustados não explicam o comportamento entre as variáveis analisadas (MAROCO, 2007). Por sua vez, o R^2 ajustado é uma medida similar ao R^2 , entretanto ela não aumenta com a inclusão de variáveis independentes não significativas, o que torna a verificação da adequação do modelo mais precisa (MAROCO, 2007).

E, por último, o erro padrão de estimativa nada mais é do que o desvio padrão dos valores da variável dependente (competitividade das MPE da cadeia produtiva do turismo) em torno da linha de regressão estimada (MAROCO, 2007).

Outra informação que concerne aos modelos de regressão linear postulados é sobre a análise de variância da regressão linear – ANOVA. Por meio dessa técnica, testou-se a seguinte hipótese: $H_0: \beta_1 = \beta_2 = \beta_3$ vs $H_1: \text{pelo menos um } \beta \neq 0$, na qual os betas (β) são as variáveis a serem testadas no modelo.

Em síntese, pode-se organizar os objetivos específicos de acordo com as técnicas estatísticas utilizadas para coleta e análise dos dados, como pode ser observado no quadro 12:

Quadro 12 - Síntese dos Objetivos Específicos e as Técnicas de Análise

Objetivos Específicos	Técnicas de Coleta	Técnicas de Análise
Descrever o comportamento da variável políticas públicas relacionadas ao turismo, no período de 2008 a 2015.	Análise de documentos oficiais do MTur.	Média simples; e Desvio padrão.
Analisar o comportamento da variável competitividade das MPE da cadeia produtiva do turismo.	Análise dos bancos de dados do Sebrae.	Teste de Anderson-Darling; Teste de Mann-Whitney; e Teste de Kruskal-Wallis.
Investigar o relacionamento entre as variáveis políticas públicas e competitividade das MPE da cadeia produtiva do turismo.	Análise de documentos oficiais do MTur e dos bancos de dados do Sebrae.	Gráficos de dispersão; Correlação de Pearson; e Análise de regressão linear múltipla.

Fonte: a Autora.

Nota-se que, para o cumprimento do último objetivo específico, que busca investigar o relacionamento entre as variáveis, também foram utilizadas técnicas de estatística descritiva: gráficos de dispersão e correlação de Pearson.

Os próximos tópicos apresentarão os resultados com as respectivas discussões.

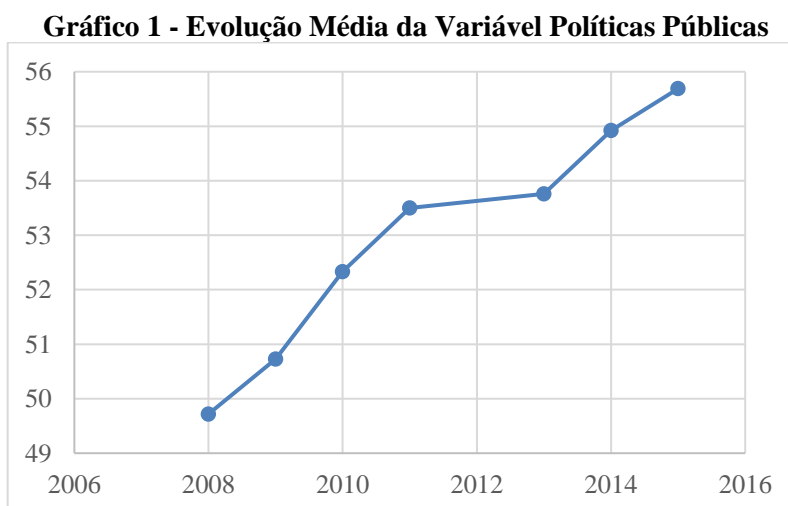
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O presente tópico se dedica à apresentação e à discussão dos resultados das análises estatísticas, tendo como base o referencial teórico adotado. Este tópico se divide em três subseções, seguindo a lógica dos objetivos específicos propostos: (I) descrever o comportamento da variável políticas públicas relacionadas ao turismo, no período de 2008 a 2015; (II) analisar o comportamento da variável competitividade das MPE da cadeia produtiva do turismo; e (III) investigar o relacionamento entre as variáveis políticas públicas e competitividade das MPE da cadeia produtiva do turismo.

4.1 O Comportamento da Variável Políticas Públicas

Em uma escala de 0 a 100 pontos, a variável políticas públicas, no período de 7 anos, agregando todos os destinos e todas as dimensões, alcançou uma média simples global de 52,39 pontos, com um desvio padrão global de 16,96 pontos. Nota-se que esta é uma média que pode ser considerada como intermediária, distante ainda da nota máxima, 100 pontos, e com um valor expressivo para o desvio global, fruto da heterogeneidade dos dados. Visando uma melhor compreensão deste resultado, a análise se desdobrará no desempenho da variável ao longo dos anos, buscando paralelos com as conjunturas observadas, por dimensão e por território.

Considerando o período investigado, nota-se uma pouca variação do desempenho das políticas públicas, com ligeiro crescimento dos resultados, havendo um incremento de 5,97 pontos de 2008, quando a medição foi iniciada, até 2015, ano do último registro:



Fonte: Dados da Pesquisa.

O ano que alcançou a maior média (55,69 pontos) foi justamente o último no qual o ICTN foi realizado, 2015.

No que se refere à variação anual, observa-se na tabela (5) abaixo que os resultados também não apresentaram alterações expressivas e que quando houve um *gap* na medição do Índice de Competitividade do Turismo Nacional - ICTN, de 2011 para 2013, a variação foi a menor registrada: 1,0%.

Tabela 2: Evolução Média da Variável Políticas Públicas

Variação da Média da Variável Políticas Públicas					
2008/2009	2009/2010	2010/2011	2011/2013	2013/2014	2014/2015
1,02%	1,03%	1,02%	1,00%	1,02%	1,01%

Fonte: Dados da Pesquisa.

Essa pequena variação dos dados, expressa na tabela 5, vai ao encontro de uma das limitações identificadas no ICTN por Sette e Tomazzoni (2017). Os autores concluíram que isto se deve, entre outros motivos, pelas ações executadas surtirem efeito apenas em médio e longo prazo (SETTE e TOMAZZONI, 2017). Nesse sentido, um estudo com periodicidade anual, como o ICTN, não registraria alterações robustas, principalmente em políticas públicas. Isso também revela um ponto de atenção em relação ao problema proposto por esta pesquisa. Já que os resultados das políticas públicas carecem de um prazo para surtirem efeito, isso poderia impactar na reflexão acerca das influências delas na competitividade. Por isso optou-se por iniciar a análise da variável políticas públicas em 2008 até chegar em 2015; e da competitividade das MPE da cadeia produtiva do turismo já em 2015.

Na busca pelo entendimento sobre o contexto no qual esses resultados foram obtidos, propõe-se uma breve reflexão sobre a conjuntura política do período investigado. Os anos de 2008 a 2015 compreendem 02 Planos Nacionais de Turismo - PNT, o de 2007-2010 e o de 2013-2016. Planos de turismo são documentos estratégicos, baseados em etapas prévias de gestão e conhecimento, que expressam as políticas públicas, podendo ser organizados em programas, projetos e ações com as respectivas previsões de recurso, materiais, humanos, econômicos e financeiros e que se desenvolvem de acordo com o consenso da maioria dos agentes do setor. Podem ser elaborados nas esferas nacionais, regionais, estaduais e municipais (FAYOS-SOLÁ; MORALEDA e MAZÓN, 2012).

O PNT 2007-2010 marcou a continuidade da gestão federal e apostava na inclusão social, por meio da integração regional capaz de criar novas alternativas turísticas, ampliando assim a oferta em territórios onde o turismo é considerado como incipiente (LANZARINI e

BARRETO, 2014). O olhar também estava voltado para o mercado global, no intuito de internacionalizar os destinos (LANZARINI e BARRETO, 2014). Para alcançar estes propósitos, o PNT 2007-2010 se estruturou em 08 macroprogramas: Planejamento e Gestão; Informação e Estudos Turísticos; Logística de Transportes; Regionalização do Turismo; Fomento à Iniciativa Privada; Infraestrutura Pública; Qualificação dos Equipamentos e Serviços Turísticos; e Promoção e Apoio à Comercialização (MTUR, 2007). Conforme detalhamento apresentado no documento do PNT 2007-2010, é dentro do macroprograma de Informações Turísticas que estava ancorado o programa de competitividade do turismo brasileiro, medido pelo Índice de Competitividade do Turismo Nacional (MTUR, 2007).

Por sua vez, o PNT 2013-2016 foi lançado após uma lacuna de três anos e correspondeu ao primeiro mandato do governo da ex-presidente Dilma, iniciado em 2011 (MTUR, 2013). Nesse período de ausência de um PNT, o planejamento foi direcionado aos investimentos para a infraestrutura esportiva, já que nos próximos anos o país sediaria a Copa do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos Rio 2016 (MTUR, 2013). A partir de 2013, o discurso público era “‘o turismo fazendo muito mais pelo Brasil’ cujo ideário de desenvolvimento continua a demarcar uma atividade que amplia suas fronteiras pelo aumento de consumo e expansão de infraestrutura” (LANZARINI e BARRETO, 2014, p. 207). Diferentemente do que ocorreu no plano anterior, o PNT 2013-2016 se estruturava em ações estratégicas, no total de 07: Conhecer o Turista, o Mercado e o Território; Estruturar os Destinos Turísticos; Promover os Produtos Turísticos; Fomentar, Regular e Qualificar os Serviços Turísticos; Estimular o Desenvolvimento Sustentável da Atividade Turística; Fortalecer a Gestão Descentralizada, as Parcerias e a Participação Social; e Promover a Melhoria do Ambiente Jurídico Favorável.

No quadro abaixo, foi proposta uma comparação das temáticas similares aos dois planos, considerando os macroprogramas e as ações estratégicas, com o conjunto de intervenções de cada um:

Quadro 13 – Temáticas Similares ao PNT 2007-2010 e PNT 2013-2016 e Conjunto de Intervenções

PNT	Temas	Exemplos de Intervenções
2007-2010	Infraestrutura	Programa de articulação interministerial para infraestrutura de apoio ao turismo; Programa de apoio à infraestrutura turística; Programa de ampliação da malha aérea internacional; Programa de integração da América do Sul; Programa de integração modal nas regiões turísticas

continua.

PNT	Temas	Exemplos de Intervenções
2013-2016	Informações Turísticas	Melhorar a infraestrutura turística
		Melhorar a sinalização, a acessibilidade e os centros de atendimento aos turistas nas cidades-sede da copa do mundo
2007-2010		Programa de sistema de informações do turismo
		Programa de competitividade do turismo brasileiro
2013-2016	Qualificação	Desenvolver estudos e pesquisas sobre a atividade turística
		Implantar plataforma interinstitucional de dados
		Implementar sistema de inteligência
2007-2010		Programa de normatização do turismo
	Promoção e Apoio à Comercialização	Programa de certificação do turismo
		Programa de qualificação profissional
2013-2016		Classificar e certificar os serviços e equipamentos turísticos
		Capacitar e qualificar profissionais e gestores do setor de turismo
		Qualificação profissional para melhoria da qualidade dos serviços a serem ofertados aos turistas que visitarão o país nos megaeventos
2007-2010		Programa de promoção nacional do turismo brasileiro
		Programa de apoio à comercialização nacional
		Programa de promoção internacional
2013-2016		Realizar campanhas de promoção do turismo interno
		Apoiar eventos de comercialização
		Realizar ações de apoio à comercialização do produto turístico brasileiro no mercado interno
		Realizar mostra dos produtos e roteiros turísticos
		Fortalecer a estratégia de promoção internacional do turismo brasileiro
		Apoiar a realização de eventos e fortalecimento do desenvolvimento turístico

Fonte: Autora a partir dos PNT.

Conforme observado no quadro 13, com exceção à qualificação, as demais temáticas dos PNT apresentam similaridade com as dimensões selecionadas para integrar a variável políticas públicas (Infraestrutura, Marketing, PPTur, Monitoramento e Cooperação Regional). Entretanto, como os resultados dos PNT não foram avaliados, não é possível afirmar que o planejamento proposto teve ressonância no desempenho da variável.

Passando para a análise das dimensões selecionadas para integrar a variável políticas públicas, tem-se os seguintes resultados, expressos na tabela 4:

Tabela 3: Comportamento Médio das Dimensões que Integram a Variável Políticas Públicas

Dimensão	Média Simples	Desvio Padrão¹⁰
Infraestrutura	69,01 pontos	10,41 pontos
PPTur	56,68 pontos	9,43 pontos
Cooperação Regional	48,65 pontos	12,26 pontos
Marketing	46,55 pontos	14,48 pontos
Monitoramento	39,04 pontos	18,44 pontos

Fonte: Dados da Pesquisa.

Conforme observado na tabela 4, a dimensão que apresentou a maior média simples ao longo dos 07 anos, e que estava presente como temática nos dois PNT, foi a infraestrutura, com 69,01 pontos e 10,41 de desvio padrão. Nesse contexto, cabe aqui mencionar o estudo de Vieira (2013) que avaliou os investimentos federais em turismo como possíveis indutores da competitividade dos 65 destinos turísticos avaliados pelo ICTN. Contrariando as expectativas dos modelos teóricos (CROUCH e RITCHIE; 1999; DWYER e KIM, 2003; GOOROOCHURN e SUGIYARTO, 2004; RIVERO e CALDERA, 2004; RITCHIE e CROUNCH, 2010), o referido estudo constatou que os investimentos realizados não tiveram significância estatística para o aumento da competitividade dos destinos turísticos. Mas o que chama atenção é que o maior montante destes investimentos do Ministério do Turismo - MTur foi justamente em infraestrutura (VIEIRA, 2013). No entanto, a média global desta dimensão na variável políticas públicas aqui estudada, sinaliza que estes mesmos investimentos podem ter contribuído para a obtenção do melhor desempenho entre aquelas avaliadas pela presente pesquisa. Vale lembrar que os aspectos considerados pelo ICTN para a dimensão infraestrutura são: capacidade de atendimento médico para o turista no destino; fornecimento de energia; serviço de proteção ao turista; e estrutura urbana nas áreas turísticas.

Na sequência, aparece a PPTur que anotou uma média de 58,68 pontos, ligeiramente superior à global da variável, e 9,43 pontos de desvio padrão. Entende-se que essa dimensão é chave para a variável ora analisada, uma vez que ela avalia aspectos que são diretamente associados ao planejamento público do turismo: estrutura municipal para apoio ao turismo; grau de cooperação com o governo estadual; grau de cooperação com o governo federal; planejamento para a cidade e para a atividade turística; e grau de cooperação pública-privado. Observa-se que a cooperação entre diferentes níveis, assim como prega a competitividade

¹⁰ Em relação à média simples de cada uma das dimensões, nos 07 anos avaliados e nos 50 destinos.

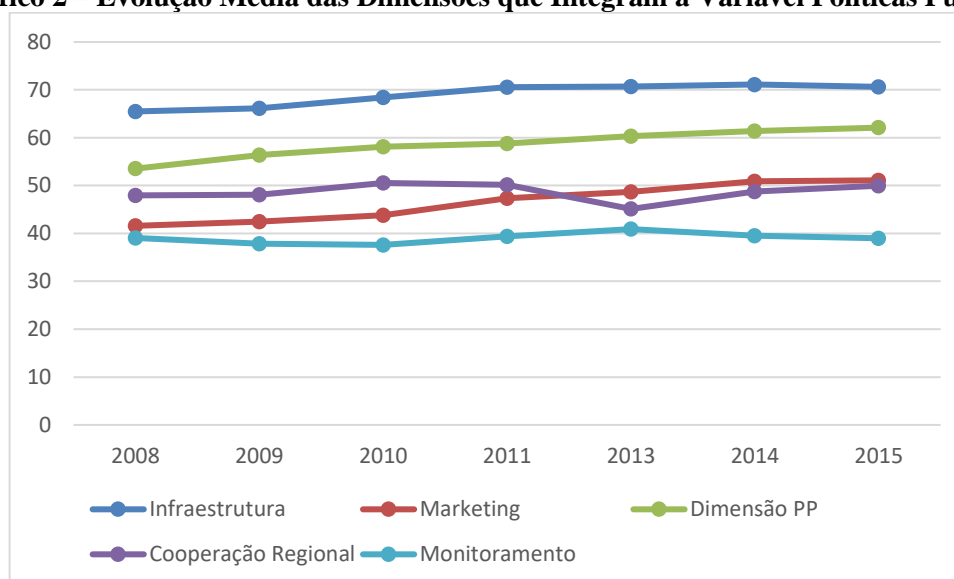
sistêmica (ESSER et al, 1994; 1996) é recorrente, o que pode significar que ela tenha participação direta nos resultados da dimensão. Entretanto, como a Fundação Getúlio Vargas - FGV não apresenta como as ponderações do Índice são realizadas (VIEIRA, 2013; SETTE e TOMAZZONI, 2017), não foi possível comprovar empiricamente esta suposição.

Por outro lado, as dimensões que apresentaram médias mais baixas foram monitoramento, presente na temática de Informações Turísticas nos dois PNT, com 39,05 pontos e 18,44 pontos de desvio padrão e marketing, contido na temática de Promoção e Apoio à Comercialização, também dos dois PNT, com 46,55 pontos e 14,48 pontos de desvio padrão. Conforme visto anteriormente, ambas as dimensões são relacionadas à gestão pública do destino e ainda têm pouca participação do setor privado, apesar de serem inerentes a competitividade empresarial (DWYER e KIM, 2003).

Cabe lembrar que, no ICTN, a dimensão de monitoramento avalia: pesquisas de demanda e oferta, sistema de estatística do turismo, medição de impactos da atividade turística e setor específico de estudos e pesquisa (MTUR, 2015). Este conjunto de elementos, apesar de serem imprescindíveis para o turismo, ainda é distante da realidade da maioria dos destinos turísticos brasileiros, o que acaba prejudicando a própria efetividade das políticas públicas (VIEIRA, 2013).

Já a dimensão marketing avalia: plano de marketing, participação em feiras e eventos, promoção do destino e estratégias de promoção digital (MTUR, 2015). Elementos que, por vezes, se encontram limitados aos baixos orçamentos públicos destinados ao turismo no Brasil. E, quando existe alguma disponibilidade de recurso, este tende a ser direcionado aos investimentos de infraestrutura (VIEIRA, 2013). Além disso, os itens avaliados pela dimensão, geralmente, são desdobramentos de um plano de marketing. Ou seja, na ausência dele, dificilmente as demais ações serão articuladas e surtirão os efeitos desejados (MTUR, 2015).

Também para comportamento das dimensões que integram a variável políticas públicas, pode-se constatar que, ao longo dos 7 anos avaliados, os resultados apresentaram pouca variação:

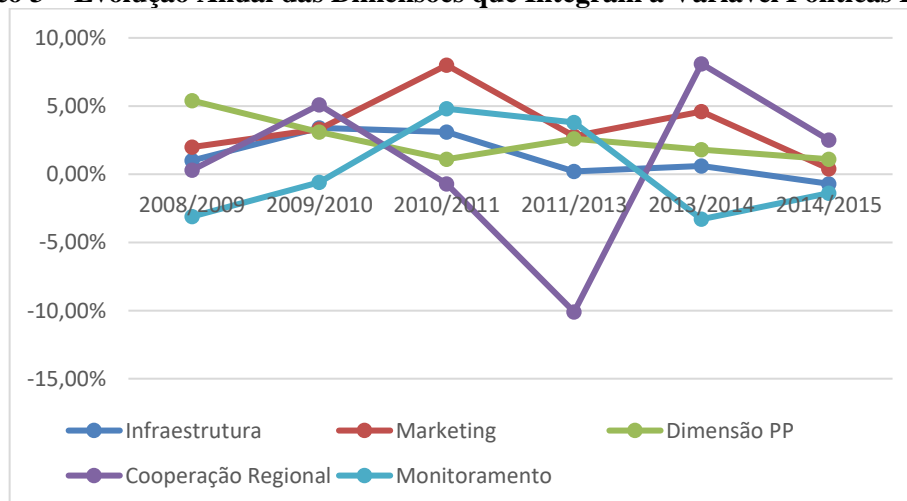
Gráfico 2 – Evolução Média das Dimensões que Integram a Variável Políticas Públicas

Fonte: Dados da Pesquisa.

Contudo, a partir do gráfico abaixo, nota-se que das 05 dimensões analisadas, quando se compara a variação inicial com a final, para 03 delas houve registro de queda:

- infraestrutura de 1,0% em 2008/2009 para -0,7% em 2014/2015,
- marketing de 2,0% em 2008/2009 para 0,4% em 2014/2015 e
- PPTur de 5,4% em 2008/2009 para 1,1% em 2014/2015.

Estes resultados podem indicar que a atuação governamental, para estas dimensões, perdeu fôlego do início do ICTN para a última edição realizada. Como os relatórios analíticos não trazem essa comparação a partir do primeiro ano de aplicação do ICTN, não é possível apontar os possíveis fatores que contribuíram para a queda da variação.

Gráfico 3 – Evolução Anual das Dimensões que Integram a Variável Políticas Públicas

Fonte: Dados da Pesquisa.

Já para a dimensão cooperação regional, apesar da variação final ter sido superior a inicial, foram observadas quedas nos períodos de 2010/2011, 2011/2013 e, posteriormente, de 2014/2015 que merecem ser analisadas. Para isso, aqui cabe um paralelo com os resultados da PPTur.

Conforme apresentado anteriormente, a PPTur avalia uma série de aspectos relacionados à cooperação entre diferentes níveis de atores do turismo, bem como da estrutura governamental que abriga o turismo, e ela obteve um dos melhores desempenhos ao longo do período avaliado. Por sua vez, a dimensão cooperação regional, que teve desempenho mais instável, avalia: governança; projetos de cooperação regional; planejamento turístico regional; roteirização; e promoção e apoio à comercialização de forma integrada. Aspectos estes que são amplamente trabalhados pelo Programa de Regionalização do Turismo – PRT, que dá origem ao próprio ICTN (MTUR, 2008).

O PRT, lançado em 2004, em substituição ao Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNTM, amplia a proposta de atuação para as regiões turísticas, tendo como base a gestão descentralizada, a articulação e a mobilização regional (SETTE e TOMAZZONI, 2017). O principal objetivo do PRT, conforme disposto na Portaria nº 5/2013 é o “[...] de promover a convergência e a articulação das ações do Ministério do Turismo e do conjunto das políticas públicas setoriais e locais” (MTUR, 2013). Para isso, o Programa dependeria, entre outras coisas, da cooperação público-privada e do envolvimento dos estados e municípios. Além disso, uma das principais ações empreendidas pelo PRT foi a formação de redes de cooperação técnica para a roteirização (MTUR, 2010). Partindo dessas premissas, esperava-se que as ações oriundas do PRT contribuíssem para o incremento dos resultados da dimensão cooperação regional. Por isso, vale um exame mais próximo dos possíveis motivos que influenciaram as quedas nas variações destes resultados. Ressalta-se que quando a análise é anual os relatórios do ICTN trazem estas informações.

Nesse sentido, o Relatório Brasil 2011 constatou que a queda da dimensão cooperação regional em 2011, quando comparada ao ano de 2010, foi justamente devido à descontinuidade de ações da regionalização, como a inatividade ou desarticulação das instâncias de governança. Outro fator que influenciou o resultado foi a queda na participação das regiões em feiras e eventos turísticos (MTUR, 2011). Também o Relatório Brasil 2013 constata que a queda registrada naquele ano foi fruto da inatividade de muitas instâncias de governança no momento em que o ICTN foi realizado (MTUR, 2013). Por consequência, as ações avaliadas na dimensão, tais como a existência do planejamento turístico e projetos de cooperação compartilhados com os destinos, foram enfraquecidas (MTUR, 2013).

Sobre à melhoria no ano seguinte, o Relatório Brasil 2014 identificou que a contribuição para o resultado foi o retorno das atividades das instâncias de governança, apesar de apenas uma minoria ser formalmente constituída, a participação conjunta dos destinos em eventos para promoção da região turística, a existência de materiais promocionais da região e projetos de cooperação compartilhados (MTUR, 2014).

Já em 2015, a variação anual foi inferior à registrada em 2014, (2,50% contra 8,10%), mas o resultado absoluto da dimensão cooperação regional foi ligeiramente superior: 49,98 pontos em 2015, enquanto que 2014 a nota registrada foi de 48,75 pontos. Mais uma vez, a presença de instâncias de governança foi apontada como um fator que contribuiu para este resultado. Além do compartilhamento de projetos turísticos entre destinos, a inserção em roteiros turísticos e a existência de material promocional destes roteiros e da região turística (MTUR, 2015).

No que se refere aos aspectos territoriais, apesar do interesse do presente trabalho ser pelos dados agregados, faz-se pertinente discorrer brevemente sobre os resultados observados na variável políticas públicas nos 50 destinos turísticos selecionados pelo presente estudo. Um ponto relevante refere-se àqueles destinos que registraram médias extremas, muito elevadas ou muito baixas, quando comparados com a média simples global da variável. Enquadra-se nessa primeira situação, de média elevada, os seguintes destinos, com média simples acima dos 60 pontos:

Tabela 4: Destinos com Médias Mais Elevadas

Destinos	Média Simples	Desvio Padrão¹¹
Belo Horizonte/MG	74,47 pontos	10,93 pontos
Recife/PE	69,65 pontos	9,23 pontos
São Paulo/SP	68,91 pontos	20,05 pontos
João Pessoa/PB	67,19 pontos	10,03 pontos
Curitiba/PR	66,69 pontos	10,37 pontos
Vitória/ES	66,13 pontos	9,73 pontos
Balneário Camboriú/SC	65,33 pontos	4,97 pontos
Bento Gonçalves/RS	64,07 pontos	13,73 pontos

Fonte: Dados da Pesquisa.

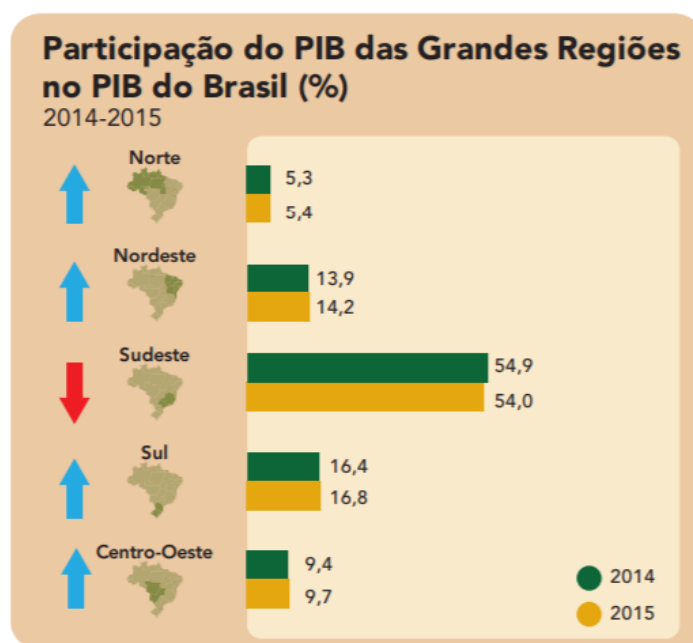
Destes 08 destinos de médias elevadas, conforme pode ser observado na tabela 2, 06 são capitais de estados (Belo Horizonte/MG, Recife/PE, São Paulo/SP, João Pessoa/PB, Curitiba/PR e Vitória/ES), 03 estão na região sudeste (Belo Horizonte/MG, São Paulo/SP e Vitória/ES), 03 na região sul (Curitiba/PR, Balneário Camboriú/SC e Bento Gonçalves/RS), 02 na região nordeste (Recife/PE e João Pessoa/PB), e não há representantes das regiões centro-

¹¹ Em relação à média simples de cada um dos destinos, nos 07 anos avaliados.

oeste e norte. Assim, é possível pensar em paralelos entre os resultados elevados da variável com condições mais favoráveis das regiões nos quais estes destinos estão inseridos. Lembrando que, como não foi objeto desse estudo, estes paralelos carecem de comprovação empírica.

Por exemplo, como pode ser visto na figura 6, a região Sudeste é responsável pela maior economia do país, abrangendo mais da metade do Produto Interno Bruto - PIB nacional no ano de 2015, quando o último levantamento foi realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE:

Figura 6 - Participação das Regiões no PIB Brasileiro



Fonte: IBGE (2015).

Pela figura (6) acima nota-se que mesmo tendo uma queda em 2015, a região sudeste ainda concentrou o maior PIB do Brasil. Já a região sul apareceu na sequência, com 16,8% (IBGE, 2015).

Outra informação relevante é sobre o fluxo turístico. Conforme pesquisa realizada pelo Ministério do Turismo - MTur, em 2016 ano da última mensuração, a região sudeste registrou, aproximadamente, 3,7 milhões de chegadas de turistas, que equivale a 50% do total, e a região sul registrou cerca de 1,3 milhões, 20% do total (MTUR, 2017).

Enquanto os destinos de média mais elevada se concentram nas regiões sudeste e sul, a média mais baixa (abaixo dos 40 pontos) é observada na região nordeste, ainda que ela tenha registrado dois destinos entre aqueles com as maiores médias, e um caso na região norte:

Tabela 5: Destinos Turísticos com Médias mais Baixas

Destinos	Média Simples	Desvio Padrão
Rio Branco/AC	39,75 pontos	20,66 pontos
Aracati/CE	37,4 pontos	13,74 pontos
Ipojuca/PE	37,88 pontos	12,24 pontos
Teresina/PI	35,91 pontos	17,94 pontos
Parnaíba/PI	31,36 pontos	19,64 pontos

Fonte: Dados da Pesquisa.

Dos 05 destinos de menor média, conforme apresentado na tabela 3, 02 são capitais de estado (Rio Branco/AC e Teresina/PI), sendo um representante da região norte e outro do Nordeste. Também do Nordeste vem o destino que registrou a pior média dentre os 50 considerados no presente estudo: Parnaíba, como 31,36 pontos.

Como visto anteriormente, a região norte é a que registrou os menores valores do PIB brasileiro em 2015: 5,4%. Já o PIB da região nordeste foi ligeiramente inferior ao da região sul, ocupando assim a terceira posição com 14,2% (IBGE, 2015). No que se refere ao fluxo turístico, a região nordeste registrou, aproximadamente, 300 mil entradas em 2016. Já a norte, apenas cerca de 190 mil (MTUR, 2017).

E, por último, a maioria dos destinos da região centro-oeste registrou médias intermediárias, tais como Goiânia/GO com 58,34 pontos e 14,48 pontos de desvio padrão e Caldas Novas/GO com 45,41 pontos e 13,30 pontos de desvio padrão.

Ao final desse tópico, conclui-se que o comportamento da variável políticas públicas, agregando os resultados de todos anos de todas as dimensões, apresentou pouca variação ao longo dos 07 anos, apresentando ligeiro crescimento de 2008 para 2015. A mesma tendência foi observada para variação anual, o que colabora com os estudos que indicam a necessidade de tempo para que as políticas públicas surtam os efeitos desejados (VIEIRA, 2013; SETTE e TOMAZZONI, 2017). Há de se ressaltar que dentre as dimensões que integram a variável, infraestrutura e PPTur foram aquelas que apresentaram as maiores médias, enquanto que o monitoramento e o marketing foram responsáveis pelas menores. E, dentre os 50 destinos selecionados para o presente estudo, Belo Horizonte/MG foi aquele que registrou a maior média e Parnaíba/PI a menor, revelando uma heterogeneidade das realidades das políticas públicas, o que colabora com os autores que defendem a ausência de um modelo ideal, em função da peculiaridade delas (DIAS e MATOS, 2012). Observou-se ainda que as médias mais elevadas ficaram concentradas nas regiões sudeste e sul e as mais baixas no Nordeste e um caso no Norte. Já o Centro-oeste apresentou resultados intermediários, sendo o maior registrado em Goiânia.

Esta mesma tendência de pouca variação do comportamento é observada quando se analisam individualmente os resultados das dimensões ao longo dos 07 anos. No entanto, nota-se que quando a análise se refere a variação anual, os resultados apresentam uma maior alteração. Como os relatórios analíticos do ICTN não trazem comparação qualitativa dos resultados considerando o primeiro ano de realização, 2008, ficando restrito as variações anuais, não foi possível revelar os motivos das quedas observadas.

Por outro lado, considerando a literatura consultada, identificou-se que os aspectos avaliados pela dimensão que apresenta as maiores variações anuais, que é a cooperação regional, são aqueles mais trabalhados pelo Programa de Regionalização do Turismo Nacional – PRT. Ou seja, mesmo com todo o esforço direcionado pelo PRT, as condições primeiras para incrementar os resultados da dimensão cooperação regional ainda registraram instabilidade.

Encerra-se então a análise referente ao comportamento da variável políticas públicas, passando para o próximo tópico que buscará analisar o comportamento da variável competitividade das MPE da Cadeia Produtiva do Turismo.

4.2 O Comportamento da Variável Competitividade das MPE da Cadeia Produtiva do Turismo

Conforme apresentado ao longo do trabalho, a variável competitividade leva em consideração os resultados do Modelo de Excelência em Gestão - MEG para as Micro e Pequenas Empresas - MPE da Cadeia Produtiva do Turismo, englobando tanto aquelas que estão a montante e a jusante, quanto as localizadas na cadeia principal. Nesse sentido, a média simples global da variável, no ano de 2015, foi de 35,62 pontos com um desvio padrão de 11,20 pontos. De 0 a 100 pontos, esse resultado localiza a competitividade em um nível que pode ser considerado como baixo.

O alto valor do desvio padrão pode ser explicado pela heterogeneidade das MPE que integram a cadeia produtiva do turismo. Na literatura, foram encontrados autores (GOSS, 1991; COSTA, 2005) que corroboram para essa afirmativa e explicam que o turismo compreende diversas atividades e setores que, por vezes, tem pouco em comum. Fato que também se estende aos portes destas empresas. Conforme explicam Leone e Leone (2012), um dos gargalos para o estudo das micro e pequenas empresas é exatamente a heterogeneidade delas. Sendo assim, para identificar de modo mais robusto os padrões de comportamento da variável, se optou por investigar as possíveis diferenças de competitividade entre os portes e a posição das MPE nesta cadeia.

Após a interpretação dos histogramas gerados pela estatística descritiva, que indicou uma maior concentração dos dados na cauda, um indício de que eles não observavam uma distribuição normal, foi realizado o teste de normalidade nos dois grupos de dados analisados (resultados da competitividade para portes e para localização na cadeia produtiva do turismo). Para isso, optou-se por usar o teste de Anderson-Darling (AD), o qual encontrou os seguintes *valores-p*, apresentados no quadro 13:

Quadro 14 - Teste Anderson-Darling para os Grupos de Dados da Variável Competitividade das MPE da Cadeia Produtiva do Turismo

Dados Analisados	Valor-p
Microempresas	<0,005
Pequenas Empresas	<0,005
Empresas a Montante	0,022
Empresas na Cadeia Principal	<0,005
Empresas a Jusante	<0,005

Fonte: Dados da Pesquisa.

Como o nível de significância fixado foi de 0,05, e todos os valores apresentados no quadro 13 foram inferiores, não foi possível assumir a distribuição normal dos dados. Ou seja, constata-se que os dados apresentam alta variabilidade mesmo quando a unidade de análise se limita a um mesmo porte ou a uma mesma posição na cadeia produtiva. Mais um indício que os as MPE da cadeia produtiva do turismo são altamente heterogêneas, conforme discutido no referencial teórico, ou seja, a não normalidade observada ocorre “[...] por razões intrínsecas ao fenômeno” (PINO, 2014, p.18).

Em função da não-normalidade dos dados, foram adotados testes não-paramétricos. Realizou-se, então, o teste de Mann-Whitney (MW) para os dados da competitividade das micro e pequenas empresas e o de Kruskal-Wallis (KW) para as diferentes posições na cadeia produtiva de turismo.

As microempresas registraram uma mediana de 26,85 pontos enquanto que para as pequenas empresas o valor da mediana foi de 29,63 pontos. Com base nestes dados, a estimativa da diferença registrou -2,78 pontos, conforme detalhamento na tabela abaixo:

Tabela 6: Estimativa da Diferença entre Micro e Pequenas Empresas

Diferença	Intervalo de Confiança para a diferença	Confiança Atingida
-2,78542	(-3,80903; -1,77292)	95,00%

Fonte: Dados da Pesquisa.

O sinal negativo na diferença, conforme pode ser observado na tabela 6, sinaliza uma concentração maior dos dados na banda esquerda da curva da distribuição, ou seja, há uma concentração maior de microempresas cujo resultado observado é inferior ao da variável competitividade das MPE da cadeia produtiva do turismo. No que se refere ao *valor-p*, o resultado obtido foi de 0,000, inferior ao nível de significância fixado em 0,05:

Tabela 7: Teste de Mann-Whitney entre Micro e Pequenas Empresas

Hipótese nula	$H_0: \eta_1 - \eta_2 = 0$	
Hipótese alternativa	$H_1: \eta_1 - \eta_2 \neq 0$	
Método	Valor W	Valor-p
Não ajustado para empates	3164597,50	0,000
Ajustado para empates	3164597,50	0,000

Fonte: Dados da Pesquisa.

Este *valor-p*, expresso na tabela 7, permite rejeitar a hipótese nula, o que comprova que há diferença entre a competitividade das micro e pequenas empresas, conforme indicado pela estimativa anteriormente realizada. Conclui-se então que, em 2015, ano em que a variável foi investigada, a competitividade das pequenas empresas da cadeia produtiva do turismo foi superior à das microempresas.

Na literatura, há uma linha de teóricos que entende que a competitividade:

“[...] teria a participação de mercado como resultado direto, pois o agente competitivo conquistaria parcela maior do mercado consumidor. Em outras palavras, a participação de mercado pode ter tida como sinônimo de competitividade” (SETTE; OLIVEIRA; UVINHA, 2017, p. 94).

Uma vez que a classificação do porte das empresas se dá pelo faturamento anual, encontra-se justificativa teórica para as pequenas empresas, que tem maior faturamento, serem de fato mais competitivas. No entanto, essa linha teórica é questionada por estudiosos, como Barney (1991), que entendem que a competitividade deve ser vista em uma perspectiva mais ampla, como a capacidade das empresas implementarem uma estratégia de criação de valor, baseada em recursos raros, difíceis de serem imitados e substituídos e que resulte em vantagens competitivas a longo prazo (BARNEY, 1991). Dessa maneira, para elucidar as causas da diferença apresentada, seria necessário aprofundar os estudos e testar se de fato a participação do mercado é determinante para a competitividade das MPE da cadeia produtiva do turismo.

Partindo para a análise referente à posição na cadeia, como as próximas variáveis analisadas apresentam três grupos de dados, empresas a montante, na cadeia principal e a jusante, foi realizado o teste de Kruskal-Wallis (KW), conforme detalhamento abaixo:

Tabela 8: Estatística Descritiva para a Localização das MPE da Cadeia Produtiva do Turismo

Grupo	N	Mediana	Posto médio	Valor-Z
Montante	129	30,6111	1997,9	1,13
Cadeia Principal	3172	28,7333	1920,1	3,75
Jusante	480	25,6375	1669,7	-4,75
Global	3781		1891,0	

Fonte: Dados da Pesquisa.

Nota-se, conforme expresso na tabela 8, que a maior mediana (30,61 pontos) é a das MPE localizadas a montante da cadeia produtiva do turismo, que são aquelas empresas que oferecem produtos e serviços para a cadeia principal, tais como criação de estandes para feiras e exposições (CNAE 7319-0/01). Na sequência, como uma mediana de 28,73 pontos, aparecem as MPE localizadas na cadeia principal (28,73 pontos), tais como hotéis (CNAE 5510-8/01) e agências de viagens (CNAE 7911-2/00). Já as empresas a jusante (25,64 pontos), como serviço de transporte de passageiros -locação de automóveis com motorista (CNAE 4923-0/02) registraram uma mediana de 25,67 pontos.

Outra observação é que, também conforme visto no item 3.7, o *valor-z* das MPE localizadas na cadeia principal (3,75), por ser o maior absoluto entre as variáveis, é o que está mais distante da média global. Já o *valor-z* das MPE localizadas a jusante foi negativo (-4,75) o que indica que a média deste grupo é inferior à média geral das MPE.

Uma vez explorados os dados, foi realizado o teste KW, detalhado na tabela abaixo:

Tabela 9: Teste de Kruskal-Wallis entre as Posições das MPE na Cadeia Produtiva do Turismo

Hipótese nula	Ho: todas as médias são iguais		
Hipótese alternativa	Ho: no mínimo uma média é diferente		
Método	GL	Valor H	Valor-p
Não ajustado para empates	2	23,23	0,000
Ajustado para empates	2	23,23	0,000

Fonte: Dados da Pesquisa.

Como o *valor-p* observado na tabela 9 foi inferior ao nível de significância fixado em 0,05, é possível rejeitar a hipótese nula e assumir que a variável competitividade das MPE da cadeia produtiva do turismo é diferente em pelo menos um dos grupos de posição analisados, mas ainda não é possível saber em qual deles. O gráfico abaixo mostra a comparação entre pares dos grupos de MPE da cadeia produtiva do turismo, divididas pelas posições. Cada ponto

(nó) do gráfico representa a classificação média (posto médio) dos grupos analisados. A linha à esquerda mostra um dos pares de grupos no qual existe uma diferença significativa, no caso, jusante e cadeia principal. A linha à direita mostra o segundo par no qual também foi verificada uma diferença significativa: jusante e montante. Ou seja, apenas na comparação entre cadeia principal e montante que não foi encontrada diferença com significância estatística para a variável competitividade das MPE da cadeia produtiva do turismo:

Gráfico 4 - Comparação entre os Grupos de Dados



Fonte: Dados da Pesquisa.

A diferença observada no gráfico é refletida no teste de significância, conforme figura (7) abaixo:

Figura 7 - Teste de Significância Diferença entre os Grupos de Dados

Amostra1-Amostra2	Estatística de Teste	Erro Padrão	Estatística de Teste Padrão	Sig.	Sig. Aj.
Jusante-Cadeia Principal	250,464	53,462	4,685	,000	,000
Jusante-Montante	328,239	108,259	3,032	,002	,007
Cadeia Principal-Montante	77,776	98,047	,793	,428	1,000

Fonte: Dados da Pesquisa.

Nota-se que o *sig* ajustado, última coluna da figura 7, foi inferior a 1,00 quando a análise foi direcionada para os pares de MPE a jusante e na cadeia principal e também a jusante a montante.

A partir das características da cadeia produtiva apresentadas no Referencial Teórico, nota-se que tanto as empresas que estão localizadas na cadeia principal, quanto a jusante têm

seus produtos e serviços consumidos pelos turistas. Entretanto, as empresas a jusante não são de consumo exclusivo ou específico (SEBRAE, 2008). Essa condição abre as possibilidades para outros públicos, como os próprios residentes do destino, mas também pode significar uma demanda menor, já que os produtos e serviços não são específicos do turismo. Pela estatística descritiva realizada, observa-se que o posto médio das empresas localizadas a jusante é o menor da cadeia produtiva do turismo, o que indica que a competitividade destas empresas também é menor quando comparada às demais.

Já as empresas localizadas a montante da cadeia produtiva, na perspectiva da análise apresentada, atuam como fornecedores das empresas da cadeia principal (SEBRAE, 2008). Vale lembrar que o produto turístico, entendido como um composto de bens e serviços, é produzido em diversas unidades econômicas e enriquecido ao longo da cadeia produtiva até chegar ao consumidor final. Nesse sentido, há empresas que atuam na transformação da matéria-prima no produto turístico e outras que oferecem os bens e serviços acabados (SEBRAE, 2008). “A competitividade de cada uma das fases da cadeia e, principalmente, do produto final, depende do conjunto dos seus elos e, portanto, da capacidade e eficiência produtiva de cada um deles” (SEBRAE, 2008, p. 9). Como as empresas a montante contribuem ativamente para o produto final no turismo, aventa-se que seja esta uma possível explicação para que a competitividade delas seja similar à daquelas que estão localizadas na cadeia principal.

Salienta-se que a análise da diferença da competitividade, considerando as distintas posições da cadeia não foi realizada com o propósito de comparar os resultados de empresas de setores heterogêneos, mas sim de verificar o comportamento da variável em diferentes contextos. Dessa maneira, se enfatiza que a competitividade não é um conceito vinculado à competição, mas sim às articulações (COSTA e SOUTO-MAIOR, 2006).

Ao final dessa subseção é possível constatar que a variável competitividade das MPE da cadeia produtiva do turismo não contava com homogeneidade, apresentando comportamentos diferentes em função dos portes (micro e pequenas empresas) e das posições (montante, cadeia principal e jusante). Ficou demonstrado que as pequenas empresas tenderam a apresentar uma média mais elevada de competitividade, assim como as empresas a montante e da própria cadeia principal do turismo. Essa constatação auxilia no aprofundamento do conhecimento sobre a variável dependente considerada pelo estudo.

Na sequência do estudo ora apresentado, buscou-se investigar os relacionamentos entre as variáveis políticas públicas e competitividade das MPE da cadeia produtiva do turismo, testando modelos que também considerem as diferenças relatadas nesta seção.

4.3 O Relacionamento entre as Variáveis Políticas Públicas e Competitividade das MPE da Cadeia Produtiva do Turismo

Na literatura consultada, foram encontrados diferentes trabalhos teóricos que afirmam existir influências das políticas públicas nos demais componentes do sistema turístico (PEREIRA, 1999; GONZÁLEZ, 2005; LOHMANN e PANOSSO NETTO, 2008; THURIK, 2008; MTUR, 2015). Há ainda um estudo empírico, conduzido por Olariaga (2015), que atribuiu a expansão do turismo na Colômbia à implementação da regulação e de políticas públicas no país a partir da década de 1990. Com base nessa literatura que se buscou investigar o relacionamento entre as variáveis políticas públicas e competitividade das MPE da cadeia produtiva do turismo.

Na construção da análise deste relacionamento, ao todo foram testados 38 grupos de variáveis independentes/preditores (detalhados na subseção 3.5.1) com a variável dependente competitividade das MPE da cadeia produtiva do turismo. Esta, por sua vez, foi analisada também a partir das diferenças de competitividade relatadas na subseção anterior.

Isto posto, dos 38 grupos de variáveis preditoras, com um nível de significância fixado em 0,05, apenas 03 apresentaram correlação com significância estatística com a variável competitividade das MPE da cadeia produtiva do turismo. Foram elas: cooperação regional 2011, 2013 e 2014:

Tabela 10: Correlações com Significância Estatística

Dimensões	Nível de Significância	Competitividade
Cooperação Regional 2011	Pearson Correlation	,323*
	Sig. (2-tailed)	,022
	N	50
Cooperação Regional 2013	Pearson Correlation	,290*
	Sig. (2-tailed)	,041
	N	50
Cooperação Regional 2014	Pearson Correlation	,365**
	Sig. (2-tailed)	,009
	N	50

*Correlação é significativa ao nível 0,05

** Correlação é significativa ao nível 0,01

Fonte: Dados da Pesquisa

Cabe lembrar aqui que a variável cooperação regional, que aparece na tabela 10, avalia os seguintes aspectos dos destinos turísticos: governança, projetos de cooperação regional, planejamento turístico regional, roteirização e promoção e apoio à comercialização de forma

integrada. Estes, conforme visto anteriormente, são amplamente trabalhados pelo Programa de Regionalização do Turismo – PRT.

De acordo com a escala de intensidade de Field (2005), os três episódios de correlações observados são de média intensidade e positivos. A partir deste resultado, constata-se que existe uma tendência do desempenho da variável competitividade das MPE da cadeia produtiva do turismo aumentar proporcionalmente ao das três variáveis que apresentaram coeficientes de correlação com significância estatística. No entanto, chama atenção o fato de que apenas para 03 anos (2011, 2013 e 2014) o resultado da cooperação regional indicou tendência a influenciar a competitividade das MPE da cadeia produtiva do turismo. Uma possível análise desse resultado passa pela compreensão sobre os elementos avaliados no ICTN.

Com base nos relatórios Brasil, foi possível compilar os elementos da dimensão cooperação regional que tiveram melhoria, sinalizados com a letra “M”, assim como aqueles que registraram piora, sinalizados com a letra “P”, e ainda, aqueles que se mantiveram estável, sinalizados com a letra “E”, ao longo dos anos. Estas categorizações dizem respeito à medição logo anterior. A ideia é identificar possíveis comportamentos similares desses elementos e assim buscar uma alternativa para tentar compreender o que justificaria tal comportamento apresentado pelo resultado da correlação estatística. Lembrando que para 2008, ano da primeira realização do ICTN, não há uma base comparativa sobre melhorias e pioras da dimensão, por isso ele não fez parte da compilação, conforme detalhamento abaixo no quadro 14:

Quadro 15 – Análise de Trajetória dos Elementos Avaliados na Dimensão Cooperação Regional: melhora (M), piora (P), estabilidade (E) em relação ano anterior

	Governança	Projetos de Cooperação Regional	Planejamento Turísticos Regional	Roteirização	Promoção e Apoio à Comercialização de Forma Integrada
2009	M	M	P	M	P
2010	M	E	M	E	P
2011*	P	E	M	E	M
2013*	P	P	P	M	E
2014*	M	M	E	E	M
2015	M	M	M	M	P

*Anos que apresentaram correlação com significância estatística.

Fonte: Adaptado de MTur (2009; 2010; 2011; 2013; 2014; 2015).

Como a Fundação Getúlio Vargas - FGV não informa os critérios de ponderação dos escores das questões e das variáveis utilizados no ICTN, não é possível relacionar empiricamente estes aspectos com o aumento da correlação. Entretanto, é importante atentar para a comparabilidade dos resultados ora apresentados. Considerando todos os anos, conforme pode ser observado no quadro 14, em nenhum houve piora no elemento “roteirização”, enquanto que todos os demais oscilaram. O elemento “projetos de cooperação regional”, por sua vez, registrou piora apenas em 2013, que inclusive foi o ano no qual mais elementos pioraram. Já o elemento no qual se observa piora em um maior número de anos (2009, 2010 e 2015) é o “promoção e apoio à comercialização de forma integrada”. Quando este elemento registrou melhora (2011 e 2014) ou se manteve estável (2013), foi observada a correlação com significância estatística com a variável competitividade das MPE da cadeia produtiva do turismo.

Analisando apenas estes anos que apresentaram correlação com significância estatística, tem-se: em dois anos (2011 e 2013) o elemento “governança” registrou piora. Nos três anos (2011, 2013 e 2014) o elemento “roteirização” registrou melhora ou se manteve estável, assim como o elemento “promoção e apoio à comercialização de forma integrada”, citado anteriormente.

O ano que apresentou o maior coeficiente de correlação, 2014, foi aquele no qual o maior número de elementos apresentou melhora: “governança”, “projetos de cooperação regional” e “promoção e apoio à comercialização de forma integrada”. Já em 2013, ano do menor coeficiente de correlação, foi aquele que registrou o maior número de elementos que apresentou piora: “governança”, “projetos de cooperação regional” e “planejamento turístico regional”.

Dessa maneira, parece que todos os elementos tendem a ser centrais para a correlação entre as duas variáveis, já que o ano que apresentou o maior coeficiente, 2014, foi aquele em que não houve piora em nenhum. Entretanto, dois elementos podem ser aventados como aqueles que contribuíram de maneira mais contundente para os resultados observados nesta correlação. São eles: “roteirização” e “promoção e apoio à comercialização de forma integrada”. Isso porque nos três anos que apresentaram significância estatística, estes elementos apresentaram melhora ou se mantiveram estável.

A roteirização tem como principal objetivo diversificar a oferta turística brasileira, por meio da integração e organização dos atrativos turísticos (MTUR, 2007). Além disso, é conferida a ela a missão de auxiliar na identificação dos recursos necessários para estruturar a oferta, sejam estes destinados para as estruturas dos atrativos ou para a qualificação dos serviços

turísticos (MTUR, 2007). Outro ponto relevante é que a roteirização “deve ter como foco a construção de parcerias, que podem se dar nos níveis municipal, regional, estadual, nacional e internacional, de modo a buscar o aumento das oportunidades de negócios nas regiões turísticas” (MTUR, 2007, p. 16). Observa-se nesses aspectos da roteirização uma convergência para a atuação das MPE da cadeia produtiva do turismo.

Já a promoção e o apoio à comercialização reúnem ações que se caracterizam pela relação com o mercado turístico, o que demanda o envolvimento não apenas do poder público, mas também do setor privado que atua nos destinos turísticos (MTUR, 2007). Como resultados esperados, têm-se: destinos turísticos conhecidos e desejados, aumento do número de visitantes, do tempo de permanência e do gasto médio (MTUR, 2007). Conforme visto anteriormente, em empresas de pequeno porte a cooperação possibilitaria, entre outros elementos, facilitar o acesso ao mercado, produzir mais, agregar mais valor ao produto turístico e, assim, serem mais competitivas (COSTA, 2005; ANDRIGHI e HOFFMANN, 2010; COSTA, GONÇALVES e HOFFMANN, 2014; AMARAL, 2016).

Sendo assim, a relevância dos dois elementos, “roteirização” e “promoção e o apoio à comercialização” para a cooperação regional e a relação desses com a competitividade das MPE da cadeia produtiva do turismo encontra amparo na teoria consultada.

Uma vez conhecidas as associações entre as variáveis investigadas, por meio da correlação de *Pearson*, foram buscadas explicações para o comportamento observado com a técnica estatística de regressão linear múltipla. Esta modelagem permite observar se as políticas públicas têm peso na explicação dos resultados da competitividade das MPE da cadeia produtiva do turismo, ou se apenas existe uma tendência dos dois aumentarem em conjunto.

Nesse contexto, foram inseridas as três variáveis preditoras (cooperação regional 2011, 2013 e 2014) no modelo de regressão linear por meio do método *Backward* (MAROCO, 2007):

Tabela 11: Modelo de Regressão Linear Múltipla Cooperação Regional e Competitividade das MPE da Cadeia Produtiva do Turismo

Modelo	Variáveis inseridas	Variáveis removidas	Método
1	CoopRegional_2014, CoopRegional_2011, CoopRegional_2013 ^a		.Inserir
2		.CoopRegional_2013	Reverso (critério: Probabilidade de F a ser removido $\geq ,100$).

continua.

Modelo	Variáveis inseridas	Variáveis removidas	Método
3		.CoopRegional_2011	Reverso (critério: Probabilidade de F a ser removido $\geq ,100$).

a. Todas as variáveis solicitadas inseridas.

Fonte: Dados da Pesquisa.

No modelo final, representado na tabela 11, restou apenas a variável cooperação regional 2014 em função das demais não terem apresentado significância estatística para a regressão linear, lembrando que o coeficiente de correlação desta variável foi o maior observado. Entretanto, neste momento não significa que a competitividade das MPE da cadeia produtiva do turismo está sendo explicada apenas por esta preditora. É necessário analisar os demais resultados e verificar se de fato o proposto é significativo.

A tabela abaixo apresenta o resumo destes primeiros modelos contendo as seguintes informações: o coeficiente de correlação (R), o coeficiente de determinação (R^2) e o coeficiente de determinação ajustado (R^2 ajustado):

Tabela 12: Resumo do Modelo das Variáveis Cooperação Regional e Competitividade das MPE da Cadeia Produtiva do Turismo

Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa
1	,402 ^a	,162	,107	10,63792
2	,391 ^b	,153	,117	10,58222
3	,365 ^c	,133	,115	10,58921

a. Preditores: (Constante), CoopRegional_2014, CoopRegional_2011, CoopRegional_2013

b. Preditores: (Constante), CoopRegional_2014, CoopRegional_2011

c. Preditores: (Constante), CoopRegional_2014

Fonte: Dados da Pesquisa.

Nota-se que o modelo final (3), presente na Tabela 12, apresenta um R^2 ajustado ligeiramente superior a 0,1, o que representa que ele está adequado para a regressão linear. Entretanto, o valor de explicação foi baixo, já que apenas 11,5% da variabilidade da competitividade das MPE da cadeia produtiva do turismo seria explicado pela cooperação regional 2014. Isso indica que a capacidade de explicação do modelo é baixa.

Por sua vez, a tabela (13) abaixo mostra a análise de variância da regressão linear – ANOVA na qual constata-se que a significância do modelo 3 é inferior a 0,05, que é o nível de significância utilizado neste estudo:

Tabela 13: ANOVA das Variáveis Cooperação Regional e Competitividade das MPE da Cadeia Produtiva do Turismo

Modelo	Soma dos Quadrados	Graus de Liberdade	Quadrado Médio	Sig.
Regressão	1005,797	3	335,266	,042 ^a
1 Resíduos	5205,602	46	113,165	
Total	6211,399	49		
Regressão	948,183	2	474,091	,020 ^b
2 Resíduos	5263,216	47	111,983	
Total	6211,399	49		
Regressão	829,089	1	829,089	,009 ^c
3 Resíduos	5382,310	48	112,131	
Total	6211,399	49		

a. Preditores: (Constante), CoopRegional_2014, CoopRegional_2011, CoopRegional_2013

b. Preditores: (Constante), CoopRegional_2014, CoopRegional_2011

c. Preditores: (Constante), CoopRegional_2014

Fonte: Dados da Pesquisa.

A partir deste resultado, verifica-se que existe relação linear significativa entre a variável cooperação regional 2014 e competitividade das MPE da cadeia produtiva do turismo, mesmo que o R^2 ajustado apresente baixa capacidade de explicação, conforme mencionado anteriormente. Isso significa dizer que, assim como pressupõem os sistemas complexos, a variável cooperação regional 2014 não é a única a explicar o desempenho da competitividade das MPE da cadeia produtiva do turismo, podendo haver outras variáveis que contribuam. Salienta-se que, em 2014, como dito antes, foi o ano que o maior número de elementos avaliados na cooperação regional apresentou melhora no desempenho.

A tabela 14 apresentada na sequência, resume os coeficientes das variáveis em questão e fornece os valores que constarão na equação da regressão linear:

Tabela 14 - Coeficientes com as Variáveis Cooperação Regional e Competitividade das Microempresas da Cadeia Produtiva do Turismo

Tabela 17. Coeficientes com as Variáveis Cooperativas Regionais e Computabilidade das Microempresas da Cadeia Produtiva do Turismo										
Modelo		Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.	Intervalo de confiança 95,0% para B		Estatísticas de colinearidade	
		B	Modelo padrão	Beta			Limite inferior	Limite superior	Tolerância	VIF
1	(Constante)	18,999	5,914		3,212	,002	7,094	30,904		
	CoopRegional_2011	,153	,129	,202	1,182	,243	-,107	,412	,622	1,608
	CoopRegional_2013	-,148	,208	-,202	-,714	,479	-,566	,270	,228	4,381
	CoopRegional_2014	,322	,208	,424	1,552	,128	-,096	,740	,244	4,105
2	(Constante)	19,349	5,863		3,300	,002	7,554	31,143		
	CoopRegional_2011	,127	,124	,169	1,031	,308	-,121	,376	,672	1,488
	CoopRegional_2014	,204	,124	,269	1,640	,108	-,046	,454	,672	1,488
3	(Constante)	22,160	5,194		4,266	,000	11,716	32,603		
	CoopRegional_2014	,277	,102	,365	2,719	,009	,072	,483	1,000	1,000

Fonte: Dados da Pesquisa.

Como o resultado do modelo apresentou significância estatística, é possível colocá-lo na equação da regressão linear:

$$\text{Competitividade} = 22,160 + 0,277 \text{ Cooperação Regional}$$

Nessa equação tem-se que o valor de β_0 é o intercepto, ou seja, representa o ponto em que a reta regressora corta o eixo y para $x=0$. Já os parâmetros β 's são chamados de coeficientes de regressão. Quando esses coeficientes possuem valores positivos na equação significa que o aumento de uma unidade (cooperação regional 2014) corroborará um aumento na variável a ser explicada (competitividade das MPE da cadeia produtiva do turismo). Dessa maneira, ao considerar que houve aumento em uma unidade na variável preditora (cooperação regional 2014), é possível prever como a variável competitividade das MPE da cadeia produtiva do turismo reagirá:

$$\text{Competitividade} = 22,160 + 0,277 \text{ Cooperação Regional}$$

$$\text{Competitividade} = 22,160 + 0,277 (x1)$$

$$\text{Competitividade} = 22,160 + 0,277$$

$$\text{Competitividade} = 15,145$$

Isso significa dizer que o desempenho da variável competitividade das MPE se elevaria em 22,437 pontos quando o desempenho da variável cooperação regional 2014 aumentasse 1 ponto.

Sendo assim, conclui-se que as variáveis preditoras (cooperação regional 2011, 2013 e 2014) inseridas nos modelos apresentam correlação com a variável dependente, competitividade das MPE da cadeia produtiva do turismo. Contudo, apenas a cooperação regional 2014 explica o modelo de regressão linear múltipla. As demais (cooperação regional 2011 e 2013) interagem com a competitividade das MPE da cadeia produtiva do turismo e o crescimento nos valores delas, individualmente, influencia no crescimento dos valores da última, mas este mesmo crescimento não pode ser explicado apenas pelo desempenho das primeiras.

Os resultados obtidos para o relacionamento entre as variáveis, tanto para a correlação quanto para regressão linear múltipla, encontram amparo teórico no que se refere a centralidade da cooperação para a competitividade de empresas de pequeno porte (AMORIM, MOREIRA e IPIRANGA, 2004; COSTA, 2005; MTur, 2009; ANDRIGHI e HOFFMANN, 2010; COSTA, GONÇALVES e HOFFMANN, 2014; AMARAL, 2016). Mesmo com a ausência de estudos empíricos que sirvam de base comparativa, os resultados da análise ora proposta reforçam a importância do modelo de competitividade sistêmica para as MPE da cadeia produtiva do turismo. Em um contexto no qual, a partir de ações cooperadas entre diferentes níveis, estas

empresas têm condições de serem mais competitivas, é fundamental rever, ou fortalecer, as políticas públicas para que a cooperação seja o principal norteador.

Nesse sentido, salienta-se a importância de as políticas públicas considerarem, pelo menos, três níveis de interações: i) composto pelos empresários ou organizações que de fato fazem com que o turismo aconteça; ii) os intermediários, como as agências e as operadoras e até mesmo as agências de promoção; e iii) as autoridades nacionais, regionais e locais (AMARAL, 2016).

Dando prosseguimento ao raciocínio, como a variável competitividade da MPE demonstrou comportamento distinto em função dos portes e das posições na cadeia produtiva do turismo, nos próximos modelos buscou-se verificar se, quando a análise é focada em cada dessas condições (porte e posição), o relacionamento observado entre as variáveis ocorre de maneira diferenciada.

Dos cinco modelos testados¹², apenas um apresentou significância estatística para a regressão linear. Por tanto, apenas serão apresentados os resultados do modelo composto por cooperação regional 2011, 2013 e 2014 x competitividade das microempresas.

Assim como ocorreu com a cadeia produtiva do turismo, no modelo final focado somente nas microempresas, expresso na tabela 14, restou apenas a variável cooperação regional 2014:

Tabela 15: Modelo de Regressão Linear Múltipla das Variáveis Cooperação Regional e Competitividade das Microempresas

Modelo	Variáveis inseridas	Variáveis removidas	Método
1	CoopRegional_2014, CoopRegional_2011, CoopRegional_2013 ^a		Inserir
2		CoopRegional_2013	Reverso (critério: Probabilidade de F a ser removido $\geq ,100$).

¹² cooperação regional 2011, 2013 e 2014 x competitividade das microempresas; cooperação regional 2011, 2013 e 2014 x competitividade das microempresas; cooperação regional 2011, 2013 e 2014 x competitividade das empresas localizadas a montante; cooperação regional 2011, 2013 e 2014 x competitividade das empresas localizadas na cadeia principal; e cooperação regional 2011, 2013 e 2014 x competitividade das empresas localizadas a jusante.

Modelo	Variáveis inseridas	Variáveis removidas	Método
3		CoopRegional_2011	Reverso (critério: Probabilidade de F a ser removido $\geq ,100$).

b. Todas as variáveis solicitadas inseridas.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Isso significa dizer que as demais variáveis não prosseguirão na análise. Já na tabela a seguir (16) é possível verificar que o R^2 ajustado para este modelo está adequado para a regressão linear, o que permite prosseguir a análise. Cabe lembrar que os modelos que não estão bem ajustados não explicam o comportamento entre as variáveis analisadas (MAROCO, 2007).

Tabela 16: Resumo do Modelo das Variáveis Cooperação Regional e Competitividade das Microempresas da Cadeia Produtiva do Turismo

Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa
1	,521 ^a	,271	,222	11,47005
2	,498 ^b	,248	,216	11,52008
3	,482 ^c	,232	,216	11,51585

a) Preditores: (Constante), CoopRegional_2014, CoopRegional_2011, CoopRegional_2013

b) Preditores: (Constante), CoopRegional_2014, CoopRegional_2011

c) Preditores: (Constante), CoopRegional_2014

Fonte: Dados da Pesquisa.

Apesar de estar adequado, observa-se que a variável cooperação regional 2014 explicaria apenas 21,6% da variabilidade da competitividade das microempresas da cadeia produtiva do turismo, o que pode ser considerado como um baixo padrão explicativo, mesmo sendo um resultado ligeiramente superior ao do modelo que considera toda a cadeia produtiva do turismo, independente do porte. Segue-se então para a ANOVA, representada na tabela 17, análise que permite chegar ao resultado final da regressão linear múltipla:

Tabela 17: ANOVA Variáveis Cooperação Regional e Competitividade das Microempresas

Modelo	Soma dos Quadrados	Graus de Liberdade	Quadrado Médio	Sig.
Regressão	2199,967	3	733,322	,002 ^a
1 Resíduos	5920,288	45	131,562	
Total	8120,255	48		

continua.

Modelo	Soma dos Quadrados	Graus de Liberdade	Quadrado Médio	Sig.
Regressão	2015,496	2	1007,748	,001 ^b
2 Resíduos	6104,759	46	132,712	
Total	8120,255	48		
Regressão	1887,357	1	1887,357	,000 ^c
3 Resíduos	6232,898	47	132,615	
Total	8120,255	48		

a) Preditores: (Constante), CoopRegional_2014, CoopRegional_2011, CoopRegional_2013

b) Preditores: (Constante), CoopRegional_2014, CoopRegional_2011

c) Preditores: (Constante), CoopRegional_2014

Fonte: Dados da Pesquisa.

Constata-se que o *sig* do modelo final (3), observado na tabela 16, é igual a 0, sendo possível rejeitar a hipótese nula e inseri-lo na equação da regressão linear. Ou seja, existe relação linear significativa entre a variável cooperação regional 2014 e competitividade das microempresas da cadeia produtiva do turismo, revelando que a primeira consegue explicar o resultado da segunda. Tem-se, então, dois modelos explicativos oriundos dos dados coletados para o presente estudo, um que engloba toda a cadeia produtiva do turismo, independente do porte, e outro que foca apenas nas microempresas. Assim, a tabela 18 apresentada logo abaixo, resume os coeficientes das variáveis em questão:

Tabela 18: Coeficientes com as Variáveis Cooperação Regional e Competitividade das Microempresas da Cadeia Produtiva do Turismo

Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.	Intervalo de confiança 95,0% para B		Estatísticas de colinearidade	
	B	Modelo padrão	Beta			Limite inferior	Limite superior	Tolerância	VIF
(Constante)	11,247	6,400		1,757	,086	-1,642	24,136		
1 CoopRegional_2011	,176	,139	,203	1,264	,213	-,105	,457	,625	1,599
CoopRegional_2013	-,268	,227	-,318	-1,184	,243	-,724	,188	,225	4,439
CoopRegional_2014	,557	,226	,642	2,464	,018	,102	1,013	,239	4,191
(Constante)	11,767	6,412		1,835	,073	-1,140	24,675		
2 CoopRegional_2011	,133	,135	,153	,983	,331	-,139	,404	,672	1,489
CoopRegional_2014	,342	,135	,394	2,528	,015	,070	,615	,672	1,489
(Constante)	14,726	5,659		2,602	,012	3,341	26,111		
3 CoopRegional_2014	,419	,111	,482	3,773	,000	,195	,642	1,000	1,000

Fonte: Dados da Pesquisa.

Com base nestes coeficientes de regressão linear, apresentados na tabela 18, é possível inserir os resultados das duas variáveis na equação da regressão linear:

$$\textit{Competitividade} = 14,726 + 0,419 \textit{ Cooperação Regional}$$

Ao considerar que houve aumento em uma unidade na variável preditora (cooperação regional 2014), é possível prever como a variável competitividade das microempresas da cadeia produtiva do turismo reagirá. Nesse caso a equação seria:

$$\textit{Competitividade} = 14,726 + 0,419 \textit{ Cooperação Regional}$$

$$\textit{Competitividade} = 14,726 + 0,419 (x1)$$

$$\textit{Competitividade} = 14,726 + 0,419$$

$$\textit{Competitividade} = 15,145$$

Nota-se que o desempenho da variável competitividade das microempresas se elevaria em 15,145 pontos quando o desempenho da variável cooperação regional 2014 aumentasse 1 ponto.

Já para as empresas de pequeno porte o modelo de regressão linear não apresentou significância estatística, o que pode indicar que a competitividade das microempresas tende a ser mais suscetível a um número menor de variáveis, como a cooperação regional 2014. Conforme visto anteriormente, a ausência de significância na regressão linear não contradiz a correlação anteriormente observada entre as variáveis. O que ocorre é que, para as pequenas empresas, apenas o desempenho da cooperação regional não tem capacidade explicativa sobre a competitividade destas empresas. Para ampliar o potencial explicativo, seria necessário inserir outras variáveis para testar novos modelos, o que está além do escopo do presente trabalho.

No que se refere às posições na cadeia produtiva do turismo, para todos os grupos, empresas localizadas a montante, na cadeia principal e a jusante, também não houve significância estatística no modelo de regressão linear. Ou seja, quando a análise se restringe às posições específicas na cadeia produtiva do turismo, as variáveis cooperação regional 2011, 2013 e 2014 não explicam os resultados da competitividade. Tomando estes dados em consideração, pode-se concluir que o relacionamento das variáveis estudadas encontra explicação apenas quando se considera a cadeia produtiva como um todo, independente de porte ou posição, ou quando as empresas se enquadram como micro, também independente da posição. Por outro lado, foram observadas correlações com significância estatística em outros anos da cooperação regional (2011 e 2013), o que indica que as políticas públicas, quando baseada na cooperação regional, influenciam a competitividade das MPE da cadeia produtiva do turismo. Entretanto, como

para os demais anos da variável não houve significância estatística, é preciso aprofundar a análise deste relacionamento observado. Um caminho possível é o entendimento sobre o peso dos elementos avaliados na cooperação regional para o resultado da dimensão.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do entendimento teórico de que existem influências das políticas públicas nos demais componentes do sistema turístico (PEREIRA, 1999; GONZÁLEZ, 2005; LOHMANN e PANOSSO NETTO, 2008; THURIK, 2008; MTUR, 2015), o objetivo geral do presente trabalho consistiu em analisar estas possíveis influências sobre a competitividade das micro e pequenas empresas (MPE) da cadeia produtiva do turismo. Para tal, o Referencial Teórico buscou apresentar linhas de estudos que colaborassem com a concepção do turismo enquanto um fenômeno complexo, o que levou à análise de toda a cadeia produtiva do turismo dentro de uma visão mais agregada, sem fracioná-la em setores; caracterizassem as políticas públicas listando seus principais desafios no século XXI e apresentando relações com a competitividade; e que discorressem sobre as MPE da cadeia produtiva do turismo, destacando a competitividade sistêmica para as empresas desse porte.

Alinhada à perspectiva sistêmica, a pesquisa focou em como as políticas públicas (nível macro e meso) influenciariam o nível micro: as MPE da cadeia produtiva do turismo. Nesse contexto, a unidade de análise deste estudo foi o conjunto destas MPE, contemplando o desempenho da firma, da própria cadeia e dos destinos nos quais estas empresas atuam. Cabe ressaltar que o conceito adotado para políticas públicas, assim como os demais estudados, se mostrou como de difícil materialização nos dados coletados pelo Índice de Competitividade do Turismo Nacional, que foram utilizados na análise proposta. Esta condição se mostrou como desafiadora para a natureza empírica proposta pelo trabalho.

Como metodologia, empregou-se a abordagem quantitativa para explorar e analisar o relacionamento observado entre as variáveis. Os dados utilizados para isso foram coletados em fontes secundárias a partir do Índice de Competitividade do Turismo Nacional – ICTN, realizado pelo Sebrae e o MTur de 2008 até 2015 (com exceção de 2012, quando o estudo não foi realizado), e do Modelo de Excelência em Gestão – MEG, aplicado pela Fundação Nacional da Qualidade – FNQ com o apoio do Sebrae. Posteriormente, estes dados foram tratados e analisados com instrumental estatístico, usando medidas de posição, dispersão, testes de comparação de média, análise de correlação de Pearson e de regressão linear múltipla.

Atendendo ao objetivo específico 1, ao se descrever comportamento da variável políticas públicas, ao longo dos 7 anos avaliados, percebeu-se que houve pouca variação, com ligeiro crescimento dos resultados e um incremento de 5,97 pontos de 2008, quando a medição foi iniciada, para 2015 ano do último registro. A pouca variação dos dados reforça uma das limitações identificadas no ICTN por Sette e Tomazzoni (2017), de que um estudo com periodicidade anual, como o ICTN, não registraria alterações robustas no curto prazo, principalmente em políticas públicas (SETTE e TOMAZZONI, 2017).

Por outro lado, as dimensões que integraram a variável políticas públicas neste trabalho, infraestrutura, marketing, PPTur, monitoramento e cooperação regional, tiveram comportamentos distintos. A mais alta foi a infraestrutura, com 69,01 pontos, enquanto a mais baixa foi a de monitoramento com 39,04 pontos. Presente como temática nos dois Planos Nacionais de Turismo – PNT realizados no período investigado (PNT 2007/2010 e 2013/2016), a infraestrutura vem recebendo investimentos vultuosos do governo federal. Entretanto, estes investimentos não estão sendo traduzidos no aumento da competitividade dos destinos turísticos avaliados pelo ICTN (VIEIRA, 2013). No entanto, a média global desta dimensão na variável políticas públicas aqui estudada, sinaliza que estes mesmos investimentos podem ter contribuído para a obtenção do melhor desempenho entre aquelas avaliadas pela presente pesquisa.

Se a dimensão infraestrutura apresentou a maior média, o monitoramento, também presente nos dois PNT, foi responsável pela menor. Conforme visto anteriormente, o conjunto de elementos avaliados nesta dimensão (pesquisas de demanda e oferta, sistema de estatística do turismo, medição de impactos da atividade turística e setor específico de estudos e pesquisa) ainda é distante da realidade da maioria dos destinos turísticos brasileiros, o que acaba prejudicando a própria efetividade das políticas públicas (VIEIRA, 2013).

Para a dimensão cooperação regional foram observadas quedas na variação em sua trajetória (de 2010/2011, 2011/2013 e 2014/2015), apesar do resultado final ter sido superior ao inicial registrado. Pôde-se observar que os aspectos avaliados pelo ICTN nesta dimensão são centrais no Programa de Regionalização do Turismo (PRT), política pública priorizada pelo Ministério do Turismo na última década. O PRT, lançado em 2004, em substituição ao Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNTM, amplia a proposta de atuação para as regiões turísticas, tendo como base a gestão descentralizada, a articulação e a mobilização regional (SETTE e TOMAZZONI, 2017). Para isso, o Programa dependeria, entre outras coisas, da cooperação público-privada e

do envolvimento dos estados e municípios. Além disso, uma das principais ações empreendidas pelo PRT foi a formação de redes de cooperação técnica para a roteirização (MTUR, 2010).

O ano que a dimensão cooperação regional apresentou o maior coeficiente de correlação, 2014, foi aquele no qual o maior número de elementos avaliados apresentou melhora: “governança”, “projetos de cooperação regional” e “promoção e apoio à comercialização de forma integrada”. Já em 2013, ano do menor coeficiente de correlação, foi aquele que registrou o maior número de elementos que apresentou piora: “governança”, “projetos de cooperação regional” e “planejamento turístico regional”.

O turismo é um fenômeno sistêmico altamente interdependente no qual os atores competem e cooperam ao mesmo tempo (AMARAL, 2016). Por isso, as políticas públicas precisam considerar, pelo menos, três níveis de interações: i) com empresários ou organizações que fazem o turismo acontecer; ii) com os intermediários; e iii) com as autoridades nas diferentes esferas administrativas (AMARAL, 2016). Observa-se que esta cooperação não se dá apenas no âmbito empresarial, mas sim entre diferentes atores e níveis do sistema turístico.

Em relação ao objetivo específico 2, foi possível observar que a variável competitividade das MPE da cadeia produtiva do turismo apresentou comportamentos distintos para os diferentes portes e posições nesta cadeia, o que pode ser explicado pela heterogeneidade das empresas que a integram (GOSS, 1991; COSTA, 2005). Sendo assim, há de se destacar que, em 2015, as pequenas empresas foram mais competitivas do que as micro, e as empresas localizadas a montante e na cadeia principal foram mais do que aquelas inseridas a jusante. Salienta-se que a análise por diferentes portes e posições na cadeia não buscou comparar os resultados e sim entender o comportamento da variável em diferentes níveis.

A diferença observada entre os portes precisa ser melhor averiguada, já que existem correntes distintas na literatura sobre a competitividade. Conforme explicam Sette, Santos e Uvinha (2017), há linhas teóricas que associam a competitividade à participação de mercado das empresas (BUCKLEY, PASS e PRESCOTT, 1988; FAGERBERG, 1988; PORTER, 1998) e como as pequenas empresas apresentam maior faturamento elas seriam mais competitivas. Todavia, foram encontrados autores, como Esser et al (1994; 1996), Barney (1991) e Dwyer e Kim (2003) que apresentam uma perspectiva ampliada sobre a competitividade, considerando os relacionamentos entre

diferentes níveis e atores dos sistemas, o que não teria associação com o faturamento das empresas.

Em atendimento ao terceiro objetivo específico, no que se refere ao relacionamento destas duas variáveis, apenas as preditoras cooperação regional 2011, 2013 e 2014 apresentaram correlação positiva de média intensidade com a variável dependente, competitividade das MPE da cadeia produtiva do turismo. Ou seja, se revelou estatisticamente uma interação entre as citadas dimensões da variável políticas públicas e da competitividade das MPE, bem como que o crescimento nos valores de uma, influencia no crescimento dos valores da outra. Entretanto, o crescimento desta última, pôde ser explicado apenas pelo crescimento da variável cooperação regional 2014, uma vez que o modelo de regressão linear apresentou significância estatística apenas para esta variável. Com base nos resultados coletados, a regressão linear indicou que o desempenho da competitividade das MPE da cadeia produtiva do turismo aumenta 22,437 pontos quando o desempenho da cooperação regional 2014 aumenta 01 ponto.

Sendo assim, encontrou-se no estudo interações positivas em 03 anos (2011, 2013 e 2014) e explicativas, apesar da capacidade ser considerada como baixa, apenas para 2014, quando todos os elementos avaliados na cooperação regional apresentaram melhora ou se mantiveram estável. Isso significa dizer que, para explicar a competitividade das MPE, são necessárias outras variáveis do fenômeno turístico, o que reforça a ideia de um modelo ampliado no qual seja possível quantificar um número maior de interações, considerando inclusive as retroações. Há de se destacar também que, assim como ocorreu com os estudos de Vieira (2013), os dados oriundos do Índice de Competitividade do Turismo Nacional não apresentaram significância estatística em uma análise que se baseou em um referencial teórico que indicava haver tal relação. Este pode ser um indício de problemas metodológicos oriundos do Índice, seja na definição das dimensões, variáveis e aspectos avaliados ou até mesmo na maneira de coletar e tratar os dados.

Salienta-se que quando a análise foi mais específica e focada em cada um dos portes de empresas abordadas por este estudo, também se observou significância estatística no modelo de regressão linear para a variável cooperação regional 2014 e competitividade das microempresas da cadeia produtiva do turismo. Os resultados desse modelo indicaram que o desempenho da variável competitividade das microempresas se eleva em 15,145 pontos quando o desempenho da variável cooperação regional 2014 aumenta 01 ponto.

Cabe lembrar que em 2014 o resultado da variável cooperação regional foi motivado pelo retorno das atividades das instâncias de governança, a participação conjunta dos destinos em eventos para promoção da região turística, a existência de materiais promocionais da região e projetos de cooperação compartilhados (MTUR, 2014), o que pode ajudar a explicar um ganho de competitividade para toda a cadeia produtiva do turismo, em especial para as microempresas, no ano seguinte, 2015.

Esta evidência tende a reforçar a importância que a cooperação regional pode exercer no sistema turístico, constatação que encontra amparo no modelo de competitividade sistêmica (ESSER et al, 1994; 1996). O referido modelo parte do princípio que a competitividade é produto da complexa e dinâmica interação entre o Estado, as empresas, as chamadas instituições intermediárias e a capacidade que sociedade tem de se organizar (ESSER et al, 1994; 1996). Ou seja, no modelo de competitividade sistêmica existe uma ênfase nos relacionamentos entre os diferentes níveis.

Já para as pequenas empresas, este modelo foi limitado em sua composição, o que pode levantar a ideia de que a competitividade delas tende a ser mais suscetível a um número maior de variáveis, para além da cooperação regional. Quando a análise foi focada nas diferentes posições das MPE da cadeia produtiva do turismo (montante, cadeia principal e jusante), também não houve significância estatística no modelo de regressão linear. A mesma análise se aplica para essa situação, qual seja, é necessário evoluir e incluir diferentes variáveis do fenômeno turístico no modelo.

Como o modelo de regressão linear conseguiu explicar apenas dois relacionamentos observados entre as diferentes variáveis analisadas, de modo geral, entende-se que não se pode afirmar a existência de correlação significativa entre a variável políticas públicas (no conjunto das dimensões consideradas) e competitividade das MPE da cadeia produtiva do turismo. Assim, pode-se questionar se elas seriam a composição mais precisa das variáveis a serem medidas, o que abre uma reflexão de refinamento de um futuro estudo. Ainda, pode-se levantar a questão se, de fato, as políticas públicas, em seu conjunto aqui mensurado, estão surtindo o efeito esperado dentro do paradigma da busca por um turismo competitivo, o que contribuiria para reflexões acerca de sua eficiência (NAIM, 2015) e da necessidade de intervenção governamental no setor (HALL, 2001). Do ponto de vista das MPE do turismo, eleva-se o questionamento acerca do quanto elas têm sido atendidas pelas políticas públicas quando considerada sua competitividade.

As políticas públicas, por serem condicionadas a uma série de variáveis, devem estar em constante transformação, fato que demanda um permanente reexame dos papéis governamentais (SARAVIA, 2006). Como visto anteriormente, entre os principais motivos que aceleram esse reexame, estão: (I) mudanças bruscas nos contextos econômicos e institucionais; (II) questões críticas relacionadas à globalização; (III) alteração nas necessidades sociais; (IV) surgimento de novas tecnologias; (V) a atuação da mídia; (VI) aumento da participação nos processos decisórios; e (VII) exigências de maior transparência na esfera pública (SARAVIA, 2006). A conjuntura atual faz com que as políticas públicas no mundo passem por profundas alterações e expõe os novos desafios a que elas estão sujeitas na contemporaneidade.

Assim, as evidências surgidas a partir desta análise, ao constatar a heterogeneidade observada nas MPE da cadeia produtiva do turismo (GOSS, 1991; COSTA, 2005), alimentam o debate acerca do desenho mais adequado de políticas públicas e a necessidade de propostas menos generalistas e mais focadas nas necessidades apresentadas.

Por fim, há de se ressaltar as limitações do estudo. A primeira refere-se à quantidade de variáveis estudadas, em função do tempo e dos recursos disponíveis para a pesquisa. Tendo como ponto de partida a complexidade do fenômeno turístico, entende-se que o presente estudo indicou uma abordagem das interações possíveis, sendo necessário ampliar a averiguação para outras variáveis, buscando também formas de medir possíveis retroações.

No que tange ao uso dos dados secundários, há a limitação de que eles foram coletados para finalidades distintas àquelas desse estudo, o que pode reduzir as possibilidades de alguns usos, bem como houve dificuldades e limitações de compatibilizar dois bancos de dados inteiramente distintos. Especificamente, ressalta-se que aqueles dados oriundos do ICTN tiveram a limitação ligada à heterogeneidade, fruto das 05 dimensões utilizadas e dos 50 destinos turísticos selecionados; e a falta de acesso as ponderações utilizadas pela Fundação Getúlio Vargas – FGV. Sobre esta última limitação, não foi possível identificar se os pesos atribuídos a cada um dos elementos avaliados nas dimensões eram similar ou contribuíam de diferentes maneiras para as notas finais, o que até certo ponto trouxe dificuldades para se aprofundar nos resultados das correlações com significância estatística. Também houve limitações em relação ao Modelo de Excelência em Gestão - MEG, que por ter critérios com notas em escalas

diferentes da variável políticas públicas, precisou passar por processo de agregação, o que pode ter afetado os resultados finais obtidos.

Para estudos futuros recomenda-se que esta abordagem possa ser refinada e replicada na análise de outras variáveis, até mesmo na proposição de um modelo conceitual que abranja uma quantidade maior de interações, dentro da perspectiva da competitividade sistêmica para o turismo. Ainda, um novo caminho de pesquisa a ser explorado poderia ser a replicação da pergunta proposta em um estudo empírico primário em alguns territórios que pudessem ser comparados e oferecer novas pistas para a compreensão da relação entre as políticas públicas e a competitividade das MPE da cadeia produtiva do turismo.

REFERÊNCIAS

AMARAL, M.I.C. A Cooperação entre os Stakeholders e o Desenvolvimento Turístico dos Territórios Rurais – O Caso da Sub-Região do Baixo Alentejo (Alentejo – Portugal). **Revista Turismo – Visão e Ação – Eletrônica**, v.18, n.1, 2016.

AMORIM, M.A; MOREIRA, M.V.C; IPIRANGA, A.S.R. A Construção de uma Metodologia de Atuação nos Arranjos Produtivos Locais (APLs) no estado do Ceará: um enfoque na formação e fortalecimento do capital social e da governança. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. v.6, n.9, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE EVENTOS – ABEOC Brasil. **Academia de Eventos Exige fim do Ministério do Turismo**. Disponível em: <<http://www.abeoc.org.br/2016/06/academia-de-eventos-exige-fim-do-ministerio-do-turismo/>>. Acesso em: 22 de julho de 2017.

ANDRIGHI, F. F.; HOFFMANN, V. E. Redes e Cooperação na Destinação Turística de Urubici/SC. **Turismo em Análise**, v.21, n.1, 2010.

ARAÚJO, M. A.; ANDRADE, J. R. L.; RIBEIRO, L. C. S. Tasas de Supervivencia de las Micro y Pequeñas Empresas del Turismo en Sergipe – Brasil. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, v.26, 2017.

BARBOSA, L. M. **Os impactos econômicos do turismo e sua implicação nas políticas públicas: O caso do município de Macaé/RJ, Brasil**. Disponível em: <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0044545.pdf>, Acesso em: 04 de dezembro de 2016.

BARNEY, J. B. Firm Resources and Sustained Competitive Advantage. **Journal of Management**, v.17, 1991.

BAR-YAM, Y. Aplicações de Sistemas Complexos em Políticas Públicas no Mundo. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Modelagem de Sistemas Complexos para Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, 2015.

Barcelona contra o turismo. **Carta Capital**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/internacional/barcelona-contra-o-turismo>>. Acesso em: 23 de julho de 2017.

BENI, M. C. **Análise Estrutural do Turismo**. 1ª ed. São Paulo: SENAC, 1998.

_____. **Análise Estrutural do Turismo**. 13ª ed. São Paulo: SENAC, 2007.

BOULLÓN, R. C. **Planificación del Espacio Turístico**. 4ª ed. México: Trillas, 2006.

BUCKLEY, P. J.; PASS, C. L.; PRESCOTT, K. Measures of International Competitiveness: a Critical Survey. **Jornal of Marketing Management**, v.4, n. 2, p, 1988.

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. **Estatística Básica**. São Paulo: Saraiva 2002.

COSTA, H. A. *Análise das Relações de Rede e do Perfil da Competitividade Turística: Estudo comparativo entre São Francisco do Sul e Laguna - SC*. 2005. 175 f. **Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria)**. Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, 2005.

_____. *Mosaico da Sustentabilidade em Destinos Turísticos: Cooperação e conflito de micro e pequenas empresas no roteiro integrado Jericoacoara – Delta do Parnaíba – Lençóis Maranhenses*. 2009. 296 f. **Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável)** – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

_____. **Destino do Turismo: Percursos para a sustentabilidade**. São Paulo: FGV, 2013.

COSTA, H. A.; COSTA, A. C.; MIRANDA JÚNIOR, N. S. Arranjos Produtivos Locais (APL) no Turismo: Estudo sobre a Competitividade e o Desenvolvimento Local na Costa dos Corais – AL. **Observatório de Inovação do Turismo**, v.7, 2012. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/oit/article/view/5806>>. Acesso em: 06 de janeiro de 2018.

COSTA, H. A.; GONÇALVES, J. S; HOFFMANN, V.E. Cooperação entre Micro e Pequenas Empresas de Hospedagem como Fonte de Vantagem Competitiva: Estudo dos albergues de Belo Horizonte (MG). **Revista Turismo e Ação**, v.16, n.1, 2014. Disponível em: <<https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/5933/3228>>. Acesso em: 06 de janeiro de 2018.

COSTA, H. A.; SOUTO-MAIOR, A. Sistemas Produtivos Locais em Turismo: Relacionamentos estratégicos e aglomeração territorial como vantagens competitivas. **Observatório de Inovação do Turismo**, v.1, n.1, 2006. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/oit/article/view/5608/4329>>. Acesso em: 05 de março de 2017.

COSTA, H. A.; NASCIMENTO, E. P. Motivações para Empreender no Turismo: Um estudo sobre micro e pequenas empresas na costa norte (CE, MA, PI). **Revista Turismo - Visão e Ação**, v.12, n.3, 2010. Disponível em: <<http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/1870>>. Acesso em: 02 de abril de 2017.

COSTA, A. P. N.; LEANDRO, L. A. L. A Atual Cenário das Micro e Pequenas Empresas no Brasil. **XIII SEGET – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, 2016. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos16/14924134.pdf>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2018.

COUTINHO, L.; FERRAZ, J. C. **Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira**. Campinas: Papirus, 1995.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3ed. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 2010.

CROUCH, G. I.; RITCHIE, J. R. B. Tourism. Competitiveness, and Societal Prosperity. **Journal of Business Research**, v. 44, n. 3, 1999.

CRUZ, M. R. C. **Políticas de Turismo e Território**. São Paulo: Ed. Contexto, 2000.

_____. Políticas Públicas de Turismo no Brasil: Significado, importância, interfaces com outras políticas setoriais. In SOUZA, M. J. (Org.). **Políticas Públicas e o Lugar do Turismo**. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

CVELBAR, L. K.; DYWER, L.; KOMAN, M.; MIHALIC, T. Drivers of Destination Competitiveness in Tourism: A global investigation. **Journal of Travel Research**, v.55, n.8, 2015.

D'HAUTESERRE, A. M. Lessons in Managed Destination Competitiveness: The case of Foxwoods casino resort. **Tourism Management**, v.21, n.1, 2000.

DIAS, R. **Planejamento do Turismo**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas Públicas: Princípios, propósitos e processos**. Editora Atlas, 2012.

DOXSEY, J. R.; RIZ, J. **Metodologia da Pesquisa Científica**. ESAB – Escola Superior Aberta do Brasil, 2002-2003.

DWYER, L.; KIM, C. Destination Competitiveness: Determinants and indicators. current issues in tourism. **Current Issues in Tourism**. v.6, n.5, 2003.

DYE, Thomas D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall. 1984.

ENRIGHT, M. J.; NEWTON, J. Tourism Destination Competitiveness: A quantitative approach. **Tourism Management**, n. 25, 2004.

ESSER, K.; HILLEBRAND, W.; MESSNER, D.; MEYER-STAMER, J. Competitividad Sistémica: nuevo desafío para las empresas y la política. **Revista de la Cepal**, n.59, 1996.

Competitividad Sistémica: Competitividad Internacional de Las Empresas y Políticas Requeridas. Instituto Alemán de Desarrollo, 1994.

FAGERBERG, J. International Competitiveness. **Economic Journal**, v. 98, n. 391, 1998.

FAYOS-SOLÁ, E. Tourism Policy: a midsummer night's dream? **Tourism Management**. v.17, n.6, 1996.

FAYOS-SOLÁ, Eduardo; MORALEDA, Laura Fuentes; MAZÓN, Ana Isabel Muñoz (2012). **Elaborando un Plan de Política Turística:** consideraciones metodológicas. *Papers de Turisme*, pp. 41-65.

FERRAZ, J. **Regime Jurídico do Turismo**. Campinas: Papirus, 1992.

FIELD, A. **Discovering Statistics using SPSS**. 2ª Edição, Sage Publications, London, 2005.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FUENTES, M. A. Métodos e Metodologias em Sistemas Complexos. *In*: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Modelagem de Sistemas Complexos para Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, 2015.

FUNDAÇÃO NACIONAL DA QUALIDADE. **O Modelo de Excelência da Gestão® (MEG)**. Disponível em: <
https://www.fnq.org.br/guia_referencia_MEG_21_abril_16.pdf>. Acesso em: 29 de julho de 2017.

FURTADO, B. A.; SAKOWSKI, P. A. M.; e TÓVOLLI, M. H. Abordagem de Sistemas Complexos para Políticas Públicas. *In*: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Modelagem de Sistemas Complexos para Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, 2015.

GARAY, N; SANTANA, L; COSTA, H. Cooperação e Sustentabilidade no Setor Turístico: estudo sobre Micro e Pequenas Empresas de Cavalcante (GO, Brasil). **Cenário**, v.3, n. 5, 2015.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. Aspectos Teóricos e Conceituais. *In*: GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. (Orgs.). **Métodos de Pesquisa**. Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOELDNER, C. R.; RITCHIE, J. R; MCINTOSH, R. W. **Turismo: Princípios, práticas e filosofias**. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GONZÁLEZ, M. V. ¿Existe la Política Turística? La acción pública en materia de turismo en España (1951-2004). **Política y Sociedad**, v. 42, n. 1, 2005.

GOOROOCHURN, N.; SUGIYARTO, G. **Measuring competitiveness in the travel and tourism industry**. Discussion Paper – TTRI, Nottingham University Business School, University of Nottingham, 2004.

GOSS, D. **Small business and society**. London: Routledge, 1991.

GUILARDUCCI, B. C.; FRATUCCI, A. C. **Teoria dos Sistemas Complexos e Possíveis Aplicações nos Estudos sobre as Políticas Públicas de Turismo**. *In*: Anais do Seminário da ANPTUR, 2016. São Paulo.

HALL, C. M. **Planejamento Turístico**. Políticas, processos e relacionamentos. São Paulo: Contexto, 2001.

HALL, C. M.; JENKINS, J. Tourism and Public Policy. *In* LEW, A. A.; HALL, C. M.; WILLIAMS, A. M. **A Companion to Tourism**. Blackwell Publishing: 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Economia do Turismo**. Uma Perspectiva Macroeconômica 2003-2009. IBGE: Rio de Janeiro, 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. Termo de Execução Descentralizada nº 01/2014. Ministério do Turismo/IPEA. Produto 5. **Relatório com as Estimativas da Caracterização da Ocupação Formal e Informal do Turismo, com**

Base nos dados da RAIS e da PNAD 2013, para o Brasil e Regiões. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/extrator/arquivos/160204_caracterizacao_br_re.pdf>. Acesso em: 02 de abril de 2017.

_____. **Sistema de Contas Regionais: Brasil 2015.** Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101307_informativo.pdf. Acesso em: 28 de janeiro de 2018.

JENKINS, C. L.; HENRY, B. M. Government Involvement in Tourism in Developing Countries. *Annals of Tourism Research*, v.9, 1982.

KOTLER, P. **Marketing de A a Z: 80 Conceitos que Todo Profissional Precisa Saber.** 14ª ed. São Paulo: Campus, 2003.

LANZARINI, Ricardo; BARRETO, Margarita (2014). **Políticas Públicas no Brasil para um Turismo Responsável.** *Revista Visão e Ação*, v. 16, n. 1, 185-215. doi: 10.14210/rtva.v16n1, pp.185-215.

LEITE, A. 8 Lugares pelo Mundo que já Declararam Guerra aos Turistas. **Viagem Turismo.** Disponível em: < <http://viagemeturismo.abril.com.br/materias/8-lugares-pelo-mundo-que-ja-declararam-guerra-aos-turistas/>>. Acesso em: 23 de julho de 2017.

LEONE, R. J. G.; LEONE, N. M. C. P. G. Pequenas e Médias Empresas: Contribuições para discussão sobre por que e como medir o seu tamanho. **Revista do Mestrado em Administração da Universidade Potiguar – RaUnP**, v.4, n.1, 2011.

LICKORISCH, L. J.; JENKIS, C. L. **Introdução ao Turismo.** Rio de Janeiro: Campus, 2000.

LINDBLOM, C. **Politics and Markets.** Nova York: Basic Books, 1977.

LOHMANN, G.; PANOSSO NETTO, A. **Teoria do Turismo: Conceitos, modelos e sistemas.** São Paulo: Aleph, 2008.

LORGA, M. A.; OPUSZKA, P. R. Políticas Públicas para Micro e Pequenas Empresas no Brasil: uma Vertente para novas perspectivas. In **XXII Encontro Nacional do CONPEDI/UNICURITIBA.** Curitiba, 2013.

MARCONI, M. A., LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica: Ciência e conhecimento científico; métodos científicos; teoria, hipóteses e variáveis; metodologia jurídica.** 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing: Uma orientação aplicada.** 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MAROCO, J. **Análise Estatística: Com utilização do SPSS.** 3ª ed. Lisboa: Edições Sílabo, 2007.

MEYER-STAMER, J. Estratégias de Desenvolvimento Local e Regional: Cluster, Política de Localização e Competitividade Sistêmica. **Friedrich Ebert Stiftung, Policy Paper**, n.28, 2001.

MINGOTI, S. A. **Análise de Dados através de Métodos de Estatística Multivariada**. Uma abordagem aplicada. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional de Turismo 2007/2010**. Disponível em: <
http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_turismo_2007_2010.pdf>. Acesso em: 30 de julho de 2017.

_____. **Avaliação do Programa de Regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil**. resumo executivo. Disponível em: <
http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Livro_Regionalizaxo.pdf>. Acesso em: 07 de janeiro de 2018.

_____. **Módulo Operacional: Roteirização turística**. Disponível em: <
http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros_brasil/roteirizacao_turistica.pdf>. Acesso em: 29 de janeiro de 2018.

_____. **Módulo Operacional 8: Promoção e apoio à comercialização**. Disponível em: <
http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros_brasil/promocao_e_apoio_a_comercializacao.pdf>. Acesso em: 29 de janeiro de 2018.

_____. **Índice de Competitividade do Turismo Nacional**. Relatório Brasil 2008. Disponível em: <
http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/MIOLO_65xdestinosx_revisao4set.pdf>. Acesso em: 26 de março de 2017.

_____. **Índice de Competitividade do Turismo Nacional**. Relatório Brasil 2015. Disponível em: <
[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/ef94c163da070213d455b65b64c794f/\\$File/5833.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/ef94c163da070213d455b65b64c794f/$File/5833.pdf)>. Acesso em: 03 de setembro de 2016.

_____. **Anuário Estatístico de Turismo 2017: Ano base 2016**. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-53-05.html>. Acesso em: 28 de janeiro de 2018.

MOESCH, M. M. **Epistemologia Social do Turismo**. São Paulo: ECA/USP, 2004.

MOESCH, M. M.; BENI, M. C. Do Discurso da Ciência para a Ciência do Turismo. **Anais Anptur. V. 11**. Disponível em: http://www.anptur.org.br/anptur/anais/v.11/DFP1_pdf/48.pdf. Acesso em 13 de julho de 2016.

MORIN, E. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MORRISON, A. The Management of Small Tourism & Hospitality Firms. *In Annals of Tourism Research*, v. 27, n. 1, 2000.

MUELLER, B. Sistemas Complexos em Políticas Públicas no Brasil. *In*: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Modelagem de Sistemas Complexos para Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, 2015.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL- ONU-BR. **Turismo Bateu Recorde em 2015 e Viagens Internacionais Chegaram a Cerca de 1,2 Bilhão.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/turismo-bateu-recorde-em-2015-e-viagens-internacionais-chegaram-a-cerca-de-12-bilhao-destaca-onu/>>. Acesso em: 23 de julho de 2017.

NAIM, M. **O Fim do Poder.** São Paulo: Leya, 2013.

OLARIAGA, O. D. Análisis de la Aplicación de Políticas Públicas en el Sector Turismo. El Caso de Colombia. **Gestión y Análisis de Políticas Públicas**, Nueva Época, n. 14, 2015.

OLIVEIRA, C. T. F. **Competitividade de Destinos Turísticos:** Fatores de demanda e desempenho. **Tese (Doutorado)** - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Rio de Janeiro: 2013. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11452/Tese_Carlyle_texto%20final_rev%20_jan2014.pdf?sequence=2>. Acesso em: 04 de dezembro de 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Turismo Internacional:** Uma Perspectiva Global. Porto Alegre: Bookman, 2003.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Panorama OMT del Turismo Internacional.** Edição 2017. Disponível em: <<https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284419043>>. Acesso em: 03 de março de 2018.

ORNELAS, Á.; ASSUNÇÃO, C.; CAMILOTTI, L. A Competitividade do Turismo Brasileiro Alicerçada na Estruturação das Políticas Públicas. **Revista CAP**, nº 5, ano 5, vol. 5, 2011. Disponível em: <revistas.utfrpr.edu.br/pb/index.php/CAP/article/download/1550/996>. Acesso em: 29 de julho de 2017.

PASCARELLA, R.; FONTES FILHO, J. R. Competitividad de los Destinos Turísticos: Modelo de evaluación basado en las capacidades dinámicas y sus implicancias en las políticas públicas. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, v. 19, 2010.

PEREIRA, C.A.S. Políticas Públicas no Setor de Turismo. **Revista Turismo em Análise**, v.10, n.2, 1999.

PIMENTEL, M. P. C.; PEREIRA, J. R.; PIMENTEL, T. D.; CARRIERI, A. P. As cinco vidas da agenda pública brasileira de turismo. **Observatório de Inovação do Turismo - Revista Acadêmica**, v.VI, n.4, 2011.

PINO, F. A. A Questão da Não Normalidade. **Revista de Economia Aplicada**, v. 61, nº 2, 2014, São Paulo.

PORTER, M. Cluster and the New Economics Competition. **Harvard Business Review**, 1998.

PREFEITURA DE JOÃO PESSOA. **Principais Fontes de Turismo: da OMT a SETUR.** Disponível em: <<http://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br/dadospublicos/wp-content/uploads/2015/05/541.-As-Principais-Fontes-Estat%C3%ADsticas-de-Turismo-Da-OMT-%C3%A0-SETUR.pdf>>. Acesso em: 06 de janeiro de 2018.

RAND, W. Sistemas Complexos: Conceitos, Literatura, Possibilidades e Limitações. *In*: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Modelagem de Sistemas Complexos para Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, 2015.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social – Métodos e Técnicas**. Editora Atlas, São Paulo, 3ª edição, 2011.

RITCHIE, J. R. Brent; CROUCH, I. G. A Model of Destination Competitiveness/Sustainability: Brazilian perspectives. **Revista de Administração Pública – RAP**, Rio de Janeiro, 44 (5), 2010.

RIVERO, M. S.; CALDERA, M. A. F. La Competitividad de los Destinos Turísticos: un Análisis Cuantitativo Mediante Modelos Logísticos. Aplicación a los Municipios Extremeños. **I Jornadas de Economía del Turismo**. Palma de Mallorca, Maio, 2004.

RODRIGUES, M. M. A. **Políticas Públicas**. São Paulo: PubliFolha, 2010.

RUIZ, T. C. D.; GÂNDARA, J. M. O Planejamento Urbano e a Competitividade dos Destinos Turísticos: uma análise desde a perspectiva do modelo de Dywer e Kim. **Revista Turismo em Análise**. v.25, n.3, 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/87671>>. Acesso em: 16 de julho de 2017.

RYAN, T; MOTTIAR, Z; QUINN, B. The Dynamic Role of Entrepreneurs in Destination Development. **The Journal of Tourism Planning & Development**. 2012. Disponível em: <<http://arrow.dit.ie/cgi/viewcontent.cgi?article=1059&context=tfshhmtart>>. Acesso em: 04 de dezembro de 2016.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de Pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, G. E. O.; KADOTA, D. K. **Economia do Turismo**. São Paulo: Aleph, 2012.

SANTOS, C. S. Implementação de Políticas Públicas, um Processo Contínuo de Formulação da Agenda? *In*: **XVII ENAMPUR**, São Paulo, 2017.

SARAVIA, E. Introdução à Teoria da Política Pública. *In* SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (Org.). **Políticas Públicas**. Brasília: ENAP, 2006.

SARFATI, G. Políticas Públicas de Empreendedorismo e de Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPE's): o Brasil em Perspectiva. *In*: GOMES, M. V. P.; ALVES, M. A.; FERNANDES, R. J. R. (Orgs.). **Políticas Públicas de Fomento ao Empreendedorismo e às Micro e Pequenas Empresas**. São Paulo: Editora PGPC, 2013.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE. Perfil Empreendedor. **Quem são os Pequenos Negócios?** Disponível em: <www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/estudos_pesquisas/quem-sao-os-pequenos-negociosdestaque5,7f4613074c0a3410VgnVCM1000003b74010aRCRD>. Acesso em: 02 de abril de 2017.

_____. **Termo de Referência APL**. Termo de Referência para Atuação do Sistema Sebrae em Arranjos Produtivos Locais. Disponível em: <

http://cpgg.am.sebrae.com.br/apl/popup.htm#LinkTarget_273>. Acesso em: 10 de abril de 2017.

_____. **Políticas Públicas** Conceitos e Práticas. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.

_____. **Cadeia Produtiva do Turismo**. Cenários Econômicos e Estudos Setoriais. Recife: Sebrae/PE, 2008.

_____. **Sistema Sebrae Direcionamento Estratégico 2013-2022**. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Direcionamento%20Estrategico%202022.pdf>>. Acesso em: 05 de janeiro de 2017.

_____. **Faturamento mensal das MPE no Brasil**. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/estudos_pesquisas/faturamento-mensal-das-mpe-no-brasil?detalhe48,5c38ed2801794510VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 30 de março de 2016.

_____. **PPA 2017-2018** O Público do Sebrae. Disponível apenas para consulta dos funcionários.

_____. **Serviços Turismo. Cenários Prospectivos**. O turismo brasileiro de 2016 a 2018. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/3d98ea3e4e49602196a85fd6951faac1/\\$File/7489.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/3d98ea3e4e49602196a85fd6951faac1/$File/7489.pdf)>. Acesso em: 02 de abril de 2017.

_____. **PPA 2018-2019**. Documento de Referência. Atuação do Sistema Sebrae em Cadeia de Valor – Unidades de Atendimento Setorial. Disponível apenas para consulta dos funcionários.

_____. **Legislação**. O Sebrae e a Disseminação de Políticas Públicas. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-sebrae-e-a-disseminacao-de-politicas-publicas,743a5415e6433410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em: 30 de julho de 2017.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS; CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TURISMO. **Estudo de Competitividade das Micro e Pequenas Empresas do Turismo Brasileiro**. São Paulo: CNTur, 2015.

SETTE, I. R.; SANTOS, G. E. O.; UVINHA, R. R. Modelos de Competitividade de Destinos Turísticos: Evolução e críticas. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**. Disponível em: <<http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/raoit/article/view/4517/2330>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2018.

SETTE, I. R.; TOMAZZONI, E. L. Os Desafios, as Limitações e as Perspectivas do Modelo de Índice de Competitividade Turística no Contexto da Política Nacional de Turismo Brasileira. **Turismo: Visão e Ação**, v.19, n.2, 2017. Disponível em: <<https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/10845/6143>>. Acesso em: 06 de janeiro de 2018.

SICHMAN, J. S. Operacionalizando Sistemas Complexos. *In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. Modelagem de Sistemas Complexos para Políticas Públicas*. Brasília: IPEA, 2015.

SIEGEL, S.; CASTELLAN JR, N. J. **Estatística Não Paramétrica para as Ciências do Comportamento**. Artmed Bookman. São Paulo, 2006, reimpressão 2008.

SILVA, L. R. C.; DAMACENO, A. D.; MARTINS, M. C. R.; SOBRAL, K. M.; FARIAS, I. M. S. Pesquisa Documental: Alternativa investigativa na formação docente. **IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia**, 2009 Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3124_1712.pdf. Acesso em: 19 de janeiro de 2017.

SOLHA, K. T. Órgãos Públicos Estaduais e o Desenvolvimento do Turismo no Brasil. 2004. 168 f. **Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação)** – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2004.

SOUZA, C. Políticas Públicas: Conceitos, tipologias e sub-áreas. **Revista Sociologias**, v.8, n.16, Porto Alegre, 2006.

SCHUCH, C. H. Desempenho da cadeia produtiva da indústria do Turismo. *In: BARRETTO M. REJOWSKI, M. (Orgs.). Turismo: interfaces, desafios e incertezas*. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

TEIXEIRA, R.M; MORRISON, A. Desenvolvimento de Empresários em Empresas de Pequeno Porte do Setor Hoteleiro: Processo de Aprendizagem, Competências e Redes de Relacionamento. **Revista de Administração Contemporânea**, v.8, n.1, 2004.

TERENCE, A. C. F. Planejamento Estratégico como Ferramenta de Competitividade na Pequena Empresa: Desenvolvimento e avaliação de um roteiro prático para o processo de elaboração do planejamento. 2002. 238 f. **Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção)** – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2002.

TESSONE, C. J. A Natureza Complexa dos Sistemas Sociais. *In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. Modelagem de Sistemas Complexos para Políticas Públicas*. Brasília: IPEA, 2015.

THURIK, R. Entrepreneurship, Economic Growth and Policy in Emerging Economies. **ERIM Report Series Research in Management**, 2008. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1276618>. Acesso em: 05 de janeiro de 2017.

TREVISAN, A. P.; VAN BELLEN, H. M. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública – RAP**, 2008. Disponível em: < www.scielo.br/pdf/rap/v42n3/a05v42n3.pdf>. Acesso em: 04 de dezembro de 2016.

TRIOLA, M. F. **Introdução à Estatística**: Atualização da tecnologia. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

VELASCO, M. **La Política Turística**. Gobierno y administraciones turísticas en España. Valencia: Fundación Cañada Blanch, 2011.

VIEIRA, D. P. Investimentos, Competitividade e Desenvolvimento em Destinos Indutores do Turismo Brasileiro. 2013. 129 f. **Dissertação (Mestrado em Administração)** – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

WINTER, S. G. Understanding Dynamic Capabilities. **Strategic Management Journal**, v.24, n.10, 2003 Disponível em: <
<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/smj.318/pdf>> Acesso em: 04 de dezembro de 2016.

ANEXOS

ANEXO A – CNAE consideradas pelo Sebrae na cadeia produtiva do turismo

Nº CNAE	Descrição CNAE
9103-1/00	Atividades de Jardins Botânicos, Zoológicos, Parques Nacionais, Reservas Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental
9311-5/00	Gestão de Instalações de Esportes
9312-3/00	Clubes Sociais, Esportivos e Similares
9321-2/00	Parque Aquático; Exploração de
9329-8/99	Outras Atividades de Recreação e Lazer não Especificadas Anteriormente
7319-0/01	Criação de Estandes Para Feiras e Exposições
7420-0/04	Filmagem de Festas e Eventos
8230-0/01	Organização, Produção e Promoção de Feiras e Exposições, Serviços de
8230-0/02	Casas de Festas e Eventos
8230-0/31	Serviços de Organização de Feiras, Congressos, Exposições e Festas
9001-9/05	Produção de Espetáculos de Rodeios, Vaquejadas e Similares
9319-1/01	Produção e Promoção de Eventos Esportivos
9001-9/01	Produção Teatral
9001-9/03	Produção de Espetáculos de Dança
9001-9/04	Produção de Espetáculos Circenses, de Marionetes e Similares
4923-0/02	Serviço de Transporte de Passageiros - Locação de Automóveis com Motorista
4929-9/01	Transporte Rodoviário Coletivo de Passageiros, sob Regime de Fretamento, Municipal
4929-9/02	Transporte Rodoviário Coletivo de Passageiros, sob Regime de Fretamento, Intermunicipal, Interestadual E Internacional
4950-7/00	Trens Turísticos, Teleféricos e Similares
5011-4/02	Transporte Marítimo de Cabotagem - Passageiros
5012-2/02	Transporte Marítimo de Longo Curso - Passageiros
5022-0/01	Transporte por Navegação Interior de Passageiros em Linhas Regulares, Municipal, Exceto Travessia
5022-0/02	Transporte por Navegação Interior de Passageiros em Linhas Regulares, Intermunicipal, Interestadual e Internacional, Exceto Travessia
5099-8/01	Transporte Aquaviário para Passeios Turísticos
5111-1/00	Transporte Aéreo de Passageiros Regular
5112-9/99	Outros Serviços de Transporte Aéreo de Passageiros Não-Regular
7711-0/00	Locação de Automóveis sem Condutor
4912-4/01	Transporte Ferroviário de Passageiros Intermunicipal e Interestadual
4912-4/02	Transporte Ferroviário de Passageiros Municipal e em Região Metropolitana
4921-3/02	Transporte Rodoviário Coletivo de Passageiros, com Itinerário Fixo, Intermunicipal Em Região Metropolitana
4922-1/01	Transporte Rodoviário Coletivo de Passageiros, com Itinerário Fixo, Intermunicipal, Exceto em Região Metropolitana
4922-1/02	Transporte Rodoviário Coletivo de Passageiros, com Itinerário Fixo, Interestadual
4922-1/03	Transporte Rodoviário Coletivo de Passageiros, com Itinerário Fixo, Internacional
4923-0/01	Serviço de Táxi
4929-9/99	Outros Transportes Rodoviários de Passageiros não Especificados Anteriormente

Nº CNAE	Descrição CNAE
5112-9/01	Serviço de Táxi Aéreo e Locação de Aeronaves com Tripulação
5229-0/01	Serviços de Apoio ao Transporte por Táxi, Inclusive Centrais de Chamada
5229-0/99	Outras Atividades Auxiliares dos Transportes Terrestres não Especificadas Anteriormente
4929-9/03	Organização de Excursões em Veículos Rodoviários Próprios, Municipal
4929-9/04	Organização de Excursões em Veículos Rodoviários Próprios, Intermunicipal, Interestadual e Internacional
7721-7/00	Aluguel de Equipamentos Recreativos e Esportivos
7911-2/00	Agências de Viagens
7912-1/00	Operadores Turísticos
7990-2/00	Serviços de Reservas e Outros Serviços de Turismo não Especificados Anteriormente
5510-8/01	Hotéis
5510-8/02	Apart-Hotéis
5510-8/03	Motéis
5590-6/01	Albergues, Exceto Assistenciais
5590-6/02	Campings
5590-6/03	Pensões (Alojamento)
5590-6/99	Outros Alojamentos Não Especificados Anteriormente
7739-0/03	Aluguel de Palcos, Coberturas e Outras Estruturas de Uso Temporário, Exceto Andaimes
4789-0/01	Comércio Varejista de Suvenires, Bijuterias e Artesanatos
7490-1/02	Esquafandria e Mergulho

Fonte: Adaptado de Sebrae, 2015.

Nº CNAE	Descrição CNAE
4721-1/02	Padaria e Confeitaria com Predominância de Revenda
5611-2/01	Restaurantes e Similares
5611-2/02	Bares e Outros Estabelecimentos Especializados em Servir Bebidas
5611-2/03	Lanchonetes, Casas de Chá, de Sucos e Similares
5612-1/00	Serviços Ambulantes de Alimentação
5620-1/02	Serviços de Alimentação para Eventos e Recepções – Bufê

Fonte: Adaptado de Sebrae, 2015.

ANEXO B – ACT identificadas pelo IBGE

Descrição	Códigos das Classes da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE
Serviços de Alojamento	55.13-1 – Estabelecimentos Hoteleiros 55.19-0 – Outros Tipos de Alojamento
Serviços de Alimentação	55.21-2 – Restaurantes e estabelecimentos de bebida com serviço completo 55.22-0 – Lanchonete e similares 55.29-9 - Outros tipos de serviços de alimentação. Esta classe compreende: o serviço de alimentação de comida preparada, para o público em geral, em locais abertos, permanentes ou não, tais como: trailers, quiosques, carrocinhas e outros tipos de ambulantes de alimentação preparada para consumo imediato. Esta classe compreende também: a venda de alimentos preparados em máquinas de serviços automáticas.
Transportes Ferroviário e Metroviário	60.29-1 - Transporte regular em bondes, funiculares, teleféricos ou trens próprios para exploração de pontos turísticos.
Transporte Rodoviário	60.24-0 - Transporte rodoviário de passageiros, regular, não urbano. Esta classe compreende: o transporte rodoviário de passageiros, com linhas de itinerário fixo, não urbano: municipal, intermunicipal, interestadual e internacional. Esta classe não compreende: o transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, com linhas de itinerário fixo, dentro da região metropolitana. 60.25-9 - Transporte rodoviário de passageiros, não regular. Esta classe compreende: os serviços de táxi; a locação de veículos rodoviários de passageiros com motorista (automóveis, ônibus, caminhonetes), inclusive para excursões; a organização de excursões em veículos rodoviários próprios; o transporte de empregados para terceiros; o transporte escolar; outros transportes rodoviários de passageiros, não especificados anteriormente. Esta classe não compreende: os serviços de ambulância e o transporte turístico em tração animal.
Transporte Aquaviário	61.11-5 - Transporte aquaviário de cabotagem. Esta classe compreende: o transporte de passageiros e cargas, regular e não regular, realizado entre portos ou pontos do território brasileiro, utilizando a via marítima ou esta e as vias navegáveis interiores. 61.12-3 - Transporte marítimo de longo curso. Esta classe compreende: o transporte marítimo internacional de passageiros e cargas, regular e não regular, realizado entre portos brasileiros e estrangeiros. 61.21-2 - Transporte por navegação interior de passageiros. Esta classe compreende: o transporte não urbano de passageiros, regular e não regular, por rios,

Descrição	Códigos das Classes da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE
	canais, lagos, lagoas e outras vias de navegação interior, em percursos nacional ou internacional. Esta classe não compreende: o transporte aquaviário urbano de passageiros.
Transporte Aéreo	<p>62.10-3 - Transporte aéreo regular. Esta classe compreende: o transporte aéreo de passageiros e cargas em linhas doméstica e internacional, com itinerário e horário estabelecidos.</p> <p>62.20-0 - Transporte aéreo não regular. Esta classe compreende: o transporte aéreo de passageiros e cargas, não regular. Esta classe compreende também: os serviços de táxis-aéreos; a locação de aeronaves com tripulação; e outros serviços de transporte aéreo, não regular. Esta classe não compreende: as atividades dos terminais de passageiros e cargas, as operações de cargas, o armazenamento e outras atividades anexas e auxiliares do transporte; as atividades de pulverizações aéreas; as atividades de fotografias aéreas; e as atividades de publicidade aérea.</p>
Serviços Auxiliares dos Transportes	<p>63.21-5 - Atividades auxiliares dos transportes terrestres. Esta classe compreende: as atividades de operação com terminais rodoviário e ferroviário; as atividades de concessionárias de operação de pontes, túneis e rodovias; a cobrança de pedágios em pontes, túneis e rodovias; a exploração de edifícios-garagens e parques de estacionamento para veículos por curta duração; e a exploração de centrais de chamadas e reservas de táxi. Esta classe compreende também: os serviços de guarda-volumes em terminais rodoviários; os serviços de traslado de passageiros; e outras atividades auxiliares dos transportes terrestres, não especificadas anteriormente. Esta classe não compreende: o serviço de guincho (reboque) de veículos; e os serviços de táxi.</p> <p>63.23-1 - Atividades auxiliares dos transportes aéreos. Esta classe compreende: a operação de aeroportos e campos de aterrissagem; a operação de instalações para navegação aérea (radiofaróis, centro de controle de voo, estações de radar, etc.); os serviços de limpeza e manutenção de aeronaves na pista; e outras atividades auxiliares dos transportes aéreos, não especificadas anteriormente. Esta classe compreende também: os serviços de guarda-volumes em aeroportos; os serviços de traslado de passageiros e os serviços de prevenção e extinção de incêndios em aeroportos. Esta classe não compreende: as escolas de pilotagem e a reparação de aeronaves.</p>
Atividades de Agências e Organizadores de Viagens	63.30-4 - Atividades de agências e organizadores de viagem.
Aluguel de Bens Móveis	71.10-2 - Aluguel de automóveis.

Descrição	Códigos das Classes da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE
Atividades Recreativas, Culturais e Desportivas	<p>92.13-4 - Projeção de filmes e vídeos. Esta classe compreende: a projeção de filmes e fitas de vídeo em salas de cinema, ao ar livre, em salas privadas ou em outros locais de exibição. Esta classe não compreende o aluguel de salas de cinema.</p> <p>92.31-2 - Atividade de teatro, música e outras atividades artística e literária. Esta classe compreende: as atividades de artistas independentes no campo das artes em geral (artes dramáticas, música, pintura e similares), tais como: escritores, atores, músicos, escultores, pintores, etc.; as atividades de grupos, companhias, bandas, etc., de artistas, ligados ou não a uma sala de espetáculos; e as atividades de criação de espetáculos de dança. Esta classe compreende também: os serviços técnicos especializados ligados diretamente às atividades artísticas: cenografia, telões, iluminação, som, efeitos especiais, etc.; maquiagem e figurinos, a produção, organização e promoção de espetáculos artísticos e eventos culturais e a restauração de obras de arte, como quadros, esculturas, etc. Esta classe não compreende: a restauração de móveis; o aluguel de salas de teatro; os espetáculos circenses, rodeios, vaquejadas e outros similares.</p> <p>92.32-0 - Gestão de salas de espetáculos. Esta classe compreende: a gestão de salas de teatro, de música e outras dedicadas a atividades artísticas; a exploração de cabarés, cafés-teatros e casas de espetáculo. Esta classe compreende também: as agências de venda de ingressos para salas de teatro e para outras atividades artísticas; as casas de cultura; e os serviços de sonorização (disc-jóquei). Esta classe não compreende: a exploração de salas de cinema.</p> <p>92.39-8 - Outras atividades de espetáculos, não especificados anteriormente. Esta classe compreende: a produção de outros tipos de atividades artísticas e de entretenimento, não especificados em outra classe: os espetáculos circenses, de marionetes e similares; os espetáculos de rodeios, vaquejadas e similares; e os espetáculos de som e luz. Esta classe compreende também: as atividades de academias de dança; instrutores de dança; e as atividades dos salões de bailes, discotecas, danceterias e atividades similares.</p> <p>92.51-7 - Atividades de bibliotecas e arquivos. Esta classe compreende: os serviços de documentação e pesquisa bibliográfica; os serviços de manutenção de arquivos históricos; a gestão de bibliotecas de leitura e arquivos públicos; e o empréstimo de livros, mapas, revistas, filmes, discos, etc. Esta classe não compreende: as atividades de bancos de dados; e a locação de fitas de vídeo.</p> <p>92.52-5 - Atividades de museus e conservação do patrimônio histórico. Esta classe compreende: a</p>

Descrição	Códigos das Classes da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE
	<p>gestão de museus de todo tipo; a conservação de lugares e edifícios históricos. Esta classe não compreende: a restauração de móveis; a restauração de obras de arte; e as obras de restauração de prédios históricos.</p> <p>92.53-3 - Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais e reservas ecológicas.</p> <p>92.61-4 - Atividades desportivas. Esta classe compreende: a gestão de instalações esportivas, tais como: estádios, ginásios, quadras de tênis e outros esportes, piscinas, hipódromos, campos de golfe, circuitos automobilísticos, etc.; a organização e exploração de atividades esportivas por clubes, associações, etc.; a promoção e organização de eventos esportivos; a atividade de profissionais ligados ao esporte: árbitros, treinadores, etc.; o ensino de esportes em escolas esportivas ou por professores independentes; as atividades dos centros de musculação, aeróbica e outros tipos de ginástica; as atividades de condicionamento físico; a pesca desportiva e de lazer; as atividades ligadas à corrida de cavalos; e as atividades ligadas aos esportes mecânicos (automóveis, karts, motos). Esta classe não compreende: o aluguel de material desportivo; o aluguel para fins recreativos de pedalinhos, barcos, bicicletas; e os institutos de emagrecimento e massagem estética.</p> <p>92.62-2 - Outras atividades relacionadas com o lazer. Esta classe compreende: a exploração de jogos de azar: jogos de aposta, salas de jogos; as atividades dos estabelecimentos de boliche e bingo; as concessionárias de loterias e as atividades de venda de bilhetes de jogos de azar; a exploração de parques de diversão e similares; as atividades de marinas, como guarda de iates, atracadores, etc.; outras atividades recreativas não especificadas anteriormente, tais como: a locação para fins recreativos de pedalinhos, barcos e bicicletas; a exploração de centros de equitação; a exploração de fliperamas, de outros jogos eletrônicos, de jogos de sinuca e de bilhar, etc. Esta classe compreende também: a distribuição de papéis para o teatro, cinema e televisão; e o transporte para fins turísticos em veículos de tração animal.</p>

Fonte: IBGE, 2012.

ANEXO C – Setores econômicos com interações com o turismo

1. Hotelaria	27. Shopping Centers
2. Operadoras Turísticas	28. Equipamentos Culturais
3. Agentes de Viagens	29. Equipamentos de Lazer
4. Transportadoras Aéreas	30. Comércio
5. Transportadoras Marítimas	31. Bancos
6. Transportadoras Terrestres	32. Serviços
7. Parques Temáticos	33. Casas de Câmbio
8. Órgãos Governamentais	34. Saneamento Básico
9. Extrativismo Mineral	35. Energia
10. Extrativismo Vegetal	36. Segurança
11. Tecnologia do Lazer	37. Calçados
12. Tecnologia de Equipamentos	38. Infraestrutura
13. Indústria de Alimentos	39. Formação de Mão de Obra
14. Artesanato	40. Restaurantes
15. Pesca	41. Bares
16. Avicultura	42. Lanchonetes
17. Pecuária	43. Universidades
18. Indústria Têxtil	44. Empresas de Eventos
19. Vestuário	45. Marketing
20. Comunicações	46. Organizações Turísticas
21. Sinalização	47. Postos de Gasolina
22. Guias de Turismo	48. Farmácias
23. Agricultura	49. Casas Noturnas
24. Construção Civil	50. Táxis
25. Urbanização	51. Serviços de Interpretes
26. Agroindústria	52. Serviços de Capacitação

Fonte: Disponível em: <http://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br/dadospublicos/wp-content/uploads/2015/05/541.-As-Principais-Fontes-Estat%C3%ADsticas-de-Turismo-Da-OMT-%C3%A0-SETUR.pdf>